

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

v. VIII
ISBN: 2176-2511
ISBNe: 2317-3270
Dezembro
N. 01

2016



EDITORA
AVANTIS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Científica Sophia

Sociedade Civil Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda. – Faculdade
Avantis. Balneário Camboriú, SC.: Avantis Educação Superior, 2016.
v. VIII, n.1, dezembro 2016

Anual

ISBN: 2176-2511

ISBNe: 2317-3270

1. Psicologia. 2. Administração. 3. Ciências Contábeis. 4. Sistemas de
Informação. 5. Educação Física. 6. Direito. 7. Arquitetura e Urbanismo. 8.
Engenharia Civil. 9. Interdisciplinar. 10. Revista Científica. 11. Periódico.

CDD 21^a ed.

070.4

REVISTA CIENTÍFICA

SOPHIA

Revista Científica SOPHIA - Faculdade AVANTIS
Balneário Camboriú (SC). v. VIII, n.1, dez. 2016

Conselho Editorial



Comissão Científica

Prof. Dra. Bernadette Beber (UFSC)
Prof. Me. Felipe Probst Werner (PUC-SC)
Prof. Dra. Fernanda Germani de Oliveira
Chiaratti (PUC-SC)
Prof. Me. Eng. Luis Eduardo Palomino
Bolivar (UFSC)
Prof. Me. Eng. Ricardo André Hornburg
(UFSC)
Prof. Dr. Sílvio Luis Negrão (UFSC)

Endereço para correspondência:

Revista Faculdade Avantis – Comitê
Editorial
Av. Marginal Leste, n. 3600, Km 132 –
Bairro dos Estados
Balneário Camboriú – SC –
CEP: 88339-125
Fone: (47) 3363-0631
E-mail: revistacientificasophia@avantis.edu.br

Periodicidade Anual

Tiragem desta Edição: 3.000
Autorizada a reprodução desta
publicação, desde que citada a fonte

REVISTA CIENTÍFICA SOPHIA

ISBN: 2176-2511
ISBNe: 2317-3270
Volume: VIII
Número: 01
Dezembro/2016
Balneário Camboriú – SC

SOCIEDADE CIVIL AVANTIS DE ENSINO E ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA.

Presidente: Mohamad Abou Wadi
Vice-presidente: Artenir Werner
Diretora Geral: Isabel Regina Depiné
Poffo

Comitê Editorial

Editor Responsável:
Isabel Regina Depiné Poffo

Conselho Editorial:

Gabriella Depiné Poffo, Sabrina Weiss
Sties, Tayane Medeiros d'Oliveira,
Douglas Branco de Camargo.

Diagramação e Projeto gráfico:

Ana Lúcia Dal Pizzol

Revisão de Texto:

Sabrina Weiss Sties, Tayane Maderiso
d'Oliveira, Mara Regina Zluhan, Mônica
Duarte, Gabriela Piske.

Revisão Técnica:

Tayane Medeiros d'Oliveira
Bibliotecária Assessora: Aline Medeiros
d'Oliveira (CRB 14-1063)4

Impressão e acabamento:

3 de Maio Gráfica e Editora

APRESENTAÇÃO

Mais um ano que se passa e com o limiar de um novo tempo nasce uma nova Revista Sophia, fruto dos esforços de nossos professores e estudantes que, honrosamente, temos a satisfação de compartilhar seus escritos com toda a nossa comunidade acadêmica.

Nessa edição reunimos sete trabalhos que contribuem para a ampliação dos conhecimentos, bem como para que afluam ideias sobre as temáticas pesquisadas. No primeiro trabalho os autores discutem o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) na Educação Básica, refletindo sobre a inserção de recursos tecnológicos nas escolas e sua influência nos processos de ensino-aprendizagem. No segundo, analisam os efeitos do treinamento em curto prazo nas variáveis do teste progressivo de marcha atlética em pista. O artigo seguinte verifica a prevalência das fraturas que ocorrem no ambiente escolar e é uma importante oportunidade para que se possa intervir de maneira preventiva, junto aos fatores de risco, bem como, estimular os profissionais que trabalham diretamente com esta população na prestação de primeiros socorros.

Passo seguinte é possível conhecer um pouco mais sobre o mercado de trabalho e o ambiente corporativo os quais estão sofrendo transformações profundas com a chegada da nova geração de colaboradores: a Geração Y. Nesse trabalho os autores investigam as expectativas dessa Geração em relação à sua carreira profissional, bem como às mudanças que vêm ocorrendo no ambiente organizacional. Em seguida, o estudo trata-se do desconhecimento dos corretores de imóveis sobre a Lei 10.931/2004 que criou o Patrimônio de Afetação com o objetivo de melhorar, estimular e resgatar a confiança dos investidores no mercado imobiliário.

Dando continuidade, apresentamos um artigo que permite refletir sobre a crescente quantidade de sujeitos em fase escolar medicados devido aos inúmeros diagnósticos de distúrbios de aprendizagem. Essa pesquisa apresenta os resultados de uma verificação, junto aos professores de educação básica, das suas percepções frente às crianças medicadas e diagnosticadas com distúrbios/transtornos de aprendizagem e como eles têm atuado no cotidiano escolar. Por fim, o estudo apresenta o usufruto como proteção patrimonial e sucessória, destacando seu conceito, características, modos de aquisição, direitos e deveres do usufrutuário bem como, a extinção do usufruto.

Boa leitura, na esperança de que em 2017 possamos nos encontrar para compartilharmos de mais e mais conhecimentos!

Isabel Regina Depiné Poffo

Diretora Geral

SUMÁRIO

6

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- TICS: NOVOS DESAFIOS PSICOPEDAGÓGICOS AOS
PROCESSOS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Me. Douglas Branco de Camargo | Me. Iris Weiduschat

16

EFEITOS DO TREINAMENTO EM CURTO PRAZO NAS VARIÁVEIS
DO TESTE PROGRESSIVO DE MARCHA ATLÉTICA EM PISTA

Me. Deivis Elton Schlickmann Frainer

Dr. Fernando Roberto de Oliveira | Dr. Jóris Pazin

24

FRATURAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Me. Altair Argentino Pereira Júnior | Dalvana Marta Huguez

33

GERAÇÃO Y NO TRABALHO: CONVIVÊNCIA
E INTEGRAÇÃO EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS –
DEFININDO E INTEGRANDO ATITUDES

Me. André Gobbo | Dra. Bernadette Beber

Evelyne Faccio | Me. Simoni Urnau Bonfiglio

58

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO:
DIREITO IMOBILIÁRIO

Me. Felipe Probst Werner

Esp. Sandro Renato da Silva

78

SUJEITOS ROTULADOS: CONSIDERAÇÕES DE
PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
ACERCA DO DIAGNÓSTICO E DA MEDICALIZAÇÃO INFANTIL

Orildo João Mercedes Junior | Me. Eliz Marine Wiggers

96

USUFRUTO COMO PROTEÇÃO
PATRIMONIAL E SUCESSÓRIA

Daniela Modesto | Luara Correa Pereira | MSc. Felipe Probst Werner

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- TICs:

NOVOS DESAFIOS PSICOPEDAGÓGICOS AOS PRO- CESSOS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM NA EDU- CAÇÃO BÁSICA

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Especialista em Docência no Ensino Superior - Faculdade Avantis; Pedagogo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e Professor Universitário na Faculdade Avantis. E-mail: douglascamargo998@hotmail.com.

Me. Douglas Branco de Camargo¹

Me. Iris Weiduschat²

RESUMO

Neste artigo pretendemos discutir o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação TICS na Educação Básica, refletindo sobre a inserção de recursos tecnológicos nas escolas, e sua influência nos processos do ensino e da aprendizagem no ambiente escolar contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Comunicação e informação. Ensino Médio. Processos do Ensino e da Aprendizagem. Psicopedagogia.

**INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES:
new psychopedagogical challenges for teaching and learning processes in
Basic Education**

ABSTRACT

In this article we intend to discuss the use of Information and Communication Technologies in Basic Education, reflecting upon the insertion of technological resources in schools and its influence on teaching and learning processes in the contemporary school environment.

KEYWORDS: Technology. Communication and information. High School. Teaching and Learning Processes. Psychopedagogy.

² Mestre em Educação - PH/Freiburg/Alemanha - UNIVALI. Especialista em Psicopedagogia - ICPG. Especialista em Educação a Distância - FACEL. Especialista em Gestão Educacional Ênfase Orientação e Supervisão - AVANTIS. Pedagoga - FURB. Docente da Faculdade Avantis e IFC-Sombrio. E-mail: irisw2008@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais da educação se percebem diante de exigências desafiadoras, incorporarem à sua prática em sala de aula as tecnologias de informação e comunicação - TICs. As TICs estão presentes no dia a dia da sociedade contemporânea e a escola não pode evitar sua influência.

É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras. (BRASIL, 1998, p. 96)

Assim buscamos compreender o processo educativo com o uso das TICs e sua influência nos processos do ensino e da aprendizagem, discutindo a importância das TICs no ambiente escolar, pois apenas manter nas escolas os “laboratórios de informática” sem plano de utilização pedagógica, a percepção que se dá, é a não aceitação dessas tecnologias, e conseqüentemente a utilização delas sem compreender a sua capacidade sobre os processos educativos e formativos.

2 A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Na II Guerra Mundial usava a tecnologia educacional para treinamento de militares, onde também foi utilizada no meio acadêmico nos EUA. Na década de 50 ocorreu o desenvolvimento de pesquisas na busca dos meios mais eficazes para facilitar o aprendizado e torná-lo mais eficaz, foi então desenvolvida uma nova modalidade de ensino que era o condutivismo, muito usado nas escolas militares.

A informática provocaria outra transformação na educação nos anos 70, trazendo muitas possibilidades antes não imaginadas. Desde então o constante desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação disponibilizaram novas utilizações dessas tecnologias na educação. Isso nos remete à ideia de que ensinar por meio e com as TICs corresponderia a práticas educativas planejadas, inseridas no cotidiano e centradas no aluno, renovando as formas de acesso ao co-

nhecimento, com oferta de novas formas de aprendizagem.

De acordo com Sancho (1998), existe resistência por parte de vários setores, escolas, professores, dentre outros, mas tais resistências sempre existiram ao longo da história humana. Lembra-se que Sócrates era resistente à escrita; na Idade Média houve resistência de setores da Igreja à disseminação do texto impresso; e, ao passar dos séculos, observa-se a resistência do uso de computadores e outras tecnologias de informação e comunicação para transmissão de conhecimentos. Obviamente que um dos custos será a de reformular a forma de trabalhar conteúdos e assuntos, bem como o investimento na aquisição de novos conhecimentos, tecnologia e formação continuada de professores.

Quanto à resistência de alguns educadores, Niskier (1993, p. 100), apontava como principal motivo de resistência por parte dos professores à possibilidade de eles serem substituídos pelos recursos tecnológicos: “O uso do computador na educação está em plena ascensão em diversos países. O receio inicial de que a máquina poderia vir a substituir o professor aos poucos está sendo desmistificado”.

Certamente não se pode ser ingênuo e aceitar cegamente que o consumo de aparatos tecnológicos implique necessariamente em melhores aprendizagens. Não podemos ignorar os impactos que os avanços tecnológicos têm trazido para a educação, trazendo novas possibilidades e desafios que podem ser aliados na formação de cidadãos mais situados na era atual, diante das exigências que a atualidade impõe.

Existem muitos questionamentos quanto a inserção da tecnologia como ferramentas educacionais eficazes, uma resistência por parte de alguns professores e despreparo da parte de outros. Problematizar o uso da tecnologia como mediação pedagógica no processo de aprendizagem, começando pelo fato de que, por muito tempo, acreditou-se que educar significava transmissão de conhecimento organizado e sistematizado de diversas áreas e exigência de memorização e reprodução de informações. Segundo Nunan (1999 p. 71), afirma que a utilização das novas tecnologias como instrumentos pedagógicos auxiliares facilita uma “aprendizagem independente e colaborativa e esta em harmonia com a visão construtiva do conhecimento” própria das “abordagens de aprendizagem centradas no aluno”. Percebe-se, portanto, uma mudança de paradigma em processo, não apenas no fazer do professor, mas nas próprias estruturas das salas de aula. Aqueles antigos espaços escolares onde os principais instrumentos auxiliares do ensino

eram carteiras, quadros e giz, já não são adequados às demandas atuais; cada vez mais necessitamos da instalação de laboratórios nas escolas, com uma parafernália de mídias eletrônicas que muitos professores desconhecem, não sabem como utilizar, ou utilizam sem critério em sua prática docente. O quadro e o giz, ou a caneta, antes instrumentos indispensáveis a uma aula expositiva, caracterizada pela transmissão de conhecimento do professor para o aluno, passaram a serem os mais simples acessórios nas aulas em que o conhecimento é construído colaborativamente entre professor e alunos, também na sala de aula presencial, a exemplo do que já era claramente percebido no ensino à distância.

A tecnologia empregada funciona como força impulsionadora da criatividade humana, da imaginação, devido à visibilidade de material que circula na rede, permitindo que a comunicação se intensifique, ou seja, as ferramentas promovem o convívio, o contato, enfim. Uma maior aproximação ente as pessoas (CORRÊA, 2004, p. 3).



Figura 1 – O cone do Aprendizado
Fonte: <http://www.parafrasear.net/2008/01/o-cone-do-aprendizado.html>

Para Vygostsky (1999), o ser humano constitui-se enquanto tal, na sua relação com o outro social. Para Camargo (2013), o ensino médio precisa estruturar-se como um período de incentivo à aprendizagem social subjetivamente significativa, garantindo ao jovem, dentro da escola, um contato amplo com diversas áreas, todas elas podendo proporcionar a formação geral e possibilitar a profissionalização.

Na década de 1950, o educador norte-americano Edgar Dale propôs o que ficou conhecido como “Cone da Aprendizagem”. Observando o cone, concluímos que a melhor maneira de produzir um aprendizado significativo e duradouro é pelo uso de métodos que promovam a participação direta das pessoas.

3 NOVAS TECNOLOGIAS, NOVOS ALUNOS E NOVOS PROFESSORES

A educação e o sistema educativo sofreram grandes mudanças nos últimos tempos. A partir do século XX, os avanços tecnológicos popularizaram o acesso a informação, modificando a maneira como vivemos e conseqüentemente a maneira como aprendemos. Tem feito diversas transformações na sociedade contemporânea, e tiveram mudanças nos níveis econômicos, político e social, mudando também o desenvolvimento do saber humano.

Atualmente a nossa sociedade está em rede e isso provocou mudanças marcantes, tornando cada vez mais necessário que a população possa além de ter acesso às informações sobre o desenvolvimento científico-tecnológico, ter também condições de avaliar e participar das decisões que venham a atingir o meio onde vive.

A aprendizagem não é mais individual, mas sim coletiva. O conhecimento é construído em grupo e incontestavelmente está mais acessível. Logo, qual é o papel do professor hoje? Qual é o impacto do professor numa sociedade em rede, com tantas oportunidades de aprendizagem.

Os alunos hoje são diferentes, e por isso, a era tecnológica necessita de um sistema educacional reformulado voltado para esses novos alunos, os nativos digitais.

Eles passam a vida inteira cercados por computadores, videogames, reprodutores de música digital, câmera de vídeos, celulares, e todos os outros brinquedos e ferramentas da era digital. [...] jogos de computador, e-mail, internet, celulares e mensagens instantâneas são partes integrais de suas vidas (PRENSKY, 2001, p. 1).

A suposição de que os métodos que funcionava para os professores na sua época irão funcionar hoje, não é mais válida; a nova geração necessita que os professores adotem uma nova postura frente as mudanças que vem transformando a sociedade. A tecnologia faz parte do cotidiano de todos os jovens. Os alunos esperam que o professor se utilize disso em sala de aula. Seu papel mudou completamente, mas continua essencial. Ele guia o processo de aprendizagem, sendo o elo entre o aluno e a comunidade científica. Logo se confirma que as mudanças sofridas pela sociedade exigem uma nova postura por parte do professor em sala de aula. É ab-

solitamente necessária uma mudança de um ambiente centrado no aluno. Em um mundo conectado em rede, com inúmeras trocas de informação e rapidez de interação, o papel do professor, em suma, é auxiliar o aluno na busca pelo conhecimento, ser um mediador entre o aluno e a aprendizagem. O professor pós-moderno deve estar em sintonia com a contemporaneidade, saber utilizar as tecnologias em prol de um ensino médio mais eficiente e eficaz, trabalhar em parceria com o aluno e além de tudo isso ser consciente de que não é o detentor de todo o conhecimento. Hoje é necessário ensinar nossos alunos a refletir, questionar, raciocinar e compreender a nossa realidade para que possam contribuir com a sociedade e construir opiniões próprias.

Os professores precisam desenvolver conhecimento e habilidades continuamente durante as suas carreiras. Evidências comprovam que investir em professores é o investimento mais produtivo para aumentar a eficácia e a melhora na escola. É essencial refletir em como ensinar, tanto quanto o que ensinar. Dessa forma, é necessário pensar em novas metodologias de ensino e apoiar-se nas ferramentas que surgem a fim de melhorar a qualidade de ensino, ao invés de ignorar as qualidades que estas oferecem.

Os jovens ainda constituem uma parcela significativa da população brasileira. Corresponde cerca de 20% dos brasileiros, somando um total de 34 milhões de pessoas que estão na faixa etária de 15 a 24 anos (IBGE, 2000).

E como diz Abramovay (2005, p. 33):

[...] a maioria destes jovens vive atualmente nas áreas urbanas e, cada vez incorpora-se de forma intensa ao mercado de trabalho e de consumo. Essa incorporação se dá mais especialmente no setor terciário de economia, tem significado especial quando se considera a relação que se estabelece entre a necessidade de trabalhar e de ter acesso a melhores oportunidades e as expectativas relacionadas à educação, especificamente aquela de competência de ensino médio.

Muitos desses jovens trabalhadores conseguiram essa inserção por intermédio da parceria da escola, empresa, centro de integração empresa, escola (CIEE) do Paraná. Os alunos realizam, mediante esse centro, estágio para empresas tanto pú-

blicas quanto privada, com carga horária de quatro horas diárias e recebem meio salário mínimo por esse trabalho. O contrato de trabalho se estende até a conclusão da terceira série do ensino médio. Essa parceria procura responder ao que a LDB 9394 (1996) estabelece sobre a educação e o mundo do trabalho: “A educação escolar devesse vincular - se ao mundo do trabalho e a prática social.

[...] o papel da escola e do professor, como responsáveis pela organização e situações que permitam ao aluno estabelecer uma relação proveitosa e prazerosa com o conhecimento, passa a ser vital, tanto na perspectiva do desenvolvimento individual quanto social. (KUENZER, 2002, p. 81).

Buscando conhecer sobre o que foi mais importante aprender na escola para a vida, as respostas foram: o convívio é apontado por 34,88% dos jovens e com 12,79% as relações afetivas. Se atentarmos para a soma desses itens, veremos que 47,67% demonstram encontrar na escola um lugar aprazível de convivência, amizade e de relações afetivas. Pois, a amizade é uma coisa que o indivíduo conquista, não é algo que se recebe pronto.

Uma grande porcentagem, 23,60%, refere-se aos problemas no quadro docente, tais como: qualificação profissional e uma didática melhor. Isso é muito preocupante, pois sabemos que muitos dos profissionais que procuram por licenciatura concluem seus cursos de forma superficial, ou seja, frequentando aulas noturnas, nos finais de semana, com pouco aprofundamento teórico e crítico.

Nessa perspectiva, surge-nos uma dúvida. Com o atual ensino médio geral, oferecido nas maiorias das escolas secundárias brasileiras, quem se apropriará das novas tecnologias para ingressar, permanecer e ser bem-sucedido no mundo do trabalho? Mais uma vez recorremos a KUENZER (2002) quando diz que a dualidade estrutural que tem acompanhado a constituição do ensino médio no Brasil conseguiu ao longo dos anos formarem dois tipos de profissionais: de um lado, pessoas para desenvolverem trabalhos braçais e para ser dirigidas; de outro, uma minoria para serem intelectuais, os seres pensantes, os que comandam.

As entrevistas revelam que os jovens alunos são críticos e formadores de opinião, pois quando se pensa que o tratamento diferenciado não é notado, ele refere-se como existente em sala de aula. Cuidar com as diversidades existentes em sala

e com as múltiplas relações estabelecidas também faz com que a relação professor/aluno seja melhor.

É preciso um novo impulso porque os jovens estão cada vez mais curiosos, questionadores, atentos e sedentos em saber novidades, criticar e ajudar a construir sua identidade num espaço que lhes é muito seu. Então, buscamos encontrar soluções para enfrentar esse universo jovem, pois o Brasil tem hoje uma grande parte juvenil, e sendo assim é preciso um olhar com bastante atenção sobre eles para que saibamos compreender suas necessidades como sujeitos de seu tempo e não apenas enxergá-los como uma juventude problema.

O ensino médio hoje, para realmente vir a corresponder às expectativas de seu tempo, necessita antes de qualquer coisa de investimento financeiro. A aplicação desse investimento deveria começar pela construção de uma estrutura física que atendesse aos interesses dos jovens: disponibilidades de equipamentos tecnológicos, bibliotecas, ambientes para prática de atividades esportivas, laboratórios para o desenvolvimento de pesquisas, formação continuada para os docentes, contratação de professores auxiliares, locais com as devidas condições onde pudessem ver na escola, além de um ambiente onde formam solidas amizades, um local para compartilhar conhecimento e aprendizagem para sua vida futura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos ignorar a falta de políticas públicas eficientes, equipar as escolas sem preparar os professores, sendo que indispensável uma infraestrutura e apoio técnico necessários para que os educadores exerçam suas atividades com qualidade. Porém é preciso um cuidado de cada educador para que esses desafios não os paralisem, ao contrário, que as tecnologias sirvam como mais um recurso pedagógico.

Por outro lado, é dever da instituição escolar não só o fornecimento da infraestrutura necessária, mas também a oferta de cursos de formação continuada que possibilitem o desenvolvimento dos professores, uma vez que nem os cursos de formação inicial, nem a formação continuada ofertada atualmente pela escola estão contemplando as habilidades necessárias para o uso das TICs no cotidiano das escolas.

Os aspectos discutidos no presente artigo constituem dados bastante rele-

vantes mostrando que há resultados positivos onde foi introduzido o uso de Tecnologias de Informação e comunicação no ensino médio como didática pedagógica, permitindo maneiras de ampliar as possibilidades de produzir ganhos na aprendizagem junto aos estudantes.

Esperamos que tenha sido motivador para os educadores que estejam à procura de metodologias alternativas nas suas aulas tradicionais, e que os resultados obtidos seja uma das tantas possíveis resposta de envolvimento e motivação por parte dos estudantes com relação aos processos do ensino e da aprendizagem na contemporaneidade.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude rural: ampliando as oportunidades**, In: Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>> Acesso em: 08 jan. 2014

ARIOTTI, N. A. F; SOPELSA, O. **A significação do ensino médio para os jovens alunos**. 2. ed. Joaçaba: Roteiro, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

CAMARGO, Douglas Branco de. **As coisas mudaram: a importância do uso das tecnologias da informação e comunicação - TICS, por professores que trabalham com jovens**. Sophia, Balneário Camboriú, n. 1, p.133-137, dez. 2013.

CORRÊA, Cybthia Harumy Watanabe. **Comunidades Virtuais gerando identidades na sociedade em rede**. Universiabrasil.net. 2004.

DALE, E. **Audiovisual Methods in Teaching** (3rd Edition). Holt, Rinehart, and Wiston. 1969

DIAS, A. **O cone do aprendizado**. 2008. Disponível em: <<http://www.parafrasear.net/2008/01/o-cone-do-aprendizado.html>>. Acesso em: 08 jan. 2014

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do**

trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MIRANDA, G. L. **Limites e possibilidades das TIC na educação**. 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=11&p=44>. Acesso em: 08 jan. 2014.

SANCHO, Juana M. **Para uma tecnologia educacional**. Ed. Artmed. Porto Alegre: 1998.

NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia educacional: uma visão política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NUNAN, D. **A foot in the world of ideas: graduate study through the Internet**. Language Learning & Technology, 3 (1), July, p.52-74. 1999

PRENSKY, Marc. **Digital natives, digital immigrants**. Acesso em: 11 dez. 2011.

QUARTIERO, E. M. **As tecnologias da informação e comunicação e a educação**. Revista brasileira de informática na educação. 1999.

SANCHO, Juana M. A tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência. *In*: _____. **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVEIRA, A. L. **Novas Tecnologias, novos alunos, novos professores: Refletindo sobre o papel dos professores na contemporaneidade**. Pelotas: Inletras, 2012.

VYGOTSKY, L. S. 1999. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 157 p.

EFEITOS DO TREINAMENTO EM CURTO PRAZO NAS VARIÁVEIS DO TESTE PROGRESSIVO DE MARCHA ATLÉTICA EM PISTA¹

¹ Trabalho apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Medicina do Esporte em 2006, no formato oral: Resumos dos temas livres. Rev Bras Med Esporte, Niterói, v. 12, n. 6, p. 410-431, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922006000600021>. access on 23 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86922006000600021>.

² Mestre em Nutrição; Licenciado em Educação Física; Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior e professor da disciplina de Atletismo da Faculdade Avantis (SC).

³ Possui graduação em Educação Física pela Universidade de Santo Amaro (1989), Especialização em Ciências do Esporte pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Educação Física (Sub-área de Biociências da Atividade Física) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e Doutorado em Atividade Física e Esporte - Universidad del País Vasco (2004), com estágios de pesquisa no Centro de Alt Rendiment (CAR) de Sant Cugat del Valles (Barcelona), INEF Catalunya de Barcelona e Centro de Medicina AXOLA de San Sebastián (País Vasco). Professor da Universidade Federal de Lavras.

⁵ Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986), Mestrado em ciências do movimento humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001) e Doutorado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é professor Adjunto 6 da Universidade do Estado de Santa Catarina

Me. Deivis Elton Schlickmann Frainer²

Dr. Fernando Roberto de Oliveira³

Dr. Jóris Pazin⁴

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi: a) descrever variáveis resultantes de um teste progressivo de marcha atlética em pista (TPMA); b) comparar métodos de identificação do ponto de deflexão da frequência cardíaca (PDFC) e c) verificar a sensibilidade do teste a efeitos de treinamento de curto prazo. Oito marchadores de nível nacional e internacional foram submetidos a dois TPMA (T1 e T2), com intervalo de quatro semanas. Para determinar o PDFC foi utilizada a inspeção visual, proposta por Conconi (1982), e o método Dmáx. Para a análise dos dados foram empregados os testes de Spearman-Rank e Wilcoxon ($p < 0,05$). Resultados: a média de FCmáx no TPMA foi igual em T1 e T2 e sem diferença da predita. Com o treinamento, houve aumento da velocidade no CON, enquanto os valores de Dmáx foram similares. Houve evolução do pico de velocidade (PV) - T1= 11.9 ± 1.5 km.h⁻¹ e T2= 12.3 ± 1.5 km.h⁻¹ (n=6). Conclui-se que o TPMA exige esforço cardiovascular máximo, sendo possível identificar o PDFC, independente do método, em todos os atletas. Apesar de associados, o método proposto por Conconi (1982) parece ser mais sensível a efeitos de treinamento em marchadores (as).

PALAVRAS CHAVE: Teste Progressivo. Marcha-Atlética. Efeitos do Treinamento.

EFFECTS OF THE TRAINING IN THE VARIABLES OF THE RACEWALKING PROGRESSIVE TEST IN TRACK

ABSTRACT

The aim of this paper was: a) to describe physiological variables of the racewalking progressive test in track (RWT); b) to compare methods for identification of the heart rate deflection point (HRDP); c) to verify the effects of the training in the variables of the RWT. Eight Brazilians racewalkers performed 2 progressive tests (T1 and T2), with interval between the tests of four weeks. Heart rate (HR) were measured during the test. The HRDP was identified by two methods: the Conconi test (CON) and $D_{m\acute{a}x}$. The maximal HR ($HR_{m\acute{a}x}$) was the same between the tests (T1 and T2) and it don't have significant difference of the predicted $HR_{m\acute{a}x}$. With the training, it had increase of the speed in the CON, while the values of $D_{m\acute{a}x}$ had been similar. It had increase in the peak of the velocity between the tests: $T1 = 11.9 \pm 1.5 \text{ km}\cdot\text{h}^{-1}$ and $T2 = 12.3 \pm 1.5 \text{ km}\cdot\text{h}^{-1}$. The RWT demands maximum cardiovascular effort, being possible to identify the HRDP, independent of the method, in all the athletes. The Conconi test seems more sensible the effect of training in racewalkers.

KEYWORDS: Progressive Test. Racewalking. Effects of Training.

1 INTRODUÇÃO

A marcha atlética é uma modalidade do atletismo que tem por definição ser uma progressão de passos, onde a perna que avança deve estar reta desde o primeiro contato com o solo até a perda do contato da mesma. Deve-se sempre, durante a progressão, manter o contato de uma das pernas com o solo, não podendo haver a fase de flutuação, como existe na corrida (IAAF, 2012).

A marcha atlética demonstra características específicas, como as distâncias das provas, que vão desde os 1000 m em categorias iniciantes, até os 20 e 50 km nas categorias adultas, e que, segundo Rodriguez (1992), nos faz pensar em uma série de fatores fisiológicos limitantes e condicionantes do rendimento, como por exemplo, a potência aeróbia máxima, a resistência aeróbia, a resistência anaeróbia láctica, a capacidade de utilização de ácidos graxos e a economia de glicídios, mecanismos de termo regulação, eficiência energética, entre outros (DAMILANO, 1983, p. 53).

Com o intuito de avaliar a capacidade de atletas das mais variadas modalidades

des esportivas, existe uma constante busca por métodos confiáveis, que discriminem a aptidão do atleta, e possam ser utilizados em situações de treinamento. Para se obterem dados a respeito das capacidades dos atletas são realizados determinados testes que permitem a quantificação de uma ou mais variáveis fisiológicas ou indicadores das mesmas, configurando assim numa avaliação funcional do atleta.

Segundo Rodriguez, Guisado e Clemente (1992) só se pode avaliar a adaptação funcional de um organismo a uma atividade física se o gesto técnico se reproduz de forma específica (teste de laboratório), ou se obtêm dados específicos diretamente do campo (teste de campo).

Historicamente, tem-se preterido as avaliações de laboratório. Entretanto, os resultados de estudos como o de Rodriguez (1992), comparando avaliações de laboratório e de campo com marchadores demonstram conclusões interessantes. Seus resultados indicam que os teste de laboratório permitem a mensuração de parâmetros importantes no controle fisiológico do treinamento. No entanto, ele observou que as velocidades onde se encontravam as intensidades de treinamento são diferentes das obtidas em testes de campo, o que levou a constatação de que estes são melhores para o controle de treinamento, devido às condições específicas da marcha atlética (DROGUETTI et al., 1985; DAMILANO, 1986)

Na literatura existe uma lacuna com relação a investigações sobre testes e métodos específicos de campo para avaliação de atletas marchadores. As variáveis resultantes do comportamento da frequência cardíaca (FC) em teste progressivo, como o ponto de deflexão da FC (PDFC – CONCONI et al., 1982) e o $D_{máx}$ (KARA et al., 1996) têm sido amplamente utilizadas e investigadas em diversas modalidades esportivas, bem como o pico de velocidade, que é a maior velocidade alcançado em teste progressivo com cargas triangulares. Existem indicadores de que essas variáveis sejam sensíveis aos efeitos do treinamento esportivo, apresentam boa associação com a performance de competição, e assim possam ser utilizadas no cotidiano das avaliações e nas planificações do treinamento (CONCONI, 1982, DROGHETTI et al., 1985; CONCONI et al, 1996). Considerando o exposto acima, o objetivo do presente estudo foi: a) descrever variáveis resultantes de um teste progressivo de marcha atlética em pista (TPMA); b) comparar métodos de identificação do ponto de deflexão da FC (PDFC) e c) verificar a sensibilidade do TPMA a efeitos de

treinamento de curto prazo.

2 MÉTODO

Foram avaliados oito marchadores, de nível nacional e internacional, quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Ambos foram submetidos a dois TPMA, com intervalo de quatro semanas de treinamento da fase inicial do período preparatório básico. No primeiro teste, realizado no mês de dezembro de 2005, a temperatura média era de 29° C e a umidade relativa do ar era de 60%; no segundo teste, realizado no mês de janeiro de 2006, a temperatura média era de 35° e a umidade relativa do ar foi de 65%. O TPMA foi realizado conforme o seguinte protocolo: velocidade inicial de 6.0 km.h⁻¹ e incremento de 0.5 km.h⁻¹ cada minuto, finalizado quando os atletas não conseguiam manter a velocidade do estágio ou não satisfaziam as regras específicas da modalidade. A FC foi medida com os monitores Polar®(s610i), para determinar o PDFC foi utilizada a inspeção visual, proposta por Conconi et al. (1982) (CON) e o método Dmáx (Kara et al., 1996), a partir de medidas realizadas com monitores Polar® (S610i).

A primeira avaliação foi realizada antes do início do período preparatório, período caracterizado pelo início da temporada de treinamentos, no qual os atletas fazem treinamentos de grande volume, baixa intensidade e com bastante ênfase na técnica de execução da marcha atlética.

Todos os avaliados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Pesquisa, permitindo o uso dos seus dados para a pesquisa, resguardando a confidencialidade de seus nomes, de acordo com as Normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

2.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para determinar a normalidade dos dados foi empregado o teste estatístico *Shapiro-Wilks*. Como os dados não demonstraram normalidade, optou-se por utilizar a estatística não paramétrica. Para as análises foram realizados os testes de correlação de *Spearman-Rank* e o comparativo de *Wilcoxon*, com nível de significância de $p < 0,05$.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados de idade, peso, estatura, percentual de gordura e FC máxima predita da amostra do estudo constam na tabela 1. Houve diferença significativa entre todas as variáveis de caracterização entre os sexos.

Os dados de idade, peso e estatura encontrados nesse estudo são semelhantes aos dados de marchadores brasileiros descritos por Brandão et al (2004). Somente os resultados de percentual de gordura corporal deste estudo são menores dos descritos por Brandão et al. (2004). Isso pode ter acontecido principalmente pelo fato de terem sido utilizadas equações de estimativas diferentes. No estudo de Brandão et al (2004), utilizou-se as equações de *Siri*, sendo que a densidade (D) foi calculada através das equações generalizadas para a estimativa da densidade corporal em adultos brasileiros desenvolvidas por Petroski em 1995. Já nesse estudo utilizaram-se as equações de Jackson e Pollock de 1978.

Na Tabela 2 estão os dados de frequência cardíaca máxima (FCmáx), percepção subjetiva de esforço (PSE), velocidade média no pico de velocidade no teste progressivo (PV), a velocidade média no ponto de deflexão da FC (PDFC), velocidade média no Dmáx, FC no PDFC, FC no Dmáx, todas as variáveis obtidas nos testes 1 e 2; conforme retificam estas tabelas respectivamente:

Tabela 1. Caracterização da amostra: média (\pm dp) dos dados de idade, peso, estatura, percentual de gordura e FC máxima predita.

Sexo**	n	Idade (anos)	Peso (kg)	Estatura (cm)	Gordura (%)	FC máx (predita) *
Masculino	4	20.3 \pm 3.8	67.5 \pm 6.4	175.7 \pm 3.4	6.6 \pm 1.6	200 \pm 4
Feminino	4	16.8 \pm 3.7	52.0 \pm 2.8	162.4 \pm 2.9	17.5 \pm 2.3	205 \pm 2

* Fórmula de Karvonen = 220-idade (variável em b.min⁻¹);

** diferença significativa entre os sexos (p<0,05)

FONTE: os Autores

Com o treinamento, houve aumento da velocidade no CON ($T_1=9.8 \pm 0.9 \text{ km.h}^{-1}$, $T_2= 10.9 \pm 1.6 \text{ km.h}^{-1}$, $p<0,05$), enquanto os valores de $D_{\text{máx}}$ foram similares ($T_1= 9.4 \pm 1.3 \text{ km.h}^{-1}$, $T_2= 9.7 \pm 1.3 \text{ km.h}^{-1}$), com alto nível de associação entre os dois métodos (0.97 e 0.89). Os valores de CON foram superiores ao $D_{\text{máx}}$ apenas em T_2 (Gráfico 2).

Tabela 2. Comparação entre as variáveis FC máx, PSE, PV, PDFC, $D_{\text{máx}}$, FC PDFC, FC $D_{\text{máx}}$ nos testes 1 e 2.

n = 8	FC máx (b.min ⁻¹)	PSE (CR10)	PV (km.h ⁻¹)	PDFC (km.h ⁻¹)	$D_{\text{máx}}$ (km.h ⁻¹)	FC PDFC (b.min ⁻¹)	FC $D_{\text{máx}}$ (b.min ⁻¹)
Teste 1	196 ± 9	6 ± 1.6	11.9 ± 1.5*	9.8 ± 0.9	9.4 ± 1.3	176 ± 8*	168 ± 13
Teste 2	196 ± 8	7 ± 1.7	12.8 ± 1.4	10.5 ± 1.4	9.5 ± 1.4	181 ± 10	170 ± 9

* diferença $p<0,05$; ** diferença $p<0,001$

FONTE: os Autores

A média de $FC_{\text{máx}}$ no TPMA foi igual em T_1 e T_2 ($196 \pm 9 \text{ bpm}$) e sem diferença da predita pela fórmula 220-idade ($202 \pm 4 \text{ bpm}$). Quanto a PSE final (CR10 Borg) do TPMA, apesar de tendência de aumento em T_2 , não houve diferença significativa entre os testes (6.2 ± 1.6 e 7.0 ± 1.6). Houve evolução do pico de velocidade (PV) - $T_1= 11.9 \pm 1.5 \text{ km.h}^{-1}$ e $T_2= 12.3 \pm 1.5 \text{ km.h}^{-1}$ (gráfico 1).

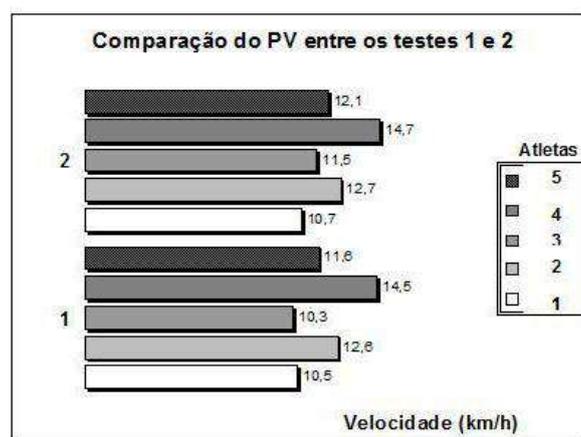


Figura 1. Comparação do PV nos dois testes (n=5)

FONTE: os Autores

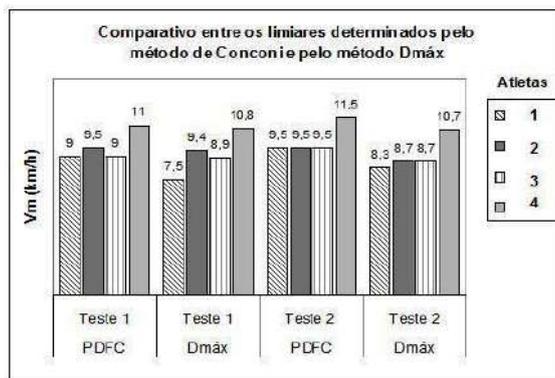


Figura 2. Comparação da velocidade no PDFC Conconi e da velocidade do Dmáx nos dois testes (n=4)
FONTE: os Autores

Os resultados encontrados no presente estudo indicam uma forte evidência de validade do teste progressivo de marcha atlética, pois o mesmo exige esforço cardiovascular máximo, sendo possível identificar o PDFC, independentemente do método, em todos os atletas. Apesar de associados, o método do ponto de deflexão da frequência cardíaca parece ser mais sensível a efeitos de treinamento em marchadores (as).

Recomenda-se que se replique esse estudo, aumentando o tamanho da amostra e explorando períodos mais prolongados de avaliação e análise, abordando as diferentes fases do treinamento e dos estímulos dados aos atletas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o teste progressivo de marcha atlética exige esforço cardiovascular máximo, sendo possível identificar o PDFC, independentemente do método, em todos os atletas. Apesar de associados, o método proposto por Conconi et al. (1982) é mais sensível a efeitos de treinamento em marchadores(as).

Recomendam-se mais estudos na modalidade de marcha atlética, visto que essa é uma limitação importante na comparação e na discussão dos dados desse estudo.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, J.S.; SILVA, I.; SLOBODA, R. **Estudo das principais medidas antropométricas e da composição corporal de marchadores Brasileiros.** In: 2º CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2004, Criciúma...Anais... Criciúma, 2004.

CONCONI, F.; FERRARI, M.; ZIGLIO, P.G.; DROGHETTI, P.; CODECA, L. **Determination of the anaerobic threshold by a noninvasive field test in runners.** *J Appl Physiol*, v.52, n.4, p.869-73, 1982.

CONCONI, F.; GRAZZI, G.; CASONI, I., GUGLIELMINI, C.; BORSETTO, C.; BALLARIN, E.; MAZZONI, G., PATRACCHINI, M.; MANFREDINI, F. **The Conconi test: methodology after 12 years of application.** *Int J Sports Med*, v.17, n.7, p.509-19, 1996.

DAMILANO, S. **La marcia.** *Atleticastudi.*, v.14, n.5, p.53-91, 1983.

_____. **Metodologia de lavoro in base al test del Prof. Conconi.** *Atleticastudi.*, v.6, p.477-484, 1986.

DROGHETTI, P.; BORSETTO, C.; CASONI, I.; CELLINI, M.; FERRARI, M.; PAOLINI, A.R.; ZIGLIO, P.G.; CONCONI, F. **Noninvasive determination of the anaerobic threshold in canoeing, cross-country skiing, cycling, roller, and ice-skating, rowing, and walking.** *Eur J Appl Physiol Occup Physiol.*, v. 53, n.4, p.299-303, 1985.

IAAF – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS FEDERAÇÕES DE ATLETISMO. **Regras de Competição 2012-2013.** Regra 230.1. Disponível em: http://www.cbat.org.br/regras/regras_oficiais.pdf. Acesso em 16 de julho de 2013.

KARA, M.; GOKBEL, H.; BEDIZ, C.; ERGENE, N.; UCOK, K.; UYSAL, H. **Determination of the heart rate deflection point by the Dmax method.** *J Sports Med Phys Fitness.*, v.36, n.1, p.31-4, 1996.

RODRIGUEZ Y GUISSADO, F.A.; CLEMENTE, M.T.A. Valoración funcional de la capacidad de rendimiento físico. In: GALLEGO, G.J. **Fisiología de la actividad y del deporte.** McGraw-Hill, Intraamerica de España, p.237-273, 1992.

RODRIGUEZ, F.A. **Entrenamiento funcional del marchador atlético: pruebas de laboratório y de campo.** *Archives de Medicina del Deporte.*, v.9, n.33, p.47-57, 1992.

FRATURAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Me. Altair Argentino Pereira Júnior¹

Dalvana Marta Hugue²

¹ Orientador da pesquisa.
Professor da Faculdade
Avantis. Graduado
em Fisioterapia pela
Universidade do Vale
do Itajaí. Mestre em
Ciências do Movimento
Humano pela
Universidade do Estado
de Santa Catarina.
E-mail: altjunior@
avantis.edu.br.

² Licenciada em Educação
Física pelo Centro
Universitário de
Brusque. Bolsista Art.
170.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi verificar a prevalência das fraturas que ocorrem no ambiente escolar. Este estudo contou com a participação de 32 entrevistados pertencentes a uma escola municipal do município de Brusque – SC com faixa etária de 07 a 16 anos de ambos os sexos. Foi utilizado como instrumento da pesquisa, um questionário aplicado na forma de entrevista composto por questões relacionadas aos dados que se pretende coletar: idade, escolaridade, gênero, segmentos corporais acometidos, fatores etiológicos entre outros aspectos abordados. Neste estudo foi evidenciado que 31,25% dos participantes afirmaram já ter sofrido algum tipo de fratura, destes 80% ocorreram no ambiente escolar e 20% a caminho da escola e /ou em casa. Desta maneira torna-se importante o conhecimento desta condição, para que se possa intervir de maneira preventiva, junto aos fatores de risco, bem como, estimular os profissionais que trabalham diretamente com esta população na prestação de primeiros socorros.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Educação. Fraturas.

Fractures in the School Environment

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the frequency with which the fractures occur in the school environment. This study had the participation of 32 respondents belonging to a municipal school in the city of Brusque

- SC aged 07 to 16 years of both sexes. Was used as a research instrument, a questionnaire administered by interview consisting of questions related to the data they want to collect: age, education, gender, body parts affected, among other etiological aspects. Our study has shown that 31.25% of participants said they had suffered some type of fracture, these 80% occurred at school and 20% the way to school and / or at home. Thus it becomes important to be aware of this condition, so that we can intervene in a preventative manner, along with risk factors, as well as encourage professionals who work directly with this population in the provision of first aid.

KEY-WORDS: Children. Education. Fracture.

1 INTRODUÇÃO

O tecido ósseo é um dos mais resistentes e rígidos do corpo humano. É o principal constituinte do esqueleto, serve de suporte para as partes moles e protege os órgãos vitais e funciona ainda como depósito de cálcio e outros íons (JUNQUEIRA e CARNEIRO, 1999).

Fratura é a perda total ou parcial de continuidade de um osso, sendo definida de acordo com o tipo e a extensão. Os ossos fraturam quando a resistência óssea é menor que a força aplicada contra eles, que passam a apresentar alterações funcionais e anatômicas (BRITO et al, 2008).

As fraturas em crianças são muito comuns, e são classificadas de diversas formas, de acordo com o local acometido e o tipo de fratura. (CHESS et al, 1994; NOOMAM e PRICE, 1998).

Nas crianças e adolescentes as fraturas evoluem de maneira diferente dos adultos. Dentre os diversos fatores que interferem nesse comportamento estão às características anatômicas desta faixa etária, seu potencial de crescimento, a correção espontânea de algumas deformidades, a resposta das partes moles às lesões e os princípios básicos do tratamento das mesmas (CUNHA et al, 1998; EBERL, 2008).

Conforme Cohen e Abdala (2005), as fraturas em crianças são ocasionadas por quedas, contato físico com outras crianças, ou quando atingida por um objeto, como por exemplo, bolas. Tanto nas aulas escolares de educação física como nos esportes de maneira geral, os treinamentos deveriam ser adaptados a cada criança, e os exer-

cícios deveriam ser personalizados para as faixas etárias.

A criança está constantemente sujeita a situações de risco que acompanham as várias etapas do seu crescimento e desenvolvimento, sendo decorrentes das novas experiências adquiridas com o passar dos anos, especialmente no ambiente escolar, o que pode ser considerado como um ponto de preocupação para dirigentes, professores, alunos e familiares (FARIAS et al., 2004).

Diferentes variáveis podem contribuir para o risco de acidentes no ambiente escolar, destaca-se a concentração de crianças e adolescentes circulando em um mesmo ambiente, o que pode ocasionar traumatismos pelo contato físico ou ainda contra objetos fixos como traves, paredes etc.

Conforme Oliveira (2008) os acidentes infantis representam um importante problema de saúde pública, devido à sua alta incidência e repercussão, ocupando um papel de destaque nas estatísticas de morbimortalidade, no Brasil, e em diversos outros países, cuja solução depende basicamente de ações educativas preventivas. No caso do acidente na escola, o impacto é decorrente não só de sua frequência, mas também das limitações causadas nas crianças. As lesões não intencionais causam múltiplas sequelas nas funções motoras, sensitivas, cognitivas e comportamentais. A maior parte das sequelas encontra-se nas áreas motoras, ficando a criança com dificuldades em conseguir se locomover e exercer atividades do seu cotidiano, como se banhar e vestir e frequentar as aulas de educação física.

Sabendo disso, o objetivo deste estudo foi verificar a prevalência de fraturas em crianças e adolescentes ocorridas no ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caráter descritivo que segundo GIL (1994), tem como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A população foi composta por escolares da rede pública de ensino do município de Brusque. A amostra será do tipo intencional e não probabilística, composta por 32 alunos do 1 ao 9 ano da rede de ensino do município de Brusque SC. Participaram da pesquisa indivíduos de ambos os gêneros que sofreram fratura no ambiente escolar no ano de 2010.

Os participantes da pesquisa foram esclarecidos sobre os objetivos e finalidades da pesquisa, respeitando-se qualquer recusa em realizar a avaliação proposta. Para atender as determinações do parecer 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, foi solicitado a cada um dos participantes ou seu responsável que assinasse um termo de consentimento livre e esclarecido.

Foi utilizado como instrumento da pesquisa, um questionário aplicado na forma de entrevista composto por questões relacionadas aos dados que se pretende coletar: idade, escolaridade, gênero, segmentos corporais acometidos, fatores etiológicos entre outros aspectos abordados.

Os dados obtidos foram tabulados no Software Microsoft Excel, e categorizados de acordo com os instrumentos usados para coleta de dados, e apresentados na forma de gráficos e tabelas usando a estatística descritiva.

O projeto de pesquisa teve a aprovação do comitê de ética e pesquisa do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, e fez parte da bolsa de pesquisa do artigo 170.

3 RESULTADOS

Esta entrevista foi respondida por 32 indivíduos de ambos os sexos com idade correspondida de 07 a 16 anos. Os 32 entrevistados participaram das aulas de educação física. Destes, 15 relataram que participaram de brincadeiras como corridas na hora do intervalo. Foi evidenciado que 10 alunos já sofreram fraturas o que corresponde a 31,25% dos participantes desta pesquisa. Destes, 8 sofreram fraturas na escola e 2 no trajeto casa-escola. O local de acometimento das fraturas foi o exposto na Figura 1.

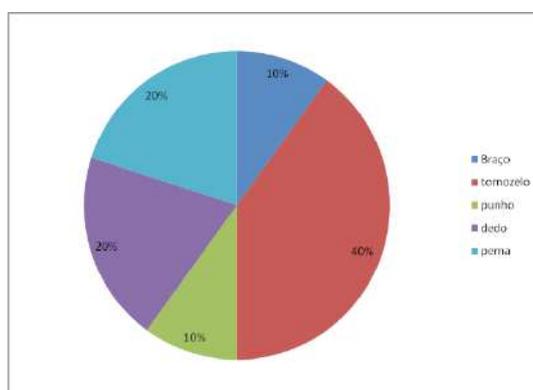


Figura 1: Seguimento anatômico acometido.

O mecanismo que ocasionou as fraturas foi terreno irregular, quedas, e choque com os demais escolares, conforme exposto no Gráfico 2.

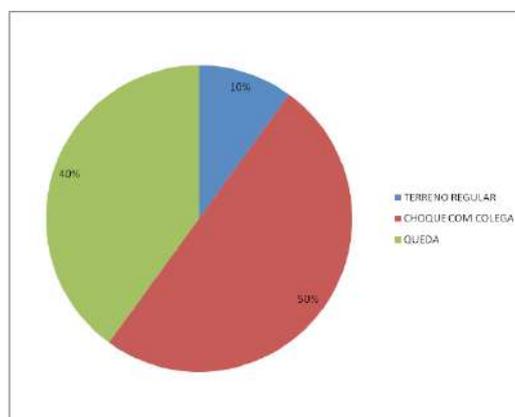


Figura 2: Fator desencadeante da fratura

Decorrente das fraturas 40% dos participantes da pesquisa necessitaram ficar afastados das aulas de Educação Física de um mês a dois meses.

Apenas um dos participantes necessitou de internação hospitalar e relatou persistência de sequela decorrente da fratura que ocasiona dor e limitação do movimento de inversão e eversão do tornozelo. Esta região também foi a que apresentou maior incidência de fraturas, correspondendo a 40% dos tipos de fraturas, seguido por 20% nos dedos e 20% nas pernas.

4 DISCUSSÃO

Crianças e adolescentes tendem a passar aproximadamente um terço do dia na escola e no caminho em direção a ela. O Censo Escolar da educação básica de 2008, realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) contabilizam aproximadamente 828 mil crianças e adolescentes matriculadas no ensino fundamental regular em escolas municipais e estaduais no estado de Santa Catarina e 28 milhões no Brasil (BRASIL, 2010). Este fator parece ser uma das causas do aumento da incidência de fraturas no ambiente escolar, como pode ser evidenciado nesta pesquisa.

Quando se fala a respeito de escola, prevalece uma ideia de ambiente segu-

ro, entretanto, muitos recintos na escola, como as escadas, os corredores, o pátio e, principalmente, a quadra esportiva, são palco de diversos acidentes, o que ocasiona diferentes traumatismos no sistema musculoesquelético (SOUZA e TIBEAU, 2008). É sabido, no entanto que as escolas em geral apresentam problemas estruturais (físicos), e nos materiais disponíveis para as aulas de educação física, o que pode se verificar neste estudo, quando alguns dos escolares relataram que o motivo da fratura foi irregularidades no terreno, e quedas.

Foi constatado através deste estudo que 15 participantes costumam participar de brincadeiras na hora do intervalo, o que está de acordo com os estudos de SOUZA E TIBEAU (2008) que relatam que as pausas entre as aulas ou a “hora do recreio” representam um momento de tempo livre e, em geral, os alunos aproveitam para brincar. Muitas vezes essas atividades provocam acidentes, que são naturais nessa faixa etária, mas que podem deixar sequelas irreversíveis caso não tenham o atendimento adequado.

A literatura mostra que grande parte dos acidentes, que requer atenção médica, com crianças em idade escolar, ocorre na escola. Mais de um terço dos acidentes estão relacionados a esportes e atividades recreativas e, próximo a um terço, resultante de quedas durante outras atividades, o que está de acordo com os achados do presente estudo onde foi evidenciado que 47% dos participantes realizam brincadeiras recreativas na hora do intervalo.

As aulas de Educação Física (EF) também representam momentos em que os alunos executam movimentos ou atividades nas quais podem ocorrer vários tipos de acidentes, sejam por uso indevido de materiais, aparelhos, vestimenta ou mesmo o contato físico, o que ocasiona choques com os colegas, sendo este correspondeu a 50% das causas de fraturas nestes educandos.

Harada (2003) faz referência a uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, que aponta que, a cada ano, 3,7 milhões de crianças sofrem acidentes nas escolas. Outra investigação realizada em 20 escolas participantes do projeto Unimed Vida, na cidade de Blumenau, no ano de 2000, revela que, dos 287 acidentes registrados no período de um ano, verificou-se que 117 (41%) deles ocorreram na quadra esportiva. A maior incidência de acidentes (55%) aconteceu durante as aulas. Observou-se que 8 participantes deste estudo sofreram fraturas no ambiente escolar decorrentes de quedas ou choque direto com o colega.

Neste sentido alguns autores afirmam que entre os fatores mais fre-

quentes, relacionados a hospitalizações por injúrias em crianças e adolescentes estão os acidentes de transporte, em especial com bicicletas, e as quedas da própria altura como causas frequentes de fraturas (GASPAR, 2004; GUARNIERO et al, 2011).

Wharley e Wong (1999) advertem que a maioria das lesões acontece durante a participação em esportes de recreação, e não em competições atléticas organizadas, e que lesões graves podem ocorrer durante a prática de esportes de contato intenso ou com pessoas que não estão fisicamente preparadas para a atividade. Os autores lembram, ainda, que a própria atividade impõe um risco em maior ou menor grau, mas o ambiente e o equipamento para o esporte ou para a recreação comportam riscos adicionais.

Flegel (2002) relata que, embora a preparação e a manutenção da área de jogo possam ser responsabilidades de outros funcionários, ainda assim é do profissional de Educação Física a responsabilidade de verificar a segurança. Sujeira, pisos escorregadios, traves quebradas, quadras esportivas desgastadas e vários outros problemas podem causar lesões nos alunos.

Segundo Sena (2006) onde quer que seja, em qualquer momento, o aluno está exposto a uma série de riscos: em sala de aula, corredores, escadas, banheiros, laboratórios, áreas de recreação e esportes, determinando que o acidente surja subitamente e de um modo repentino, apesar de ser, quase sempre, previsível. A característica de previsibilidade justifica a investigação de fatores de risco para o estabelecimento de condutas preventivas para que ocorra sua diminuição.

Dentre estes traumatismos, destacam-se as fraturas que podem ocasionar sérios comprometimentos de acordo com o local fraturado e a extensão da fratura, podendo resultar em dor, limitação física e deformidades, além de transtornos psicológicos e afastamento do ambiente escolar e das aulas de educação física (GOMES et al, 2010). O que está de acordo com os achados desta pesquisa, onde os indivíduos que sofreram fraturas necessitaram se afastar das aulas de educação física e em alguns casos foi necessário o afastamento da escola para o tratamento das fraturas.

Em relação ao segmento anatômico fraturado verificou-se que a região do tornozelo, perna e dedos foram os locais mais acometidos desta amostra, o que difere de estudos já realizados onde verificaram maior acometimento dos membros superiores em relação aos membros inferiores (GUARNIERO et al, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser evidente que o ambiente escolar possa propiciar quedas ocasionando diferentes tipos de traumatismos na criança e no adolescente, são escassos na literatura os resultados destes estudos.

Como exposto nesta pesquisa a incidência de fraturas no ambiente escolar é alta, e está relacionada a prática das atividades físicas que ocasionam o contido direto e quedas, o que compromete a vida escolar dos educandos.

Desta maneira torna-se importante o conhecimento desta condição, para que se possa intervir de maneira preventiva, junto aos fatores de risco, bem como, estimular os profissionais que trabalham diretamente com esta população na prestação de primeiros socorros.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE CM, OLIVEIRA CP. Saúde e doença: significações e perspectivas em mudança. **Millenium On.Line**. Jan 2002. Disponível em: www.ipv.pt/millenium/Millenium25/25_27.htm. Acesso: 08 set. 2011.

BRASIL. **Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Mec, Censo Escolar, 2008. Disponível em < http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2008.htm > . Acesso em 08 abr. 2011.

BRITO BS. et al.. Técnicas manuais viscerais em pacientes com fratura no fêmur res-
tritos ao leito por longa permanência. **Revista Terapia Manual** v. 6 n.26, 239-244,
2008.

CHESS DG et al. Short arm plaster cast for distal pediatric forearm fracture. **Journal
of Pediatric Orthopaedics**. v. 14, 211-213, 1994.

CUNHA FM. et al. Fraturas expostas em crianças e adolescentes. **Revista Brasileira
de Ortopedia**. v. 33, n.6, 431-435, 1998.

COHEN, M., ABDALLA, R. J. **Lesões nos esportes: diagnóstico – prevenção – trata-
mento**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

EBERL R. et al. Galeazzi lesions in children and adolescents: treatment and outcome.
Clinical Orthopaedics and Related Research. v.466, n.7,1705-9, 2008.

FARIAS, G.M. et al. Conhecimento dos professores sobre o atendimento de urgência

no recinto escolar análise em duas escolas da grande Natal, RN. In: XX Encontro de Enfermagem do Nordeste e IV Seminário de Pesquisa da René. **Anais do XX Encontro de Enfermagem do Nordeste e IV Seminário de Pesquisa da René**. Natal, 2004.

FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte: o mais prático guia de primeiros socorros para o esporte**. São Paulo: Manole, 2002. 190 p.

GASPAR, V. L. V. et al. Fatores relacionados a hospitalizações por injúrias em crianças e adolescentes. **Journal de Pediatria**.v. 80, n.6, 447-52, 2004.

GIL AC. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES. I. B. Acidentes em crianças no ambiente escolar: Estudo Bibliográfico. **FIEP BULLETIN**, v. 80, n.2 - Special Edition, 2010.

GUARNIERO, R. et al. Estudo observacional comparativo de fraturas em crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Ortopedia**. V. 46, supl. 4 , p. 32-7, 2011.

JUNQUEIRA LC. CARNEIRO J. O tecido ósseo In: _____ **Histologia Básica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

NOONAN KJ. PRICE CT. Forearm and distal radius fracture in children. **Journal of American Academy Orthopaedic Surgeons** v. 6, n.3, 146-156, 1998.

OLIVEIRA, R.A. **Comportamentos de risco para acidentes em playgrounds: identificação e opiniões de profissionais da educação infantil**. 2008. 167 f. Tese (Doutorado em Educação). Área de concentração: Ensino na Educação Brasileira - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade De Filosofia e Ciências, Marília.

SENA, S.P. **A Representação Social dos Acidentes Escolares por Educadores em Escola de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental, Belo Horizonte**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde da Criança e do Adolescente). Área de concentração: Saúde da Criança e do Adolescente – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina, Belo Horizonte.

SOUZA, P.J.; TIBEAU, C. **Acidentes e primeiros socorros na educação física escolar**. *Efdeportes*, v.13, n. 127, dez. 2008.

WHARLEY, L. F.; WONG, D. L. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 1130 p.

GERAÇÃO Y NO TRABALHO:

CONVIVÊNCIA E INTEGRAÇÃO EM AMBIENTES ORGANIZACIONAIS – DEFININDO E INTEGRANDO ATITUDES

Me. André Gobbo¹

Dra. Bernadette Beber²

Evelyne Faccio³

Me. Simoni Urnau Bonfiglio⁴

¹ Doutorando em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Professor da Faculdade Avantis.

² Professora Universitária, Pós Dra em Engenharia e Gestão do Conhecimento/UFSC. Professora da Faculdade Avantis.

³ Graduada em Administração pela Faculdade Avantis.

⁴ Psicóloga, professora Universitária, Mestre em Educação UFPB. Professora da Faculdade Avantis.

RESUMO

O mercado de trabalho e o ambiente corporativo vêm sofrendo transformações profundas com a chegada da nova geração de colaboradores: a Geração Y. Estes jovens também conhecidos como *Millennials* ou Geração do Novo Milênio, atuam em ambientes competitivos e altamente produtivos, tendo os avanços tecnológicos das últimas décadas como aliados. O presente artigo tem por objetivo investigar as expectativas da Geração Y em relação à sua carreira profissional, às mudanças que vêm ocorrendo no ambiente organizacional frente à convivência e integração de atitudes no trabalho. Como metodologia, utilizou-se pesquisa bibliográfica e de levantamento com aplicação de um questionário de múltipla escolha aplicado a 103 colaboradores do Departamento de Logística Mercado Externo de uma empresa de Itajaí (SC). Verificou-se que os profissionais da Geração Y pesquisados têm um bom relacionamento com as gerações anteriores, são comprometidos com a empresa que trabalham, estão abertos a novos desafios e oportunidades, valorizam o desenvolvimento pessoal, tem bom equilíbrio entre a sua vida pessoal e profissional e almejam maior flexibilidade no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Geração Y. Convivência. Integração. Atitude. Ambiente organizacional.

**GENERATION Y AT WORK: ASSOCIATION AND INTEGRATION IN
ORGANIZATIONAL ENVIRONMENTS – DEFINING AND EMBRACING ATTITUDES**

ABSTRACT

The labor market and the corporate environment have faced profound changes with the arrival of the new generation of employees: Y Generation. These young people also known as Millennials work in competitive and highly productive environments and they have the technological advances of the last decades as allies. This paper aims to investigate the expectations of Y Generation in relation to its professional career, the changes that have taken place in the organizational environment considering the coexistence and integration of attitudes at work. The methodology used consisted of a literature and survey by applying a multiple-choice questionnaire to 103 employees of the Foreign Market Logistics Department of a company in Itajaí (SC). It was found that in the Y Generation professionals that participated in the survey have a good relationship with previous generations, are committed to the company they work, are open to new challenges and opportunities, promote the personal development, know how to balance the personal and professional lives and aims more flexibility at work.

KEYWORDS: Y Generation. Coexistence. Integration. Attitude. Organizational Environment.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as organizações têm recebido colaboradores denominada Geração Y ou *Millenials* em que estima até 2025 perfazer 75% da força de trabalho. Esta geração tem características peculiares e traz grandes mudanças nos modelos organizacionais, identificando-se como profissionais e como consumidores. Os *Millenials* são audaciosos, partícipes da organização que trabalham levando em conta os valores da empresa, e buscam aperfeiçoar-se continuamente.

Esta geração, por observar o cotidiano laboral se preocupa com a qualidade

de vida, isto é, doenças por excesso de trabalho, distanciamento da família, diminuição do convívio social, isolamento pessoal, dentre outros. Sendo assim buscam jornadas de trabalho mais flexíveis e estão dispostos a mudanças no que se refere a setor, local, função e remuneração salarial.

Anualmente estes profissionais chegam ao mercado de trabalho com mais qualificação profissional e se deparam com realidades nem sempre condizentes com suas expectativas necessitando adaptar-se à realidade existe.

A Geração Y se encontra estabelecida nas organizações e estas buscam compreender melhor o comportamento e as expectativas deste profissional em relação ao mercado de trabalho. Este artigo tem por objetivo investigar as expectativas da Geração Y em relação à sua carreira profissional, às mudanças que vêm ocorrendo no ambiente organizacional frente à convivência e integração de atitudes no trabalho.

Sendo a Geração Y uma nova força de trabalho, justifica-se a relevância do presente artigo pelo fato de as grandes mudanças nas últimas décadas no que diz respeito a estes profissionais, a economia global, a tecnologia e as relações interpessoais e atitudinais dos mesmos.

A pesquisa buscou identificar maior conhecimento em relação às características desta geração que ocupa o grande quadro de funcionários da organização pesquisada, tendo um grande impacto quanto a liderança, motivação, gerenciamento, treinamento e gestão de talentos.

2 METODOLOGIA UTILIZADA

Este artigo quanto a questão metodológica se caracteriza como um estudo bibliográfico e descritivo de cunho quantitativo.

Bibliográfico por permitir um caráter interpretativo, visando dialogar com alguns autores que transitam entre a construção teórica da Geração Y e o ambiente organizacional, que de acordo com Gil (2010, p. 29) é constituída de material já publicado, “[...] todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fonte [...]”.

O referido artigo na sua composição teórica discorre a respeito da Geração Y, sua relação com o mercado de trabalho, as diferenças entre a geração e o ambiente de trabalho, o gerenciamento e retenção dos *millennials*.

Por permitir ir mais a fundo nas peculiaridades comportamentais e atitudinais configura-se como descritivo, pois conforme Gil (2010, p. 27), “[...] estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, [...]”, possibilita diagnosticar com precisão o público envolvido, assim como, saber suas opiniões e atitudes sobre a temática em questão.

Quanto a abordagem quantitativa, pois permite analisar a convivência, integração, atitude e o ambiente organizacional dos indivíduos estudados, assim, “[...] traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69).

A pesquisa utilizou como recurso metodológico a coleta de dados, realizada no Departamento de Logística - Mercado Externo de uma empresa no município de Itajaí (SC) tendo como respondentes 103 colaboradores dos 118 que compõem o quadro funcional do setor. Os dados foram coletados nos dias 29 de setembro e 13 de outubro de 2014, por meio de um questionário com 19 questões de múltipla escolha, em que os pesquisados tiveram a opção de mais de uma resposta nas questões.

A análise e interpretação dos dados foi descritiva, de acordo com Gil (2010, p. 113) “[...] o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos”. Assim, a metodologia utilizada permitiu aos pesquisadores uma visualização efetiva da realidade da Geração Y que desenvolve suas atividades laborais no departamento de logística – mercado externo, da organização pesquisada.

3 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS GERAÇÕES

O quadro funcional das organizações atualmente está composto por profissionais de diferentes gerações dentre essas a Geração Y ou *Millennials* que possuem novas habilidades e necessidades diferenciadas para atuar no mercado.

Para lidar com essa geração as organizações necessitam reorganizar-se estruturalmente para atender essa demanda, pois para definir uma geração é necessário ir além do período de nascimento de uma população afinal existem diversos fatores que influenciam na determinação geracional, como os acontecimentos sociais, culturais e aspectos comportamentais mais fáceis de serem identificados.

A respeito, Sladick e Haddock (2012, p. 9) dizem que:

O termo “geração” refere-se a um grupo de pessoas que compartilharam certas experiências em seus anos de formação – música, valores, educação, formas de comunicação, eventos históricos, ética no trabalho, experiências culturais e assim por diante. Essa mistura de experiências gera aspectos comuns e um nível de homogeneidade para os membros desta geração. Distinções entre as gerações podem ser vistas facilmente quando assistimos filmes que as caracterizam (tradução nossa).

Outra forma de identificar uma geração, passa pela análise demográfica, verificando a quantidade de nascimentos, não excedendo um período de vinte anos. Segundo Nazvanov (2012), as gerações podem ser definidas com uma diferença de três a cinco anos, neste sentido, os nascidos em determinada fase podem se identificar mais com a geração anterior ou a atual. A geração Sênior ou Geração GI (nascidos entre 1904 e 1924), conhecidos pela “[...] disciplina, respeito às leis e à ordem, resistência à mudança” (NAZVANOV, 2012, p. 118), foi caracterizada pelo sucesso financeiro, onde o Ensino Médio era suficiente para ter um bom emprego oferecendo estabilidade e segurança financeira (RAINER; RAINER, 2011).

Dentre os nascidos entre 1925 e 1945, chamados de Geração Silenciosa, o mesmo autor afirma que eventualmente conquistaram posições de destaque nas organizações e na vida pública. Esta geração é mais conhecida por Tradicionalistas, que de acordo com Sladick e Haddock (2012), foi marcada pela Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, tendo como características a seriedade, prudência financeira e integridade, e viviam em um ambiente familiar em que o marido era o provedor e a mãe cuidava do lar.

A geração seguinte, os *Baby Boomers*, nascidos entre 1946 e 1964, foi considerada a maior geração da história até a Geração Y em função do número expressivo que os mesmos tiveram em relação a atenção das escolas, igrejas, mídia e negócios da época (RAINER; RAINER, 2011).

Nos países desenvolvidos, como na América do Norte e Europa, esta geração foi marcada por privilégios, pois as comparando com seus pais e avós, tiveram melhores recursos na alimentação, educação, moradia, recreação e condições físicas (NAZVANOV, 2012), considerados a geração da contracultura, do antiautoritarismo,

acreditando que seu ponto de vista era o correto (RAINER; RAINER, 2011).

A partir de 1961 até final dos anos 70 esta geração foi conhecida como Geração X (RAINER; RAINER, 2011), sendo influenciada como a Guerra do Golfo, AIDS, aumento da taxa de divórcios, videogames, MTV e computadores. As crianças da Geração X eram estimuladas a desejar e sonhar, sendo que a máxima “querer é poder” ficou muito popular neste período (OLIVEIRA, 2012).

Já para McDonald (2012), a Geração X foi composta por pessoas nascidas entre 1965 e 1979 caracterizada por ser uma juventude cansada de seus empregos sem propósito e sem reconhecimento (SIEFER, 2013). Nazvanov (2012) descreve a Geração X como autossuficientes, disposta a sacrificar a vida pessoal para avançar na carreira e capaz de lidar com mudanças. Atualmente esta geração ocupa posições de média e alta gerência, assim como os *boommers* estão se aposentando, dando lugar à geração seguinte, Y.

Entre os anos 80 e 90 uma nova geração se formou chamados de *The Bridger Generation*, por serem a ‘ponte’ de um milênio para o outro. A denominação Geração XX ou Geração Y fez a conexão com a Geração X, enquanto *Echo Boomers* e *Boomer Babies* tentava relacioná-los com os *Boomers* (RAINER; RAINER, 2011). Esta geração, os Ys, que para são nascidos entre 1978 e 1996, e para outros entre os anos 1980 a 2000, são a geração mais numerosa entre todas e alvo de estudos, debates e críticas devido o potencial de força e influência no mundo atual tão quanto dificuldades em compreendê-la (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o estudo de Berland (2014), a Geração Y em 2025 será a mais populosa totalizando 75% da força de trabalho. Esta geração possui características marcantes como conectividade, idealismo, senso crítico e capacidade empreendedora. Esta geração é a primeira a crescer na era digital, tendo a informação ao seu alcance, embora apresentem características distintas segundo a sua localização e seu nível sócio econômico. Os velhos desta geração, na faixa dos 30 anos, já formaram família, têm carreiras sólidas, possuem alto poder de compra e exercem grande influência no mundo de hoje.

A diferença entre eles e as gerações anteriores segundo Matsu e Schabib (2013) caracteriza-se por estar envolvida no contexto tecnológico, à internet, propondo a transformação da forma de educar as gerações seguintes. Por sua vez, Armour (2013) ressalta que a internet possibilitou respostas e soluções simultâneas ao surgimento dos problemas, conforme este autor a Geração Y cresceu e se desenvolveu conectada com a tecnologia e demanda na vida pessoal e no trabalho como

sabedores do quanto podem evoluir e serem mais produtivos nas suas funções sendo uma geração multitarefa, voltada à alta performance e à alta manutenção.

3.1 A GERAÇÃO Y NO MERCADO DE TRABALHO

Muitos jovens da Geração Y acumulam experiências de vida enriquecedoras que as gerações anteriores não tiveram oportunidades de vivenciar. Se os *Baby Boomers* valorizavam a segurança no emprego, as estruturas ordenadas e hierárquicas, os *Millennials* tendem a rejeitar estes valores. Os trabalhadores desta geração, na sua maioria, valorizam um trabalho flexível, como trabalhar em casa via internet, trabalhar meio período, ou deixar o mercado de trabalho temporariamente.

Moreira (2014) diz que nas últimas décadas, devido variados fatores, houve mudanças no comportamento e a nova geração não dará o sangue pela empresa como fizeram os seus pais, e dificilmente ficarão no escritório no final de semana tão quanto trabalharão exaustivamente até a madrugada como parte da rotina e que praticarão o comprometimento exaustivamente durante o expediente e depois irão cuidar das outras coisas que envolvem sua vida.

Williams (2013) caracteriza a Geração Y como uma geração movida por paixão, que tem vontade de fazer a diferença no mundo e confiantes de que cedo podem assumir cargos de liderança em suas carreiras. Os Ys estão buscando alternativas à estrutura de trabalho tradicional por meio de trabalho autônomo e *freelancing*. O mesmo autor afirma que cerca de 60% dos *Millennials* deixam as empresas em menos de três anos, gerando altos custos para as empresas, e que para eles ter uma jornada de trabalho flexível é mais importante que um salário maior; possuem diferenciais sobre a visão de como o trabalho deve ser feito e o papel das organizações na sociedade. Acreditam que as organizações devem dar retorno para as comunidades onde atuam e isto influencia na escolha de onde querem trabalhar; buscam incorporar crenças e causas às quais acreditam em suas vidas atarefadas, serem menos complexas e multifacetadas.

A esta geração, Chester (2002) corrobora afirmando quanto é importante que a organização apresente a sua missão à Geração Y demonstrando que se importa com esses profissionais para que se sintam bem quistos, necessários e cuidados.

Muito embora o relatório apresentado pela *Generation Gap Coaching* (2011)

diga que um terço dos jovens nos seus 20 anos passou por cerca de sete empregadores esta geração entende que a rotatividade nas organizações é causada principalmente pelo uso de tecnologia ultrapassada e métodos de gerenciamento que não dão suporte às suas carreiras.

A Geração Y é impulsionada pela sua característica social a esperar o esforço da recompensa, a criar novas e positivos resultados para seu negócio, são agradáveis e adaptáveis por excelência, vivem pela inovação, envolvem-se em desafios quando instigados, organizam o seu tempo, mostram-se eficientes e capazes no que se propõem a fazer na organização.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada no departamento de logística – mercado externo de uma empresa do município de Itajaí (SC), tendo como respondentes 103 colaboradores dos 118 que compõem o quadro funcional do setor. Os dados foram coletados nos dias 29 de setembro e 13 de outubro de 2014, por meio de um questionário de 19 perguntas de múltipla escolha. Os resultados da pesquisa estão dispostos em Tabelas comparativas mostrando separadamente os dados da Geração X (nascidos entre 1965 e 1979) e Geração Y (nascidos entre 1989 e 2000). A análise dos dados baseia-se na extração dos resultados e na comparação dos fatos.

A primeira pergunta procurou identificar a que geração pertencem os investigados. Observa-se que fazem parte da população pesquisada duas gerações: Geração X representam 27,18%; e a Geração Y mais numerosa com 72,82% dos colaboradores.

Para estabelecer melhor identificação deste público denominado Geração Y, buscou-se identificar o tempo de serviço que estes trabalham na mesma organização. A Tabela 1 mostra estes resultados.

TABELA 1: Tempo de serviço na empresa

Há quanto tempo trabalha na mesma empresa?		
	Geração X	Geração Y
Até três anos:	3,57%	30,67%
Entre três e cinco anos	7,14%	21,33%
Mais de cinco anos	21,33%	48,00%

Fonte: Dados primários, 2014.

Dentre a Geração Y, 21,33% dos entrevistados trabalham na organização pesquisada entre três e cinco anos e 48% destes, por mais de cinco anos, ultrapassando o tempo de permanência normalmente constatado entre os trabalhadores desta geração. De acordo com a literatura o tempo médio que um profissional da Geração Y fica em uma empresa é de dois anos, enquanto a Geração X, usualmente permanece na mesma organização, por cinco anos.

Segundo Tagart (2013), criou-se um senso comum de que os *Millennials* têm dificuldades em permanecer no mesmo emprego por muito tempo, são instáveis e não obedecem a hierarquia. Deve-se ter atenção para o fato de que muitas destas características são típicas da juventude, independente da geração, afinal, um *Boomer* no seu início de carreira poderia ser tão ansioso quanto um profissional da Geração Y que recém entrou no mercado de trabalho.

Muitas vezes a razão pelos quais os *Millennials* deixam as organizações em tão pouco tempo, se dá pelo fato de elas falharem em não apontar um caminho a ser seguido para a ascensão profissional, ou não mantêm critérios claros para promoções (SCHAWBEL, 2013).

Sequencialmente, perguntou-se aos pesquisados se estão procurando outro cargo / emprego. Os resultados estão expressos na Tabela 2.

TABELA 2: Quantos estão a procurar outro cargo/emprego

Você está procurando outro cargo / emprego?		
	Geração X	Geração Y
Sim	10,71%	10,81%
Não, mas estou aberto a novas ofertas	64,29%	67,57%
Não, espero ficar com meu emprego atual a longo	25,00%	21,62%

Fonte: Dados primários, 2014.

Como demonstrado na Tabela 2, 67,57% da Geração Y não estão buscando outro cargo/emprego dentro da empresa, 10,81% estão abertos a novas propostas. Frente ao exposto e os estudos realizados, enquanto as gerações anteriores buscavam segurança e continuidade de trabalho na mesma organização, a nova geração dá mais ênfase às suas necessidades pessoais que às da empresa, dando prioridade ao balanço entre vida pessoal e trabalho, não tendo dificuldades em mudar de emprego, caso percebam não terem as suas expectativas realizadas.

De acordo com Melo (2014), atualmente o jovem necessita de alguém que lhe mostre que a permanência na organização é sinônimo de formação e competência, uma vez que, com pouca idade já acumula títulos de pós-graduação e muita informação, mas não tem experiência e não sabe que ela é essencial para a sua projeção no mercado de trabalho. De acordo com uma pesquisa feita pela consultoria *Millennial Branding* (2013), as empresas estão perdendo seus talentos diretamente para os seus competidores, tendo como principais razões para isso: uma melhor oferta feita por outra empresa; os objetivos da sua carreira profissional não estão alinhados com os da organização em que trabalham e falta de oportunidades onde estão.

Neste sentido os profissionais desta geração permanecerão por mais tempo nas organizações exercendo funções autônomas, desenvolvendo sua criatividade e estabelecendo laços de confiança com seus chefes, tendo com isso maiores oportunidades de crescimento (FARAH, 2013).

A seguir perguntou-se aos participantes da pesquisa, quantos empregadores esperam ter ao longo da carreira.

TABELA 3: Quantos empregadores esperam ter na carreira

Quantos empregadores espera ter ao longo da sua carreira?		
	Geração X	Geração Y
1	7,14%	5,33%
2 - 5	39,29%	30,67%
6+	0,00%	2,67%
Não sabem	53,57%	61,33%

Fonte: Dados primários, 2014.

Estudos demonstram que para a Geração X pais e avós da Geração Y, era motivo de orgulho iniciar a vida profissional e se aposentar na mesma empresa, já este sentimento não é compartilhado pela nova geração que tende a buscar constantemente novas experiências e oportunidades. A isto, firmamo-nos no relatório da *Generation Gap Coaching* (2011) ao afirmar que os *Millennials* desejam mais qualidade de vida do que as gerações anteriores e querem que seu trabalho comporte a vida pessoal e sua família.

O mesmo relatório diz que 1/3 dos jovens aos seus 20 anos já passou por cerca de sete empregadores, sendo que a rotatividade é causada principalmente pelo uso

de tecnologias ultrapassadas aliada a métodos de gerenciamento que não dão suporte às suas carreiras.

A criação de programas em que os Ys possam se conectar, aprender e a se sentir parte da empresa irá retê-los e, então, se tornarão os próximos líderes, evitando perder estes talentos para os competidores.

Conforme já citado, os *Millennials* demandam mais qualidade de vida do que as gerações anteriores e querem que o seu trabalho comporte a vida pessoal e a sua família. A Tabela 4 mostra o balanço entre a vida profissional/pessoal de acordo com as expectativas antes de começar a trabalhar.

TABELA 4: Balanço entre a vida pessoal e profissional

Como tem sido vivido o balanço entre a sua vida profissional / pessoal de acordo com as suas expectativas antes de começar a trabalhar?		
	Geração X	Geração Y
Melhor que o esperado	21,43%	14,67%
Como esperava	39,29%	56,00%
Um pouco pior do que esperava	32,14%	21,33%
Não tinha qualquer expectativa anterior	7,14%	8,00%

Fonte: Dados primários, 2014.

Dos pesquisados, 56% afirmaram que o balanço vivido entre a vida pessoal e a profissional tem sido conforme esperavam. Apenas 21,33% dos colaboradores da Geração Y responderam ser pior do que esperavam.

De acordo com Siefer (2003) o que se deve ter como importante é o trabalho com sustentabilidade, prazer, compatível com a vida pessoal do profissional Y que privilegia um equilíbrio entre trabalho e projeto pessoal.

Os questionamentos subsequentes estão relacionados à atração e retenção da Geração Y. A Tabela 5, a seguir, apresenta estes fatores.

TABELA 5: Fatores atrativos da organização

Quais os fatores que fazem da organização um empregador atrativo?		
	Geração X	Geração Y
Oportunidades de progressão na carreira	19,10%	20,60%
Salário competitivo / outros benefícios financeiros	20,22%	18,45%
Bom conjunto de benefícios	16,85%	15,45%
Regime de trabalho flexível	8,99%	8,58%
Oportunidades internacionais	7,87%	7,30%
Boa reputação e práticas a nível ético	8,99%	7,73%
Valores corporativos	7,87%	3,86%
Reputação de ser um empregador com pessoas boas e brilhantes	2,25%	3,00%
Marca do empregador	3,37%	8,15%
Setor que a empresa opera	4,49%	6,87%

Fonte: Dados primários, 2014.

Os três principais fatores apontados pela Geração Y foram as oportunidades de progressão na carreira (20,60%), salários competitivos/outros benefícios financeiros (18,45%) e bom conjunto de benefícios (15,45%). Ashkenas (2012) a esse respeito, diz que a Geração Y quer maior flexibilidade com horários e local de trabalho, valoriza a natureza e a importância do trabalho acima do salário e benefícios, quer se envolver nas estratégias e não apenas serem comandados.

Segundo Melo (2014), o que os jovens da Geração Y buscam é similar aos profissionais mais velhos. Ela cita um estudo feito pelas consultorias Oxford *Economics* e SAP em que os salários e incentivos financeiros foram considerados os atributos mais importantes para 2/3 dos inquiridos, independentemente da idade, coincidindo com os resultados encontrados na presente pesquisa.

Dentre os fatores que mais influenciaram para a decisão de aceitar o cargo atual, a oportunidade de desenvolvimento pessoal foi apontada por 70,67% dos entrevistados, conforme demonstrado na Tabela 6.

TABELA 6: Fatores que contribuíram para aceitar o cargo atual

Quais fatores mais influenciaram na sua decisão em aceitar o cargo atual?		
	Geração X	Geração Y
Oportunidade de desenvolvimento pessoal	64,29%	70,67%
Reputação da organização	14,29%	34,67%
Cargo por si só	10,71%	13,33%
Salário inicial	10,71%	18,67%
Localização da empresa	21,43%	18,67%
Setor em que a organização opera	10,71%	25,33%
Potencial em longo prazo para recompensas financeiras	21,43%	30,67%
Precisava de um trabalho rapidamente	7,14%	9,33%
Potencial de poder fazer a diferença	17,86%	10,67%
Horas de trabalho	0,00%	2,67%
Estabilidade	36,71%	30,67%
Benefícios adicionais	25,00%	24,00%
Ética da organização	10,71%	10,71%
Outros	17,86%	17,86%

Fonte: Dados primários, 2014.

Comparando as respostas dos trabalhadores da Geração Y com os da Geração X, percebe-se que os resultados são semelhantes em relação aos fatores que mais os influenciaram em aceitar o cargo atual. Para Santille (2013), os profissionais da Geração Y não são tão diferentes das gerações anteriores, pois todos querem aprender e se desenvolver profissionalmente, trabalhar em um ambiente em que tenham confiança e respeito pelo colaborador. Williams (2013) caracteriza a Geração Y como uma geração movida por paixão, que tem vontade de fazer a diferença no mundo e confiantes de que cedo podem assumir cargos de liderança em suas carreiras.

Ao serem questionados sobre as dificuldades ao entrar no mercado de trabalho 46,68% disseram que aceitam receber um salário mais baixo do que o esperado.

TABELA 7: Dificuldades ao entrar no mercado de trabalho

Para entrar no mercado de trabalho se deparou com alguma das seguintes situações?		
	Geração X	Geração Y
Receber um salário mais baixo que o esperado	60,71%	46,68%
Morar longe da minha organização	14,29%	20,00%
Pouco benefícios adicionais em relação ao que esperava	10,71%	6,67%
Trabalhar for a daquilo que seria meu cargo preferido	19,29%	10,67%
Oportunidades mais limitadas para progressão na carreira do que esperava	10,71%	13,33%
Trabalhar para uma organização que não era minha primeira escolha	7,14%	1,33%
Ter um trabalho para o qual sou mais qualificado	3,57%	2,67%
Não me deparei com nenhuma das situações descritas	17,86%	24,00%
Não aceitaria nenhuma das situações descritas	3,57%	1,33%

Fonte: Dados primários, 2014.

Há de se destacar que muitos jovens têm boa formação escolar, domínio das competências técnicas e vivência internacional, no entanto, isto não lhes garante uma entrada tranquila no mercado de trabalho.

Melo (2014) diz que devido o domínio das novas tecnologias pela Geração Y, há certa expectativa de que toda pessoa dentro dessa faixa etária será capaz de ter uma ideia revolucionária e se tornar milionária, ou que irá trabalhar em uma empresa inovadora. No entanto, este ideal projetado pela Geração Y não condiz com a realidade, pois a maioria das empresas não se enquadra neste perfil inovador. Ao entrar nas empresas tradicionais, muitas vezes há frustração e os jovens deixam logo o trabalho.

Há de se destacar que muitos jovens têm boa formação escolar, domínio das competências técnicas e vivência internacional, no entanto, isto não lhes garante uma entrada tranquila no mercado de trabalho. As maiores dificuldades da Geração Y são em relação às habilidades comportamentais ligadas à inteligência emocional. Estas fragilidades são geradas pela pouca experiência, ansiedade e expectativas exageradas em relação à carreira.

Como pode ser visualizado na Tabela 8, os três benefícios mais valorizados

pelos colaboradores entrevistados são, plano de benefícios (62,67%), oportunidade de formação e desenvolvimento (56%) e auxílio educação (53,33%).

TABELA 8: Benefícios mais valorizados num empregador

Quais os três benefícios que mais valoriza num empregador?		
	Geração X	Geração Y
Formação e desenvolvimento	50,00%	56,00%
Horário de trabalho flexível	32,14%	36,00%
Bônus em dinheiro	39,29%	44,00%
Plano de benefícios (saúde, alimentação, automóvel)	60,71%	62,67%
Assistência financeira com habitação	3,57%	6,67%
Auxílio educação (bolsa de estudo para idiomas, especialização)	53,57%	53,33%
Benefícios de maternidade / paternidade	7,14%	5,33%
Subsidiar custos de viagem	0,00%	0,00%
Sistema de saúde estendido às crianças	7,14%	7,14%
Tempo concedido para trabalho comunitário / voluntário	0,00%	0,00%
Prefiro não ter benefícios e ter altos salários	7,14%	7,14%

Fonte: Dados primários, 2014.

Embora a rotação de funções seja bastante valorizada pelos pesquisados, Melo (2014) afirma que a prática pode trazer frustrações, pois após passar por várias áreas, o jovem pode achar que está apto para um cargo de direção. O ideal é investir em programas de *coaching* e *mentoring*.

Na Tabela 9 os resultados descritos sinalizam as oportunidades de formação e desenvolvimento mais valorizadas pelos colaboradores.

TABELA 9: As oportunidades de formação/desenvolvimento mais valorizadas

Quais das seguintes oportunidades de formação/desenvolvimento valoriza mais num empregador?		
	Geração X	Geração Y
Trabalhar com mentores e coaches sólidos	25,00%	20,00%
Mudanças / rotações de funções para ganhar experiência	42,86%	32,00%

Suporte para formação acadêmica, auxílio financeiro para especializações	42,86%	56,00%
Colaborar com colegas inspiradores nos projetos chaves	14,29%	8,00%
Formação formal em sala	3,57%	1,33%
e-learning / cursos a distância	7,14%	1,33%

Fonte: Dados primários, 2014.

A isso, cabe considerar que a Geração Y valoriza as experiências que auxiliem no seu desenvolvimento pessoal e profissional e oportunidades de formação/desenvolvimento, pois 56% gostariam de ter suporte para formação acadêmica como auxílio financeiro para especializações, pois consideram que o conhecimento científico tem relevância em seus cargos e funções.

Neste aspecto pondera-se que os gestores devem reter estes talentos devido à exigência competitiva estabelecida pelo mercado, os altos custos da rotatividade de funcionários, visando estratégias de engajamento e impactos significantes na organização, pois, a habilidade de atrair, desenvolver e reter os jovens líderes da Geração Y irá ser decisivo para o sucesso das organizações nos próximos anos (WILLIAMS, 2013).

É necessário identificar os valores dos novos profissionais antes de ir a busca de novas maneiras de captar e manter talentos da Geração Y, afinal a motivação e as oportunidades desafiantes são mais importantes que a própria questão financeira.

Também fazem a diferença um ambiente de trabalho mais informal, que priorize ideias, meritocracia, incentivo da atualização profissional através de cursos e especializações (FARAH, 2013).

Os gestores devem dar à retenção de talentos a mesma atenção que despendem para o serviço ao consumidor, tratando seus colaboradores como se trataria os melhores clientes, pois este fator será fundamental na vantagem competitiva das organizações nos próximos anos. Devido aos altos custos da rotatividade de funcionários, estratégias de engajamento e retenção de talentos terão impactos significantes na organização.

Identificar a satisfação como oportunidade de progressão da carreira profissional dentro da organização, apresentada na Tabela 10, demonstra que 34,67% encontram-se satisfeitos e 50,67% não sabem se serão capazes de chegar aos níveis sêniores mais elevados na organização.

TABELA 10: Satisfação e expectativas com as oportunidades de progressão na carreira

Satisfação com as oportunidades de progressão de carreira no seu cargo atual		
	Geração X	Geração Y
Muito satisfeito	3,57%	6,67%
Satisfeito	25,00%	34,67%
Indiferente	14,29%	16,00%
Um pouco satisfeito	25,00%	29,33%
Muito insatisfeito	21,14%	13,33%
Sente que será capaz de chegar aos níveis seniores mais elevados no seu emprego atual?		
	Geração X	Geração Y
Sim	35,72%	32,00%
Não	21,43%	17,33%
Não sabe	42,86%	50,67%

Fonte: Dados primários, 2014.

A esse respeito considera-se que a Geração Y deseja que suas capacidades sejam exploradas e reconhecidas. São trabalhadores que têm grandes expectativas sobre ascender rapidamente na carreira profissional. A isto, se faz necessário que os administradores esclareçam sobre as possibilidades e o caminho a ser seguido dentro da organização. Esta geração valoriza *feedbacks* constantes e tem necessidade de que as metas para sua carreira sejam estabelecidas claramente. Em geral desejam que suas capacidades sejam exploradas e reconhecidas. Consideram que a falta de investimento no colaborador, falta de perspectiva quanto ao futuro profissional, impessoalidade e frieza são as características mais negativas que um empregador pode ter. Além do *coaching*, os gestores têm como alternativa deixar que os jovens participem da vida ativa da empresa, a fim de deixá-los trocar experiências e fazerem a diferença (SCOTT, 2013).

A geração de profissionais do novo milênio é multitarefa, voltada para o alto desempenho. Esta geração tem grande facilidade de adaptação às mudanças e são resilientes, ou seja, tem grande capacidade de se reprogramar e reconstruir (CHESTER, 2002), pois acreditam que as experiências internacionais são importantes, sendo que 72% dos pesquisados gostariam de ter uma experiência profissional em

outro país conforme demonstrado na Tabela 11.

TABELA 11: Trabalhar fora do seu país ao longo de sua carreira profissional

Tem interesse em trabalhar fora do seu país ao longo da sua carreira profissional?		
	Geração X	Geração Y
Sim	53,57%	72,00%
Não	46,43%	28,00%
Qual país de interesse?		
	Geração X	Geração Y
Chile	0,00%	3,54%
Nova Zelândia	0,00%	9,09%
África do Sul	0,00%	3,64%
Alemanha	25,00%	9,09%
Argentina	0,00%	1,82%
Áustria	37,50%	18,28%
Canadá	31,25%	16,36%
Dinamarca	6,25%	3,64%
Espanha	6,25%	18,18%
EUA	43,75%	47,27%
Holanda	31,25%	20,00%
China	0,00%	1,82%
Japão	12,50%	7,27%
Noruega	0,00%	1,82%
Cingapura	0,00%	7,27%
Suécia	18,75%	3,64%
Disposição para trabalhar em um país pouco desenvolvido para adquirir mais experiência		
	Geração X	Geração Y
Sim	42,86%	61,33%
Não	57,14%	38,67%

Fonte: Dados primários, 2014.

Embora os países como Estados Unidos (47,27%), Holanda (20%), Espanha e Áustria (18,18%) sejam tradicionalmente os países mais procurados para trabalho, verificou-se que 61,33% dos pesquisados sentem-se dispostos a trabalhar em um país menos desenvolvido para adquirir experiência profissional. Estes dados descritos na Tabela 11 mostram os países e os percentuais respectivamente.

Cabe ressaltar, frente os dados apresentados na Tabela 11 a pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS-2013), ao destacar que o perfil do jovem brasileiro dentre as prioridades desta geração está em acumular experiências, não patrimônio e conhecer o mundo.

As duas últimas perguntas desta investigação, Tabela 12, identifica as expectativas para o futuro em relação ao local de trabalho e as horas trabalhadas.

TABELA 12: Expectativas sobre o local e horário de trabalho no futuro

Olhando para o futuro você pensa que irá trabalhar		
	Geração X	Geração Y
Num polo central de uma grande cidade	7,14%	17,33%
Num local virtual onde os colaboradores trabalham em qualquer localização	17,86%	21,33%
Por conta própria, onde escolher	21,43%	24,00%
Numa empresa centralizada, energética, de custo eficiente, fora de uma grande cidade	28,57%	16,00%
Outros	25,00%	21,33%
Olhando para o futuro, deseja que suas horas de trabalho sejam		
	Geração X	Geração Y
Regulares com alguma flexibilidade no trabalho	53,57%	42,67%
Com horário totalmente flexível	32,14%	34,67%
Jornada de trabalho regular	10,71%	9,33%
Não sabe	3,57%	13,33%

Fonte: Dados primários, 2014

Observa-se que 21,33% esperam poder trabalhar em um ambiente virtual onde possam desenvolver suas atividades em qualquer local e 24% por conta própria. Interessados em uma jornada mais alternativa, que atenda melhor suas neces-

sidades no futuro, a Tabela acima mostra que 42,67% gostariam de ter uma jornada de trabalho regular, porém com alguma flexibilidade e 34,67% desejam que sua jornada seja completamente flexíveis.

De acordo com Tuutti (2012), a Geração Y está transformando a jornada de trabalho tradicional, pois querem um ambiente de trabalho diferente dos seus pais, buscam menos rigidez em termos de horário e local. Cabe ressaltar que as empresas brasileiras encontram dificuldades em se adaptar à demanda de flexibilidade no trabalho atual devido as restrições da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) datada de 1943, em que esta reforça que as empresas devem ter o controle da produção, jornada e local de trabalho.

A isso, Kalena (2014) afirma que basta algum tempo de adaptação para que a empresa, gestores e funcionários vejam os benefícios da flexibilização. No entanto, quando a organização estipula metas bem estruturadas aos seus colaboradores, de acordo com seu cargo e sua capacidade, os gestores não necessitam de controles tão intensivos.

A referida pesquisa também identificou pontos significativos entre as gerações que compõem o quadro funcional do departamento do logística – mercado externo, da empresa pesquisada. Onde 97,33% dos pesquisados da Geração Y, gostam de trabalhar com diferentes gerações conforme Tabela 13.

TABELA 13: Relacionamentos entre as gerações

Relacionamento entre as gerações				
	Geração X		Geração Y	
	Sim	Não	Sim	Não
Gosto de trabalhar com diferentes gerações?	100,00%	-	97,33%	2,67%
Sinto-me tão confortável trabalhando com outras gerações quanto a minha?	100,00%	-	97,33%	2,67%
A minha conduta pessoal pode intimidar as outras gerações?	25,00%	75,00%	18,67%	81,33%

Fonte: Dados primários, 2014.

Diante do exposto há de se destacar que 100% dos inquiridos da Geração X e 97,33% da Geração Y responderam sentir-se confortáveis trabalhando com outras gerações.

Os conflitos no ambiente organizacional podem ocorrer devido a diferença de idade entre os colaboradores, as atitudes de cada geração perante o trabalho tornam-se diminutas quando essa diferença não é superior há 20 anos (CARONE; AZMITIA; DUNSTONE, 2009). Logo, compreender as atitudes de cada geração perante o trabalho faz com que as diferenças sejam diminuídas e previne que discordâncias se transformem em conflitos (SLADICK; HADDOCK, 2012).

Mantendo em seu quadro funcional colaboradores nascidos de 1965 a 1996, o Departamento de Logística Mercado Externo pode ocorrer eventualmente algum desconforto entre os funcionários seniores e os mais jovens, porém apenas 2,67% dos colaboradores da Geração Y afirmam não gostar de trabalhar com diferentes gerações e a mesma porcentagem diz não se sentir tão confortável trabalhando com outras gerações quanto com a sua própria.

A Geração Y possui preferências similares às das gerações anteriores diferindo na maneira de buscar a sua satisfação. Muitas vezes esses possíveis conflitos tratam-se de uma comunicação deficiente entre eles e a gestão. É importante haver bons programas de gerenciamento que atendam às necessidades e expectativas das diferentes gerações. Os problemas de relacionamento em muitos casos podem ser resolvidos por meio de discussões e diálogos.

Conforme a Tabela 13 foi observado na pesquisa que 18,67% dos colaboradores da Geração Y sentem que a gestão sênior não consegue facilmente relacionar-se com os colaboradores mais jovens. Entre a Geração X, 17,86% tem esta percepção. Concordam que a sua conduta pessoal pode intimidar outras gerações 18,67% dos funcionários Ys e 25% dos funcionários Xs.

Conclui-se então que as duas gerações se sentem confortáveis convivendo no mesmo ambiente organizacional.

Diante do exposto não foram identificados conflitos relevantes entre as gerações, pois se assemelham em seu comportamento e suas expectativas em relação ao ambiente de trabalho e ao desempenho da sua atividade na empresa pesquisada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo respondeu satisfatoriamente as expectativas atendendo ao objetivo desta investigação. Identificou-se que os colaboradores da Geração Y do departamento do logística – mercado externo, da empresa pesquisada, compreende a maior parte do quadro funcional do departamento estudado firmando a tendência mundial de que em breve ocuparão grande parte das funções nas organizações e absorverão os cargos de liderança.

Enquanto o tempo médio de um profissional da Geração Y permanece nas empresas é de dois anos, observou-se que neste caso, a maioria ultrapassa esse período sendo que quase a metade dos entrevistados trabalham há mais de cinco anos. Os profissionais da Geração Y mostram-se engajados e comprometidos com a empresa, mas é premente ressaltar que esta geração é volátil, sempre atenta a diferentes possibilidades e a seguir novos caminhos. A pesquisa mostrou que embora não estejam ativamente procurando outro cargo ou emprego estão abertas às novas oportunidades.

A população pesquisada espera ter entre dois e cinco empregadores durante a sua vida profissional, os Y veem que é essencial que o trabalho os permita equilibrar as duas esferas (profissional e pessoal) e as oportunidades de progressão da carreira, salários competitivos e bom conjunto de benefícios são fatores atrativos.

Para que aceitassem o cargo atual, os fatores que mais influenciaram foram a oportunidade de desenvolvimento pessoal, reputação da organização, o potencial em longo prazo para recompensas financeiras e estabilidade, contrariando o senso comum de que os *Millennials* não querem permanecer no mesmo local de trabalho.

A pesquisa revelou as prioridades dos colaboradores, assim como o que mais valorizam no empregador e no ambiente profissional, destacando-se as oportunidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, a rotação de funções e auxílio financeiro para a sua formação contínua, pois pretendem futuramente ter uma jornada de trabalho mais flexível, sendo possível conciliar melhor a vida profissional com as suas necessidades pessoais.

Tanto as organizações quanto a legislação trabalhista brasileira precisam se adaptar a essa nova geração adequando-se às mudanças afim de atender as necessidades laborais modernas. Essas mudanças podem ser inicialmente desconfortáveis para os gestores devido à sua estrutura organizacional.

A empresa pesquisada, embora não tenha um programa de desenvolvimento específico para cada geração, recentemente tem inserido uma nova cultura corporativa, menos hierárquica, mais aberta e transparente. Os canais de comunicação estão mais abrangentes incluindo redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas para o celular, por meio dos quais os colaboradores podem esclarecer dúvidas e enviar ideias e sugestões. A empresa também oferece programas de aperfeiçoamento àqueles que tem interesse de vivenciar experiências desafiadoras. Também há programas de *Trainee* e *Summer Jobs*, aos estudantes de *Master in Business Administration* (MBA).

Com base nos resultados apresentam-se algumas sugestões para que a empresa, a partir de então, possa focar nas ações para retenção destes funcionários, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da carreira, sugerindo-se: a) estabelecer um plano de carreira claro e preciso para que o funcionário possa visualizar as possibilidades internas e, assim, investir no seu crescimento; b) possibilitar o desenvolvimento de projetos mais autônomos e criativos c) envolver os funcionários nos processos de decisão ou engajá-lo em projetos em andamento; d) estimular a troca de ideias e intercâmbio de conhecimento com outras áreas da organização, dando ao colaborador uma visão das atividades desenvolvidas na empresa como um todo; e) auxiliar no desenvolvimento profissional dos colaboradores por meio de *coaching*, *mentoring*, auxílio educacional para especializações e idiomas.

Portanto, vale ressaltar que a Geração Y, os *Millennials*, almejam novos horizontes, são flexíveis e possíveis administradores voltados ao desenvolvimento de lideranças e um futuro diferenciado para a organização.

REFERÊNCIAS

ASHKENAS, Ron. *Get ready for the new workforce*. 28/Dez/2012. Disponível em: <<http://blogs.hbr.org/2012/12/get-ready-for-the-new-workforc/>>. Acesso em 02 jun. de 2014.

ARMOUR, Stephanie. *USA Today* (Tradução de Mayra Saidemberg, para o Job Jump). Disponível em: <<http://up.com.br/LandpageInterna.aspx?c=3526&i=104>>. Acesso em 10 jun. 2014.

BERLAND, Edelman. *Geração Y ganhou poder de influência, diz estudo*. Disponível em: <<http://www.edelman.com.br/news/8095/>>. Acesso em 03 junho de 2014.

CARONE, Victoria; AZMITIA, Silvia; DUNSTONE, Jason. *The Generation Myth* – 2009. Disponível em: <<http://www.aims.com.au/research/>>. Acesso em 10 jun. de 2014.

CHESTER, Eric. *Employing Generation Why? Understanding, managing and motivating your new workforce*. Ebook. 2002.

FARAH, Carolina Pizolati. **Análise: Geração Y e o mercado de trabalho**. 14/08/2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/carreira/analise-geracao-y-e-o-mercado-de-trabalho/78978/>>. Acesso em 01 jun. 2014.

GENERATIONAL GAP COACHING. *Workplace frustration: how to reduce it and manage the generation Y for an increase in company profits*. Ebook, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KALENA, Fernanda. **Os benefícios em flexibilizar o ambiente de trabalho**. 24 / Jun / 2014. Disponível em: <<http://porvir.org/porfazer/os-beneficios-em-flexibilizar-ambiente-de-trabalho/20140624>>. Acesso em 12 out. 2014.

MCDONALD, Janea S. *Generational differences @ work*. Ebook. 2012.

MATSU, Carla; SCHABIB, Luana. Geração Y: Quem são essas caras. **Revista Brasileiros**. 12/Dez/2013 Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2013/12/12/geracao-y-quem-sao-esses-caras/#>>. Acesso em 13 jun. de 2014.

MELO, Luísa. Empresas perdem produtividade em conflitos de gerações. **Revista Exame**. 07/mar/2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/empresas-perdem-produtividade-em-conflitos-de-geracoes>>. Acesso em 28 mar. de 2014.

MILLENNIAL BRANDING. *Cost millennial retention study*. 06 / Agosto / 2013. Disponível em: <<http://millennialbranding.com/2013/08/cost-millennial-retention-study/>>. Acesso em jun. de 2014.

MOREIRA, Wellington. **Você vive para trabalhar ou trabalha para viver?** 12/ Mai/2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/voce-vive-para-trabalhar-ou-trabalha-para-viver/77360/>>. Acesso em 10 jun. de 2014.

NAZVANOV, Greg. *Gen Y: Millennial Superhighway*. Kindle Edition, 2012.

OLIVEIRA, Sidnei. **Jovens para sempre: como entender os conflitos de gerações**. São Paulo: Integrare Editora, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUCRS. **Pesquisa revela perfil do jovem brasileiro**. 20/Nov/2013 – Disponível em: <<http://www.pucrs.br/portal/?p=noticias&n=1384966040.html>>. Acesso em 12 jun. de 2014.

RAINER, Thom S; RAINER, Jess W. **The Millennials: connecting to America's largest generation**. Nashville: B&H Publishing Group. Kindle Edition, 2011.

SANTILLE, Alexandre. **Geração Y: não é bem assim**. 21/Jul/2013. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/mobile/noticias/carreira/geracao-y-nao-e-bem-assim/78108/>>. Acesso em 01 jun. de 2014.

SIEFER, Christine. **Geração Y quer mais vida e menos trabalho**. 03/Nov/2013. Disponível em: <<http://dw.de/p/1A3ew>>. Acesso em 01 jun. de 2014.

SCHAWBEL, Dan. **You're probably wrong about Millennials**. 03/Set/2013. Disponível em: <<http://blogs.hbr.org/2013/09/youre-probably-wrong-about-mil/>>. Acesso em 10 jun. de 2014.

SCOTT, Tey. **What You Should Know When Managing Millennials**. 16/Jul/2013. Disponível em: <<http://talent.linkedin.com/blog/index.php/2013/07/what-you-should-know-when-managing-millennials>>. Acesso em: 02 jun. de 2014.

SLADICK, Karen; HADDOCK, Patricia. **Leading 4 generations**. Ebook, 2012.

TAGGART, James. **Leadership and the Inter – Generational divide**. Ebook. 2013.

TUUTTI, Camille. **Millennials say 'no thanks' to 9-5**. 03/Jan/2013. Disponível em: <<http://fcw.com/blogs/management-matters/2012/01/millennials-kill-off-traditional-work-schedule.aspx>>. Acesso em 04 jun. de 2014.

WILLIAMS, Ray. **How Millennials Are Transforming Careers and the Workplace**. 16/Sep/2013. Disponível em: <<http://www.psychologytoday.com/blog/wired-success/201309/how-millennials-are-transforming-careers-and-the-workplace>>. Acesso 03 em jun. de 2014.

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO:

DIREITO IMOBILIÁRIO

¹ Doutorando em Direito Civil pela PUC/SP. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí/SC. Pós-graduado em Direito Contratual pela PUC/SP. Graduado em Direito e Administração pela Universidade do Vale do Itajaí/SC. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário da Faculdade Avantis. Professor dos Cursos de Direito da Universidade do Vale do Itajaí e Faculdade Avantis.

² Tecnólogo em Processos Gerenciais pela Sociedade Educacional de Santa Catarina, Instituto Superior Tupy/Joinville (SC), Técnico Contábil Colégio Santa Catarina, Itajaí (SC), Pós-Graduado em Direito Imobiliário Faculdade Avantis Balneário Camboriú(SC).

Me. Felipe Probst Werner¹

Esp. Sandro Renato da Silva²

RESUMO

No Brasil precisou ocorrer um desastre no mercado imobiliário conhecido como caso da Encol, para que surgisse a Lei 10.931/2004 que cria o Patrimônio de Afetação com o objetivo de melhorar, estimular e resgatar a confiança dos investidores no mercado imobiliário. Esta modalidade oferece segurança e confiabilidade, além de uma tributação diferenciada com os recursos dos investidores em um empreendimento que nasce com características próprias e terá tratamento tributário diferenciado. Sua formalização acontece no registro do memorial de incorporação, com registro do terreno no Registro de Imóveis, bem como o pedido do Regime Especial de Tributação (RET) na Receita Federal, ainda com obrigatória contabilização separada e realização de assembleias para escolhas dos representantes que fiscalizarão a aplicação dos investimentos na obra. A tributação é realizada pela modalidade do Lucro Presumido, com base no faturamento com a alíquota do RET. O regime de afetação não é obrigatório, sendo assim o objetivo principal deste estudo é avaliar se a ideia inicial proposta pela Lei convenceu os empresários do setor a aderirem ao sistema. Como forma de elucidar e conhecer o uso do sistema, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa aplicada em imobiliárias do município de Balneário Camboriú (SC), a fim de verificar até onde e se verdadeiramente existe conhecimento sobre o tema e o volume destes empreendimentos na cidade. Por meio desta será possível verificar a realidade do mercado e avaliar o sistema, seu uso e suas peculiaridades. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa e quanto aos objetivos descritiva, sendo que para sua aplicação fora realizado um questionário com perguntas a 35 imobiliárias, chegando-se aos resultados de que há uma

expressiva parcela de corretores que desconhecem sobre o tema em estudo.

PALAVRAS CHAVES: Direito Imobiliário. Incorporação Imobiliária. Patrimônio de Afetação.

PATRIMONY OF AFFECTIONATION: Real Estate Law

ABSTRACT

It was necessary to happen a disaster in the real state market known as the case of Encol for the Law 10.931/2004 to be created. This Law creates the Heritage Affectation in order to enhance, stimulate and restore the confidence of investors in the real state market. This mode provides security and reliability, as well as differentiated taxation to the resources of investors in an enterprise that comes out with specific characteristics and will have special tax treatment. Its formalization occurs in the incorporation memorial record, with the land registry in the Real Estate Registry and the request for Special Taxation Regime (STR) at Federal Revenue, even with mandatory separate accounting and meetings for choosing representatives that shall monitor the application of investments in the construction. The tax will be performed by presumed income mode based on revenue with STR rate. The affectation regime is not mandatory and the aim of this study is finding out if the initial idea proposed by the Law convinced the industry entrepreneurs to join the scheme. In order to elucidate and understand the use of the system, this article presents the results of a research applied in real estate of Balneário Camboriú (SC) with the aim of checking how far there is knowledge about the topic and the number of these enterprises in the city. Through this study, it will be possible to check the reality of the market and evaluate the system, its use and its peculiarities. The research is characterized as qualitative and quantitative and regarding the objectives it is classified as descriptive and for its implementation it was carried out a survey of 35 real estate and result was that there is a significant number of brokers that are unaware of the topic under study.

KEYWORDS: Real Estate Law. Real Estate Development. Heritage Affectation.

1 INTRODUÇÃO

O mercado da construção civil em Balneário Camboriú (SC) é o propulsor da cidade e, em 2014, foram verificados 131 empreendimentos sendo comercializados na cidade. Destes, 69 estavam prontos, 57 em construção e cinco na planta, juntos, somaram 5.756 unidades ofertadas.

Devido à atual situação econômica do país, os números apresentados são animadores. O que projeta o ano de 2016 ainda mais positivo para a cidade de Balneário Camboriú – (SC), dados do SINDUSCON Balneário Camboriú (SC), aliado ao turismo, é o principal fator de geração de emprego e renda; neste sentido questiona-se o porquê o patrimônio de afetação é pouco divulgado e utilizado neste imenso mercado? Frente a este questionamento surge o presente estudo que parte da premissa de que a falta de informação sobre o sistema é a principal causa desta problemática. O objetivo é estudar este mercado, suas características e a quantidade de imóveis construídos com o uso do Patrimônio de Afetação, visto que, no momento atual em que a economia apresenta sinais de pessimismo quanto a investimentos, é premente que se ofereçam empreendimentos com segurança e confiabilidade sendo que a aquisição de bens imóveis implica na escolha do local onde a família irá morar e onde os recursos conquistados em longo prazo serão investidos, estes detalhes requerem um conhecimento prévio das construtoras e de seus investimentos.

Neste momento em que a economia brasileira passa por ajustes, que poderão refletir em intensidades diferentes, mas, certamente em todos os setores, surge a oportunidade de uma sensível melhora nas condições de mercado para o setor imobiliário, ainda que a política de juros vigente venha a onerar qualquer tipo de iniciativa em termos de financiamento para aquisição de imóveis. Com a edição da Lei nº 10.931/2004 o Governo diminuiu o percentual de impostos como forma de incentivar a indústria imobiliária com o objetivo de gerar um avanço em toda a cadeia produtiva, visto que o aquecimento reflete na produção de televisores, geladeiras, móveis, sistemas de segurança, entre outros, gerando novos postos de trabalho.

Frente ao exposto, justifica-se a realização deste estudo visto que a lei supracitada definiu uma gama significativa de mudanças no setor imobiliário ao instituir o Patrimônio de Afetação que cria garantias reais e mais eficientes que garantem a transação imobiliária de modo mais seguro para todos os envolvidos. Como objetivo secundário este trabalho intenta demonstrar o quanto esta modalidade ainda

é desconhecida pelos gestores, corretores e agentes deste segmento no município pesquisado e ainda esclarecer a força que a comissão de representantes tem no empreendimento.

2 PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO

Em março de 1999, segundo a Revista Veja Online. Edição 1791. 26 de fevereiro de 2003. Caderno de Economia o mercado imobiliário foi abalado depois de decretada a falência da empresa Encol, uma das maiores no segmento. Os prejuízos deste fato foram enormes afetaram consideravelmente compradores, operários, bancos, fornecedores, dentre outros. Neste momento nasce a modalidade de Patrimônio de Afetação, como forma de garantir o processo de comercialização dos imóveis no país, sendo que a vulnerabilidade das relações entre os envolvidos numa transação imobiliária é descrita por Chalhub (2001, p. 163) o qual afirma que:

[...] negócio em que se verifica desnível entre as posições dos contratantes é a incorporação imobiliária, na qual a posição dos adquirentes de unidades imobiliárias em construção é igualmente vulnerável, dada a desvantagem em que são colocados na hipótese de insolvência do incorporador, mesmo considerando que o acervo da incorporação tenha sido construído em sua maior parte com os recursos aportados pelos próprios adquirentes.

Conforme Chalhub (2001, p. 119):

[...] patrimônio de afetação pode ser admitido como sendo a segregação, no âmbito do patrimônio geral, de uma esfera jurídica mais restrita, submetida a critérios especiais e que pode ter desenvolvimento econômico próprio, sendo este, assim, um patrimônio especial, cuja configuração peculiar decorre dos fins que determinam sua formação.

Cumprir lembrar que o bem destinado ao patrimônio de afetação destina-se

a uma finalidade específica com objetivo de alcançar uma ideia proposta, para isso passam a integrar um patrimônio que tem finalidade reservada; não se confunde com outras modalidades de cisão ou algo semelhante, pois o bem afetado tem sua missão previamente definida de forma exclusiva. Neste sentido, Scavone Junior (2014, p. 135) destaca que:

O patrimônio de afetação consiste na separação do terreno e dos direitos da constituição a ele vinculados, do patrimônio do incorporador, que, por opção deste, passa a ser destinado exclusivamente à consecução da própria incorporação em proveito dos futuros adquirentes, garantindo, igualmente, as obrigações exclusivamente ligadas à realização do empreendimento.

Neste contexto, apresenta-se a função do Patrimônio de Afetação como uma garantia aos investidores, uma vez que o bem ficará segregado do patrimônio da incorporadora. Conforme Chalhub (2001, p. 126):

[...] a constituição de patrimônios de afetação só é admitida nas hipóteses autorizadas ou impostas por lei e com as limitações que a lei prescrever, pois a separação de certos bens do patrimônio de uma pessoa pode, evidentemente, implicar redução de garantia geral dos credores, representada pelo patrimônio geral.

Frente a isso, se entende que a referida Lei veio oferecer garantias aos investidores, principalmente àqueles que compram o imóvel na planta, os quais ficam frente a uma ideia de empreendimento e uma promessa de construção. Ressalta-se que o Regime Especial de Tributação (RET), por meio do Patrimônio de Afetação, é opcional, ou seja, a critério do incorporador, objetivando oferecer imóveis com uma garantia de que a oferta será cumprida integralmente, este fato dará ao comprador a segurança de investir seu recurso com garantia e confiabilidade. Embora seja recente no Brasil, é sabido que a ideia de afetação nas incorporações imobiliárias já existe desde 1972 no Direito argentino por meio da Lei 19.724, denominada de Lei da *Prehozintalidad*, a qual dispõe no seu art. 4º:

La anotacion inhibe al propietario para disponer Del inmueble o para gravarlo em forma distinta a la prevista em la presente ley, salvo los casos de retraccion o desafectacion a que se referen los arts 6º e 7º . O patrimônio de afetação no direito argentino fundamenta-se: La afectacion Del inmueble y ls registracion de lãs operaciones tiendem a impedir que El propietario desbarate los derechos em expectativa enajunando o gravando el inmueble.

Considera-se constituído o Patrimônio de Afetação mediante averbação a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, não sendo obrigatório existir memorial de incorporação conforme prevê os artigos 7º e 8º da Lei 4.591/64, podendo registrar o desdobramento da propriedade comum por meio de frações ideais sobre o terreno indiviso, alcançando a individualidade da propriedade. Trata-se de ato negocial ou causa *mortis*, como forma de receber, identificando-se cada unidade.

A teoria da afetação definiu-se pela espécie de separação ou divisão do patrimônio, com um objetivo previamente definido. A afetação não fará uma separação do bem no ativo da incorporadora, apenas tem-se uma imobilização para uma finalidade específica. Após o registro do Patrimônio de Afetação o incorporador deve requerer o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que será fornecido na qualidade de filial e deverá ser utilizado exclusivamente para o pagamento do imposto unificado, sendo as aquisições e contratações efetuadas pela matriz.

Vê-se deste modo que a incorporação imobiliária já aponta de certa forma para o Patrimônio de Afetação, deve ser sustentável por suas próprias receitas oriundas dos investidores, o que justifica a segregação patrimonial do bem prevendo desta forma que ele se desenvolva com autonomia, livre das mãos do incorporador para desalinhar o compromisso assumido e desviando recursos para outros fins, fora do propósito determinado. Sendo assim, trata-se de uma proteção para que o negócio jurídico proposto tenha eficácia.

Sob esta perspectiva, com o Patrimônio de Afetação o construtor/incorporador deverá vincular a's receitas recebidas com a venda das unidades do empreendimento somente para custear as despesas com o próprio edifício, possibilitando ao

1 “Tradução livre: “La anotacion inhibe al propietario para disponer del inmueble o para gravarlo em forma distinta a la prevista em la presente ley, salvo los casos de retraccion o desafectacion a que se referen los arts 6º e 7º. O patrimônio de afetação no direito argentino fundamenta-se: La afectacion Del inmueble y ls registracion de lãs operaciones tiendem a impedir que el propietario desbarate los derechos em expectativa enajunando o gravando el inmueble.”

adquirente maior segurança na conclusão da obra. Esta modalidade de construção visa proteger a incorporação imobiliária afetada contra os riscos patrimoniais de outras obras da construtora. Assim, entende-se que o Patrimônio de Afetação só responde pelas suas próprias dívidas e obrigações.

Nota-se que a figura do Patrimônio de Afetação não altera em nada a extração do incorporador no proveito econômico do negócio, apenas restringe o modo de exercício de seus poderes, condicionados à execução da incorporação imobiliária, definindo-se de forma clara e segura o poder-dever de finalização do negócio incorporativo, ou seja, é uma obrigação consumir essa destinação. Pode-se trazer para esta seara um questionamento importante sobre o tema: se na incorporação imobiliária tem-se uma promessa de construção com venda antecipada de unidades ainda não construídas e a Lei assegura uma proteção quanto aos investimentos por meio do Patrimônio de Afetação, por que isso é opcional? Fica sob a responsabilidade de o incorporador agir a favor dos adquirentes, vê-se que aqui o mesmo tem o direito de manejar a sua vontade a eficácia do registro ou não.

No âmbito das relações de consumo, segundo a Lei 8078/1990, art. 4, I, decorre do “[...] reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo” (BRASIL, 1990); razão pela qual isso também deveria ser obrigatória na incorporação imobiliária. Ao deixar a afetação nas mãos do incorporador a Lei 10931/2004 exprime vantagem exagerada ao mesmo, agravando ainda mais a vulnerabilidade dos investidores estando na contramão do fundamento axiológico da norma. A concepção dos registros contábeis merece atenção, sendo assim, após o registro de averbação no Registro de Imóveis do ‘Termo de Afetação’ - que marca o surgimento do Patrimônio de Afetação - registra-se no Ativo realizável o terreno onde será erguido o empreendimento, bem como todos os outros investimentos realizados até então. No Passivo registra-se a contrapartida do incorporador correspondente aos investimentos lançados no ativo do Patrimônio de Afetação, assim tem-se uma forma gráfica e registral contábil que permite identificar os registros do negócio realizado. Para realização do pedido de afetação basta o incorporador elaborar o ‘Termo de Afetação’, podendo ser em folha a parte e enunciada da seguinte forma: “Declara o incorporador que a presente incorporação está submetida ao regime da afetação, nos termos e para os efeitos dos arts. 31º e seguintes da Lei 5491/64, com redação dada pelo art. 53 da Lei 10931/2004”.

Apenas para ilustrar como é feita a averbação no Cartório de Registro de Imó-

veis, como antes informado, a imagem abaixo apenas para exemplificar o registro, na qual é solicitada a averbação, tendo neste caso protocolado em 09/05/2015.

AV.-2-38.007 - Prot. 122.127 - Data: 09 de Abril de 2015: Conforme requerimento de Residencial Mar dos Açores Ltda ME, neste ato representada por seus sócios Otaviano Eduardo Pamplona e Werner Incorporadora Construtora Ltda, datado de 07 de abril de 2015, faço constar que sobre o imóvel objeto desta Matrícula, bem como sobre a futura construção objeto da incorporação registrada sob nº "R-1-38.007", também desta Matrícula, foi constituído o Patrimônio de Afetação, nos termos de opção ao regime firmado na Secretaria da Receita Federal, datado de 27/04/2015, conforme dispõe o art. 31-B da Lei Federal nº 10.931 de 02 de agosto de 2004. Itajaí, 07 de Maio de 2015. Emolumentos: R\$ 84,50. Selo de fiscalização: DVM05012-DFE9. R\$

Verso...

Figura 1: Averbação do Termo de registro de Afetação
Fonte: 1º Ofício de Registro de Imóveis de Itajaí-SC Matrícula 38007.

Cabe observar que nas situações em que o incorporador não seja o proprietário do terreno o outorgante das garantias sobre o imóvel será o titular dos direitos aquisitivos e essa outorga se faz mediante sua assinatura no instrumento pelo qual se constitua a garantia. Sendo assim, a afetação sobre o terreno do qual o incorporador seja apenas promitente comprador ou cessionário dos direitos adquiridos deve ser outorgada em conjunto com o proprietário do terreno, hipótese em que acontece a permuta por área construída. Quanto à tributação nada difere da tradicional, porém com percentual reduzido proposto pela IN RFB 1435/2014. Os impostos serão: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Pelo Regime Especial de Tributação (RET), o Patrimônio de Afetação terá um número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) único para a obra, onde os débitos do regime especial não poderão ser parcelados. Destacam-se algumas vantagens para o empreendimento com o patrimônio afetado como segue na Figura 2.

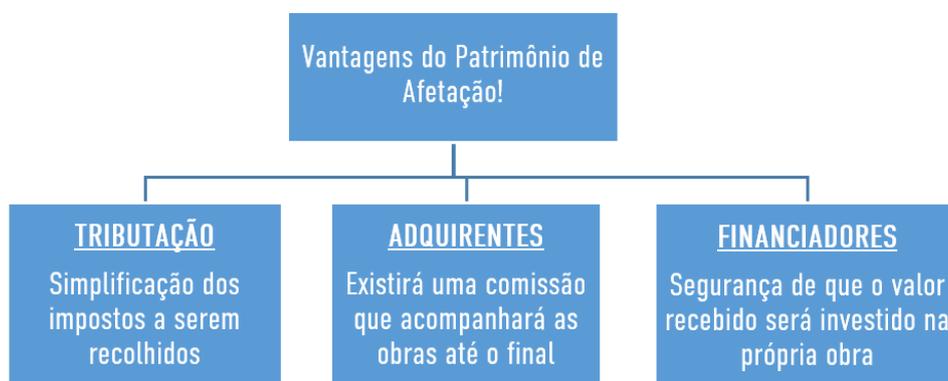


FIGURA 2: Vantagens do Patrimônio de Afetação

Fonte: Autor

Sendo assim, a tributação obedecerá a um único percentual a ser recolhido em CNPJ próprio com percentual fixo cuja base de cálculo será o valor da venda das unidades imobiliárias. Entre os adquirentes será formada a comissão que fiscalizará o andamento da obra e apontará para o sucesso do empreendimento e, por fim, será assegurado que todas as receitas dos adquirentes deste empreendimento farão parte exclusiva da obra, objetivando seu término.

As incorporadoras que optaram pelo RET a partir de 31/03/2009 tiveram a alíquota de imposto reduzida de 7% para 6% e em 01/01/2013 para 4%, conforme os percentuais relacionados abaixo.

TABELA 1: Tributação - RET

Imposto	Até 31/03/2009	A partir de 31/03/2009	A partir de 01/01/2013
IRPJ	2,20%	1,89%	1,26%
PIS	1%	0,56%	0,37%
CSLL	1%	0,98%	0,66%
COFINS	3%	2,57%	1,71%
TOTAL	7%	6,00%	4,00%

Fonte: IN RFB 1435/2014, Art. 1º da MPV nº. 460/09 (alterou a Lei nº. 10.931/04), Art. 4º da Lei nº. 10.931/04

Percebe-se na Tabela acima que o governo vem reduzindo o percentual para o

Patrimônio de Afetação dando uma visão clara de que pretende incentivar seu uso, pois assim já reduziu em 3% desde sua formalização. Este incentivo tributário faz uma diferença significativa em um empreendimento.

Importante ressaltar que a comissão de representantes assume um papel vital na conclusão do empreendimento, pois estará acompanhando a vida do mesmo empreendimento, cabendo nas assembleias se manifestar sobre possíveis acontecimentos. Isso faz com que algumas correções sejam efetuadas e não aconteçam desvios de conduta no andamento do projeto inicial proposto, lembrando que a responsabilidade da obra continua sempre sendo do incorporador, pois desta forma determina a Lei 4.591/1964:

Art. 50. Será designada no contrato de construção, ou eleita em assembleia especial devidamente convocada antes do início da obra, uma Comissão de Representantes, composta de três membros, pelo menos, escolhidos entre os contratantes, para representá-los junto ao construtor ou ao incorporador, no caso do art. 43, em tudo que interessar ao bom andamento da obra. (BRASIL, 1964)

Segundo a Lei supracitada, cabe ao incorporador preservar o patrimônio afetado, manter separados os ativos afetados, promovendo uma administração a fim de assegurar transparência na aplicação dos recursos recebidos, mantendo apartados ativos e passivos de cada incorporação imobiliária de forma individual; buscar recursos e aplicar na conclusão do empreendimento; apresentar à Comissão de Representantes os demonstrativos contábeis sobre a aplicação dos recursos, recebimentos, todos em conta corrente individual, além de assegurar que a comissão tenha acesso à obra, de forma física, para acompanhar a execução e o andamento da mesma. Também deve a incorporadora manter escrituração contábil completa e separada por empreendimento. De acordo com a Lei, nos casos de falência ou insolvência do incorporador os bens afetados não integram a massa falida, neste caso o papel da comissão de representantes é, por meio de assembleia, decidir pela continuidade ou não do empreendimento.

Mediante este contexto, decidindo a assembleia pela continuação do empreendimento será investida a comissão de mandato irrevogável com poderes de executar todos os atos para o bom andamento da obra a fim de resguardar os direitos,

receber valores, concluir contratos. Caso a assembleia opte por dar continuidade à obra, a Comissão de Representantes ficará investida de mandato irrevogável com poderes de firmar os contratos definitivos a que estavam obrigados os incorporadores, tendo a comissão poderes para executar todos os atos relativos ao empreendimento, como recebimento de parcelas e pagamentos diversos. Assim define a Lei 4591/64 acerca da falência do incorporador:

Art. 31F - Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador não atingem os patrimônios de afetação constituídos, não integrando a massa concursal o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação (BRASIL, 1964).

Importante ressaltar que a comissão de representantes será eleita e formada por, no mínimo, três membros escolhidos entre os contratantes para representá-los junto ao incorporador, com ata a ser registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, investidos de poderes para exercer as atribuições e praticar todos os atos resultantes da aplicação dos artigos 31-1-A a 31-F (BRASIL,1964). A revogação poderá ocorrer com assembleia convocada para esta finalidade podendo alterar a composição da Comissão de Representantes com o quórum da maioria absoluta dos votos dos adquirentes. Papel exemplar do múnus deverá ser desenvolvido pela comissão de representantes, pois, segundo a Lei, terá responsabilidades e deveres quando em desacordo com o escopo do empreendimento, como os definidos no parágrafo 31-C:

2º A pessoa que, em decorrência do exercício da fiscalização de que trata o caput deste artigo, obtiver acesso às informações comerciais, tributárias e de qualquer outra natureza referentes ao patrimônio afetado responderá pela falta de zelo, dedicação e sigilo destas informações. (BRASIL,1964)

Ao incorporador é importante respeitar a Lei e contratar profissionais para apresentar e atestar a veracidade das informações que serão apresentadas à comissão de representantes, isso facilitará a compreensão e deixará de

forma clara e transparente a posição atual da obra, objetivando que a comissão tenha segurança e confiabilidade de assegurar aos demais investidores a certeza das informações prestadas pelo incorporador. Essa exigência está descrita na Lei 10.931/04, a saber:

IV - entregar à Comissão de Representantes, no mínimo a cada três meses, demonstrativo do estado da obra e de sua correspondência com o prazo pactuado ou com os recursos financeiros que integrem o patrimônio de afetação recebido no período, firmados por profissionais habilitados, ressalvadas eventuais modificações sugeridas pelo incorporador e aprovadas pela Comissão de Representantes; (BRASIL, 1964).

A extinção do Patrimônio de Afetação poderá ocorrer na extinção da sua finalidade, ou seja, a entrega da obra com a individualização das unidades entregues aos adquirentes, ou por liquidação deliberada pela comissão de representantes, ou pela revogação no caso de denúncia da incorporação (art. 31E, II e III). Neste último só será extinto o Patrimônio de Afetação após devolução das quantias pagas aos adquirentes (art. 36). (BRASIL, 1964)

Sendo assim, é fato notório que a Lei 10.931/2004 protege o investidor, quanto ao Patrimônio de Afetação, dispõe de mecanismos que coloca as incorporações imobiliárias a salvo dos efeitos da falência ou insolvência do incorporador, reforçando as garantias que beneficiam os adquirentes das unidades condominiais produzidas.

Entretanto, esses salutares objetivos não são capazes de decolar no mercado imobiliário. A Lei 10.931/2004 ao tornar o Patrimônio de Afetação algo opcional, submeteu-a ao alvedrio do incorporador e, com isso, deixou de ser algo que se ofereça ao consumidor. Deixar como opção não gera seu uso, limitando-se a alguns empreendimentos. Frente a esta situação, surge o Projeto de Lei n. 5092/13 do Deputado Federal Wellington Fagundes, que sugere a obrigatoriedade do Patrimônio de Afetação em todas as incorporações imobiliárias, o qual atualmente se encontra tramitando nas comissões do Congresso Nacional. Abaixo é apresentado o texto do Projeto de Lei 5092/2013 o qual especifica:

Altera a redação do art. 31-A da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação do art. 31-A da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, a fim de tornar obrigatória a instituição de patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias.

Art. 2º O art. 31-A da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 31-A. A incorporação será submetida, obrigatoriamente, ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entregadas unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes” (NR).

Algo que merece atenção é os credores de incorporadoras, aqueles que são fornecedores, prestadores de serviço, que tenham créditos a receber, a estes conhecidos como os terceiros de boa-fé que são titulares de direitos alusivos aos bens afetados pelo incorporador formados e já existentes antes da formação do Patrimônio de Afetação. Sobre essa temática Aghiarian (2010, *apud* XAVIER, 2010, p. 118) comenta como fica essa situação afirmando que:

Fica implícito que terceiros de boa-fé estejam protegidos desde que provem haver sido instituído o patrimônio de afetação, quando já existentes obrigações e tal instituição tenham por fim driblar a expectativa de seus direitos, mesmo que estranhos à incorporação. Contudo, a causalidade dessa concorrência, entre terceiros e adquirentes – todos em mesmo nível de boa-fé -, tornar-se-á desafio para os Tribunais estabelecerem a quem atribuir preferência.

Neste sentido encontra-se uma preocupação: Se instituído o Patrimônio de Afetação sobre o imóvel que é direito de um credor de boa fé? Tem se então a seguinte situação: Se este direito estiver devidamente averbado não ocorrerá o problema porque não será possível tal instituição, entretanto se não estiver averbado residirá um problema, e poderá ser desfeita a averbação quando comprovado existir fraude a execução, o artigo 159 do Código Civil de 2002 assim determina: “Art. 159. Serão igualmente anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante”. (BRASIL, 2002).

Nesta seara, prossegue o estudo descrevendo os métodos que evidenciam a importância de conhecer o tema abordado, proporcionando ao leitor uma análise mais abrangente e procurando responder o questionamento acerca da pequena utilização do Patrimônio de Afetação na Cidade de Balneário Camboriú - SC.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa de natureza aplicada, quantitativa, descritiva e levantamentos, para suportar o referencial teórico e a pesquisa empírica exploratória por meio da análise quantitativa de uma amostra de informações produzidas por corretores em atuação no mercado imobiliário de Balneário Camboriú (SC)

A pesquisa desenvolvida aborda a busca de forma quantitativa no que se refere ao universo de profissionais que poderiam trazer alguma informação sobre o tema, levando em conta que o universo pesquisado mostra dados estatísticos que refletem de forma significativa a ocorrência de total desinformação do tema. A análise garante uma precisão dos resultados analisados, possibilitando assim segurança na interpretação da informação recebida. Os dados trazem o fenômeno do desconhecimento a uma realidade extrema no mercado imobiliário. A pesquisa também é de caráter descritiva, pois as perguntas foram formuladas de maneira que a resposta seja direta e sem qualquer interferência do pesquisador, possibilitando melhor análise dos resultados. Desta forma procura-se identificar qual o grau de conhecimento do tema entre os profissionais do mercado. Os gestores que responderam ao ques-

tionário não tiveram contato prévio entre si, impossibilitando a troca de informações que poderia de alguma maneira alterar o resultado final.

No que diz respeito aos objetivos a pesquisa caracteriza-se de forma descritiva e explicativa, procurando demonstrar o que acontece nesta seara da utilização do método de construção pela adoção do Patrimônio de Afetação. Promovendo o levantamento de dados pode-se concluir e relatar que a realidade deste universo composto por construções imobiliárias.

A pesquisa foi realizada no período de 10 a 27 de novembro de 2015, na cidade de Balneário Camboriú (SC), com 35 imobiliárias, aplicando-se um questionário com seis perguntas fechadas dirigidas aos corretores escolhidas de forma aleatória em diversos bairros. Para melhor compreensão, a análise será descritiva, assim definida:

Segundo Contandriopoulos et al. (1994), a análise descritiva dos dados é utilizada para relatar o comportamento de uma variável em uma população ou no interior de uma subpopulação, utilizando para a análise dos dados os instrumentos disponibilizados pela estatística (BEUREN, et. al, 2012, 194).

Partindo deste contexto, observa-se que os resultados avaliados demonstram uma realidade muitas vezes esquecida no universo imobiliário, um fenômeno que pode se expandir para todo o território nacional com o mesmo comportamento aqui representado. Os percentuais obtidos nas perguntas formuladas dão suporte à investigação, fato relevante a ser considerado, pois analisando os dados é possível de forma visual encontrar respostas e assim promover um alerta e trazer uma reflexão ao tema.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nisto, se insere o estudo baseado em um empreendimento de 42 apartamentos, de alto padrão, erguido no Centro de Balneário Camboriú, com entrega realizada no ano de 2015. Frente a este tipo de construção apresenta-se no quadro abaixo a importância ou não do Regime Especial de Tributação (RET) por meio de um estudo comparativo que tem a função de elucidar quais seriam os valores fiscais economi-

zados com o sistema. Este empreendimento também possui 92 vagas de garagem com área total de 12.153 m².

ALÍQUOTA DE TRIBUTAÇÃO SISTEMA NORMAL X RET		
	NORMAL	PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO
	5,93%	4%
VENDAS EFETUADAS	R\$13.814.000,00	R\$13.814.000,00
VALOR DO IMPOSTO	R\$819.170,20	R\$552.560,00
DIFERENÇA	R\$266.610,20	Pagos a maior no sistema Normal

Quadro 1: Comparativo de Tributação entre Sistema Normal e o RET.

Fonte: Contabilidade Núcleo S/C Ltda, balanço Patrimonial 2015, Ed. Porto dos Sonhos.

O quadro abaixo traz as perguntas realizadas aos corretores, as quais trazem sustentabilidade a esta pesquisa. A primeira pergunta foi bastante direta e simples, objetivando saber simplesmente se o entrevistado conhece o tema Patrimônio de Afetação.

Nas perguntas seguintes, procurou-se evidenciar se existem empreendimentos a venda com esta modalidade, se o entrevistado conhece algum empreendimento neste sentido bem como saber se o corretor tem conhecimento da diferença caso comercialize algum empreendimento com Patrimônio de Afetação. E finalmente conhecer se existe um nicho de clientes que procuram um empreendimento que esteja com averbação de Afetação questionando no ato do interesse de compra.

	Sim	Não	Não soube
O corretor sabe o que é Patrimônio de Afetação?	4		31
Comercializa algum empreendimento com Patrimônio de Afetação?	4	31	
Você conhece algum empreendimento que seja Patrimônio de Afetação?	3	4	28
Você sabe dizer a diferença de um empreendimento com Patrimônio de Afetação?	5	3	27

Existe algum empreendimento a venda que tem como argumento o Patrimônio de Afetação?	2	33	
O cliente ao procurar um imóvel pergunta sobre Patrimônio de Afetação?		35	

Quadro 2: Resultados da pesquisa
Fonte: Dados primários, 2015.

Observa-se que a falta de conhecimento do tema é grande sendo que se registrou um percentual de 88,6% dos entrevistados que não souberam informar o que era Patrimônio de Afetação. Quando perguntados se comercializam algum empreendimento a resposta surpreende, pois 80% responderam que não possuíam este produto a venda, entretanto alguns empreendimentos a venda na imobiliária eram neste modelo e o corretor desconhecia. Quando questionados sobre o conhecimento de algum empreendimento com a modalidade em pesquisa 77,1% afirmaram não saber, sendo que o percentual de 22,9% citou que talvez existam em empresas incorporadoras da cidade dentre as quais foram citadas algumas das maiores Construtoras.

Quando a pergunta foi se saberiam informar qual a diferença que existe na modalidade de Afetação 94,3% não souberam informar. Questionados se possuem algum empreendimento com o argumento de patrimônio de afetação 97,1% responderam que não. Ao término, perguntou-se há procura pelo cliente utilizando deste termo, o percentual foi de 100% informando que não houve procura.

A pesquisa aponta um fato alarmante no mercado imobiliário pesquisado, onde se verificou um total desconhecimento do tema. A falta de informação parece não surpreender os profissionais sendo que a maioria dos comentários foi que estas informações não seriam importantes ao cliente. Segundo alguns corretores o cliente tem maior interesse em saber o preço, localização e características do imóvel, poucos estariam preocupados com a incorporadora, os que têm esta preocupação se achem a perguntar se está incorporado. Esta pergunta parece ser a mais importante, pois entende o comprador que a incorporação é sua garantia de investimento.

No registro de imóveis não foi surpresa quanto aos resultados onde 74% das incorporações não têm a modalidade de Patrimônio de Afetação. Nos cartórios da cidade de Balneário Camboriú obteve-se acesso às incorporações terminadas no ano de 2015, até 30 de novembro, conforme Tabela 2, onde se tem 23 incorporações concluídas e apenas seis delas com Patrimônio de Afetação.

TABELA 2: Incorporações no ano de 2015 em Balneário Camboriú

	INCORPORAÇÕES	Com patrimônio de afetação
1º Ofício de Imóveis	15	04
2º Ofício de Imóveis	08	02
TOTAL	23	06

Fonte: Cartórios de Registro 1º e 2º Ofício, 2015.

Na Tabela 2 evidencia-se o pequeno número de incorporações com Patrimônio de Afetação demonstrando a realidade de averbações, ainda assim em contato com o cartório percebe-se que as averbações existentes têm mais uma exigência do Banco financiador do que uma liberalidade da incorporadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por entender que a Lei 10.931/2004 tem objetivo de proteger e dar segurança ao investidor, comprador do segmento imobiliário, torna-se claro o entendimento do porquê seu propósito não fora atingido, a falta de informação no meio deste imenso mercado elucida que o sistema adotado pela Lei não decolou, quando analisados os números de incorporações efetivadas com o Patrimônio de Afetação já podemos avaliar que é minimamente utilizado, ou quanto aderido é por uma exigência de alguma instituição financeira que está a aportar recursos para a incorporadora.

Talvez o Projeto de Lei 5.092/2013 possa trazer uma resposta aos números aqui apresentados, retirando o texto que deixa a mercê do incorporador a opção e traz consigo a obrigatoriedade, não resta pensar que mesmo diante de uma economia tributária de 1,93% do montante total das vendas as incorporadoras não tenham interesse em utilizar o RET. (Regime Especial de Tributação), em alguns casos é possível subentender que muitos incorporadores não tem interesse em apresentar abertamente números de custos, percentuais e taxas de lucratividade de seus empreendimentos para os investidores do negócio, eis que a Comissão de Representantes terá acesso a todos os dados de investimentos e fornecedores. No mais, também se pode avaliar que incorporadoras não desejam dispor de recursos somente para uma obra específica, e como não poderão circular ativos por outros negócios pró-

prios, talvez seja esta mais uma razão para o interesse no Patrimônio de Afetação ser tão pequeno.

O preço de uma tributação menor ainda não é um atrativo suficiente que faça o sistema decolar em seu uso, esta pesquisa demonstra de forma clara a realidade atual acerca deste tema. Quando confrontados custo x benefício, percebemos que o incorporador não optará de forma voluntária pelo Patrimônio de Afetação, pois a diferença de custo por unidade é incapaz de atrair construtoras que estejam dispostas a aderir ao sistema, no exemplo citado anteriormente vê-se que uma obra com vendas de 42 unidades representa uma receita de R\$ 13.814.000,00 com uma economia tributária de R\$ 266.610,20, aparentando ser expressiva, porém quando divididos por 42 unidades vê-se que será apenas de R\$ 6.347,86 por unidade, o que representa apenas uma diferença de 1,93%.

Diante desta realidade entende-se claramente que o incorporador não será seduzido a formar um Patrimônio de Afetação para ter na gestão uma comissão de representantes para acompanhar a obra. O baixo interesse do incorporador pelo uso está refletido na desinformação daqueles que irão comercializar o empreendimento. A divulgação do tema é ignóbil e inexpressivo na cidade, assim como a pequena diferença no custo das unidades a serem comercializadas com o Patrimônio de Afetação. A tendência é que continue como um mero detalhe a ser exigido quicá por bancos e financeiras em alguns poucos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

AGHIARIAN, Hércules. **Direito Imobiliário**, Atlas, 2012.

_____. Patrimônio de afetação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 607, 7 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6408>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

BRASIL. Lei 8078/90. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

_____. Lei Ordinária Nr. 10931, de 2 de agosto de 2004. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito imobiliário, altera do Decreto-Lei 911 de 1º de outubro de 1969.

_____. Lei Ordinária Nr. 4591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio

nio em edificações e incorporações imobiliárias.

CHALHUB, Melhim Namem. **Trust**: Perspectivas do direito contemporâneo na transmissão da propriedade para administração de investimentos e garantia. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

IVANILDO Figueiredo. **Direito Imobiliário**. São Paulo: Atlas, 2010.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Mercado Imobiliário de Balneário Camboriú SC**. Disponível em: <<http://sindusconbc.com.br/mercado-imobiliario-em-alta-em-balneario-camboriu>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). Projeto de Lei N. 5092/13 nº 5092/13, de 2013. **Projeto de Lei N. 5092/13**. Disponível em: <http://www.csmsra.gov.br/proposicoesWb/fichadetramitacao?idProposicao=566553>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SALGADO, Eduardo. **Veja Online**. Edição 1791. 26 de fevereiro de 2003. Caderno Economia e Negócios. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/183668>>.

SUJEITOS ROTULADOS:

CONSIDERAÇÕES DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ACERCA DO DIAGNÓSTICO E DA MEDICALIZAÇÃO INFANTIL

¹ Acadêmico formando do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. E-mail: orildojmjr@gmail.com.

Orildo João Mercedes Junior¹

Me. Eliz Marine Wiggers²

¹ Psicóloga, Mestre em Psicologia e Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. E-mail: elizmarinew@gmail.com.

RESUMO

Na atualidade cresce a quantidade de sujeitos em fase escolar medicados devido aos inúmeros diagnósticos de distúrbios de aprendizagem. Tanto o diagnóstico, quanto a medicalização geram um impacto na vida destes sujeitos, no modo como eles percebem-se diante do diagnóstico, e sua relação com o meio onde estão inseridos. Diante disto, o presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados de pesquisa que buscou verificar junto a professores de educação básica de uma escola municipal situada em uma cidade litorânea do Estado de Santa Catarina as suas percepções frente às crianças medicadas e diagnosticadas com distúrbios/transtornos de aprendizagem e como estes têm atuado no cotidiano escolar. A análise dos dados possibilitou verificar dos professores que o olhar patologizante decorrente dos moldes higienistas instituídos desde o século XIX ainda se faz maciço no contexto escolar reduzindo as dificuldades dos aprendentes às disfunções apenas orgânicas, singularizando problemas que são de cunho social ao culpabilizar pais, alunos e professores pelo fracasso escolar, a ocorrência da banalização do diagnóstico e da medicação infantil e a frustração dos professores em lidar com o problema.

PALAVRAS-CHAVES: Medicalização Infantil. Patologização Escolar. Distúrbios da Aprendizagem.

SUBJECT labeled: CONSIDERATIONS OF TEACHERS OF A BASIC EDUCA-

TION SCHOOL ABOUT THE DIAGNOSIS AND CHILD medicalization

ABSTRACT

Today grows the amount of treated subjects in school years due to the numerous diagnoses of learning disabilities. Both the diagnosis, the medicalization generate an impact on the lives of these guys, the way they perceive themselves before the diagnosis, and their relationship with the environment where they live. In view of this, this paper aims to present the results of research that sought to verify with the basic education teachers from a public school located in a coastal city in the state of Santa Catarina their perceptions front of the medicated children and diagnosed with disturbances / disorders learning and how they have been active in school life. Data analysis enabled us to verify the teachers that the pathologizing look resulting from hygienists molds instituted since the nineteenth century still is massive in the school context reducing the difficulties of learners the only organ dysfunction, singling issues that are of a social nature to blame parents, students teachers and the school failure, the occurrence of trivialization of diagnosis and medication of children's and teachers' frustration in dealing with the problem.

KEYWORDS: Children medicalization. Pathologization School. Learning Disorders.

1 INTRODUÇÃO

O consumo de medicamentos utilizados para o tratamento de distúrbios de aprendizagem teve um aumento significativo nos últimos anos entre indivíduos em fase escolar, resultante dos inúmeros diagnósticos de transtornos da aprendizagem. O aumento do consumo destes medicamentos reflete no ambiente escolar suscitando a queixa dos educadores no que se refere ao comportamento dos alunos e as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Diante disso, na tentativa de solucionar o problema muitas vezes recorre-se ao modelo cientificista para explicar o porquê de a criança não corresponder ao ideal escolar. Sustentando este olhar, Rubinstein (2005) enfatiza que a patologização da sintomatologia dos alunos com suspeita de distúrbios de aprendizagem é a forma

mais rápida e eficaz para que se exima a responsabilidade do professor, do aluno e da família quanto ao processo de aprendizagem.

Sendo a escola considerada um ambiente facilitador no papel de desenvolvimento e da aprendizagem da criança fez-se necessário discussões a respeito das dificuldades de aprendizagem, suas causas e diagnósticos. Ao refletir sobre a perda de autonomia, tanto da escola no processo de ensino, quanto da criança pelo diagnóstico, a presente pesquisa teve por objetivo verificar junto a professores de educação básica, de uma escola municipal localizada em um município do litoral catarinense, suas percepções acerca da banalização do diagnóstico e medicalização infantil e como esse lida em seu dia a dia com as crianças medicadas.

2 MEDICALIZAÇÃO PARA NÃO SOFRER?

A medicalização refere-se ao movimento de reduzir as questões de origem sociais e políticas ao campo médico científico, incutindo no cotidiano dos indivíduos um olhar reducionista organicista e biológico. Assim, a medicalização é um movimento de banalização do uso de medicamentos para toda e qualquer situação vivenciada no contexto contemporâneo.

As políticas públicas que se instituíram na passagem do século XIX para o século XX tinham como prioridade a saúde e a educação, instituindo normas na sociedade com o intuito de estabelecer o controle sobre os pensamentos e as ações dos indivíduos, seus hábitos alimentares, de higiene, de trabalho e lazer. Nesta perspectiva prega-se o mito da ausência de doenças e a promessa da hegemonia de uma sociedade saudável e feliz (BARBIANI et al, 2014).

No âmbito escolar, denomina-se medicalização da educação quando os problemas referentes ao processo de ensino e aprendizagem são destituídos da educação e passados para o campo da saúde, desvalorizando as ações dos envolvidos no processo de educação em detrimento do 'saber' de outros especialistas (SPAZZIANI, 2001).

Considerando pesquisas que possibilitam melhor compreender o fenômeno da medicalização, destacam-se os dados da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme informações do SNGPC – Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (2012), que divulgaram resultados de uma pesquisa realizada para aferir o uso do medicamento metilfenidato. Constatou-se no Brasil

um aumento no uso do medicamento de 75% por jovens e adolescentes entre 6 e 16 anos, isto devido ao crescimento do número de sujeitos diagnosticados com TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Eram esperados, mundialmente, 8 a 12% de aumento de diagnósticos até a data da pesquisa, contudo este número foi superado atingindo 26,8%. O metilfenidato é vendido no Brasil com o nome comercial de *ritalina* e *concerta* e é utilizado no tratamento do TDAH, que atualmente é considerado a principal causa apontada para as recorrentes dificuldades de aprendizagem nas escolas.

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais – 5ª edição - DSM - IV (2014, p. 32) o TDAH é um “[...] transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade”. Como sugere o nome, os transtornos do neurodesenvolvimento afetam basicamente as funções cognitivas básicas, manifestando-se, na maioria dos casos desde a primeira infância. Contudo, é no período escolar que se evidenciam os primeiros sintomas devido à necessidade da criança em interagir com o ambiente, podendo ocasionar ao longo da vida prejuízos na comunicação social, limitações funcionais na comunicação efetiva, na participação social e no sucesso acadêmico.

Nesse sentido, pode-se notar que o olhar patológico está de certa forma fundido na pedagogia. No âmbito escolar podem-se perceber categorias de alunos separados conforme suas habilidades e rótulos. Este fato quase sempre culmina na aplicação de testes clínicos, no diagnóstico e na medicalização, como se cada criança funcionasse igual, buscando respaldo nas teorias que têm como relevância aspectos apenas biológicos. Nesta perspectiva, busca-se um padrão de normalidade psicológica, sendo que um indivíduo que não corresponde a esta expectativa é obrigado a assumir uma rotulagem (CRUZ; BORGES, 2014).

Na maioria das vezes o professor e os pais não estão preparados para avaliar a situação real do aluno, observam apenas os sintomas e não a causa destes. Acabam julgando, rotulando, dificultando ainda mais o processo de aprendizagem. O fato não é tão simples quanto parece e requer uma intervenção apropriada.

Por muito tempo responsabilizou-se a criança e a família pelos problemas escolares. Hoje culpa-se o professor. [...] ao tratar a questão dos problemas de aprendizagem escolar temos que considerar as dificuldades da criança na escola e as dificuldades da

escola com as crianças, visto que essas duas dimensões devem ser analisadas reciprocamente (BOSSA, 2000, p. 16).

Nesta mesma direção, Nunes Smith, Strick e Batista (2007) indicam que a maioria dos casos diagnosticados como transtorno de aprendizagem não procedem, sendo atribuído a outros fatores que não o aluno. Por outro lado, os pais não querem aceitar a necessidade de atendimento à criança, pois este fato traz uma insegurança e um rótulo de incompetência para pais e filhos. Costuma-se atribuir a responsabilidade ao professor, ou a motivos diversos, justamente para evitar o sentimento de culpa. Segundo Cruz e Borges (2014, p.652) “o diagnóstico está baseado apenas nos sintomas, e a medicalização dos sintomas esconde as reais causas do problema”.

Diniz (2009, s./p.) cita Michel Foucault ao refletir sobre a banalização da medicação das crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, descrevendo que há uma diferença entre medicar e medicalizar, notificando que:

[...] medicar pode ser necessário desde que caso a caso. Já a medicalização é o processo pelo qual o modo de vida dos homens é apropriado pela medicina e que interfere na construção de conceitos, regras de higiene, normas de moral e costumes prescritos – sexuais, alimentares, de habitação – e de comportamentos sociais. Este processo está intimamente articulado à ideia de que não se pode separar o saber – produzido cientificamente em uma estrutura social – de suas propostas de intervenção na sociedade, de suas proposições políticas implícitas. A medicalização tem, como objetivo, a intervenção política no corpo social. O fenômeno da medicalização social surge e se desenvolve, historicamente, no contexto das sociedades disciplinares, tal como foi analisado por Foucault.

Medicar, em certos casos, é inevitável e necessário não como solução do problema, mas como fator remediador, provisório, até que se chegue à causa. Já a cultura da medicalização precisa ser refletida, pois esta, de certa forma, desapropria o sujeito de si mesmo, e envolve abuso e a banalização do uso da medicação. Cruz e Borges (2014, p. 652) enfatizam que [...] “essa orientação patologizante, médica ou psicológica,

tem como efeito anular a importância da escuta da criança na sua singularidade”.

É de suma importância que o indivíduo se aproprie de sua individualidade arcando com suas dores e prazeres, e nessa relação estará exercitando sua plena capacidade de aprimoramento. Assim, pode-se deduzir que o processo de exclusão da criança, neste caso, extingue a oportunidade de ela apropriar-se de si e de sua problemática, além de desautorizá-la como sujeito ao lhe impor um diagnóstico.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil sob o número de processo CAAE 48467215.1.0000.559, sendo acompanhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Avantis. O estudo foi construído metodologicamente como pesquisa qualitativa e exploratória, e foi realizado através de entrevista semiestruturada com o auxílio de gravador simples. Teve como sujeitos pesquisados os professores que lecionam no ensino fundamental de uma Escola Municipal localizada em uma cidade litorânea no Estado de Santa Catarina. A escola, atuante no Município desde 1994, conta com 641 alunos e 52 profissionais, dentre eles 32 professores, dois diretores e um coordenador pedagógico. Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessários dois momentos, com duração aproximada de uma hora, em que o pesquisador esteve no contexto escolar, e seis professores participaram da pesquisa, sendo a falta de tempo hábil e o não interesse na participação do estudo por parte dos outros professores a justificativa para o número reduzido de entrevistados.

Os participantes consentiram em participar da pesquisa a partir da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios, mantendo-se o anonimato destes em decorrência da participação neste estudo e dos cuidados éticos da pesquisa com seres humanos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise de dados foi possível delimitar dois núcleos de significação para direcionar a análise de dados da pesquisa: percepção do professor sobre as

crianças diagnosticadas e medicadas; a banalização do diagnóstico e da medicação e as relações sociais na contemporaneidade. Segundo Aguiar e Ozella (2006) através dos núcleos de significação é possível dar sentido aos dados coletados, confrontando os aspectos subjetivos dos atores da pesquisa com as relações que envolvem a sociedade.

4.1 PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE AS CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS E MEDICADAS

Ao serem questionados de como é possível reconhecer um aluno com suspeita de distúrbio de aprendizagem todos os professores entrevistados foram unânimes em ressaltar a falta de atenção, o comportamento inadequado e conseqüentemente a improdutividade. Como se pode observar na fala de um dos entrevistados: “[...] pelo simples fato dele não conseguir prestar a atenção e a gente percebe nas explicações, nas atividades em sala de aula, no comportamento, nas avaliações” (SOLANGE). Seguindo o mesmo pensamento, outro professor resalta que “[...] é bem fácil identificar quando um aluno tem dificuldade. [...] ele não consegue entender aquela matéria que tu explica no quadro” (ROBERTO).

Ao citar Luria (1991), Meira (2012, p. 168) pontua que “a atenção depende do desenvolvimento da capacidade humana de selecionar os estímulos e do controle voluntário do comportamento, sem os quais não seria possível aos homens desenvolver uma atividade coordenada com vistas a alcançar fins determinados”. O autor ainda prossegue ressaltando que o indivíduo, no decorrer de sua vida, elabora uma série de signos artificiais que lhe permitem conhecer os estímulos que o afetam, dominar seus processos de comportamento e, portanto, assumir o controle do que faz, sente e pensa.

A atenção é uma função psicológica que deve ser constituída ao longo de processos educativos na infância e cujo desenvolvimento depende da qualidade dos mediadores culturais oferecidos pelos adultos (Eidt & Tuleski, 2007b). Desse modo, não se trata de esperar que as crianças naturalmente sejam atentas na escola, independente dos conteúdos, da qualidade do trabalho pedagógico e das necessidades e possibilidades do desenvolvimento infantil.

É preciso que os professores auxiliem cada criança a desenvolver cada vez mais a consciência e o controle sobre seu próprio comportamento de tal forma que ela possa propor-se, de modo intencional e deliberado, a focalizar sua atenção no processo de apropriação dos conteúdos escolares. (MEIRA, 2012, p. 138)

A dificuldade dos integrantes do processo escolar para lidar com o aluno da atualidade desencadeia a busca por uma explicação que justifique o insucesso da aprendizagem do aluno que se julga estar fora do padrão cognitivo esperado. Em consequente, inicia-se o processo chamado de medicalização e patologização da educação, ou seja, recorre-se ao olhar médico biologicista para atribuir à criança uma doença supostamente biológica capaz de justificar o fracasso escolar. Dentre as consequências deste processo de patologização do fracasso escolar está a desresponsabilização dos envolvidos no processo de ensino fomentando a crença de que somente através da atuação especializada de outros profissionais é que será possível reverter o insucesso do aluno.

Na escuta aos entrevistados fica evidente a preocupação destes em dar assistência ao aluno que apresenta dificuldades, contudo percebe-se que a única ferramenta de que possuem atualmente é o encaminhamento a outros profissionais da saúde, conforme falas a seguir: “[...] a gente conversa entre si, os professores, que ajuda ali junto com a coordenação, direção, pra um possível encaminhamento” (ANA). “A gente, até por ética profissional, procura conversar com a coordenação escolar, para que se leve a um profissional capacitado para que haja o retorno pra escola” (JOEL).

Para Collares e Moysés (s.d., p. 30) atribuir a responsabilidade a outros profissionais, para que estes resolvam os problemas educacionais dos alunos é uma forma de acalmar a angústia dos professores, não só pela transferência de responsabilidades, “[...] mas principalmente porque desloca o eixo de preocupações do coletivo para o particular”.

O que deveria ser objeto de reflexão e mudança - o processo pedagógico - fica mascarado, ocultado pelo diagnosticar e tratar singularizados, uma vez que o “mal” está sempre localizado no aluno. E o fim do processo é a culpabilização da vítima e a persis-

tência de um sistema educacional perverso, com alta eficiência ideológica (COLLARES, MOYSÉS, s.d. p. 30).

A crença que permeia o universo escolar é de que somente com o apoio de especialistas – neurologistas, psicólogos, psiquiatras, entre outros – será possível adequar o aluno com necessidades educacionais especiais é, segundo Brasil (2005) obstáculo a aprendizagem, pois reforça a ideia de que algo está fora da ‘normalidade’, do julgamento de apto e inapto que direcionam os critérios para um possível diagnóstico. Ainda, ressalta Jerusalinsky (1998 *apud* BRASIL, 2005, p. 30-31), que a forma fragmentada de “[...] olhar e se relacionar com uma criança tem consequências no modo como ela irá constituir seu modo de ser. Esta fragmentação pode chegar ao limite de impossibilitar sua constituição como sujeito”.

A escola torna-se nesta perspectiva um ambulatório restrito ao encaminhamento de alunos que não se enquadram ao modelo instituído de aluno aprendente, reforçando a individualização de um problema que é social a uma minoria, com o intuito de justificar e camuflar as falhas no processo de ensino atual.

O processo de patologização escolar atinge não só os alunos, mas também seus familiares, e se expande rapidamente pela sociedade com um poder de disseminação surpreendente, fazendo com que os envolvidos reajam às consequências destes problemas como uma fatalidade. A resistência dos pais para lidar com os problemas de aprendizagem dos filhos é recorrente, principalmente quando estes problemas de aprendizagem são atribuídos a deficiências cognitivas, a negação do problema, angústia e a frustração moldam o cenário das famílias cujos filhos enquadram-se neste modelo.

[...] os pais jamais estão seguros do que sentem ou fazem com suas crianças. Nunca sabem se estão agindo certo ou errado. Os especialistas estão sempre ao lado, revelando excessos e deficiências do amor paterno e materno. As condutas rígidas e distantes do alcance e da realidade das famílias, quando acessadas, tendem a ser abandonadas e substituídas pelas “opções” que o mercado disponibiliza de forma rápida e mágica (COSTA, 2004 *apud* BARBIANI, et al, 2014, p. 581).

Com as bases instituídas, ficou mais fácil atribuir a culpa àqueles que não seguiam os moldes estabelecidos pela sociedade. Fato que se repete nos dias atuais, pois, além de assumir a culpa, a família fica à mercê de uma intervenção especializada e medicamentosa como a única possibilidade de cura. Segundo Barbiani et al (2014), a medicalização é a forma mais obscura e perversa que permeia a sociedade, incutindo no ideal dos sujeitos a “cura” de suas mazelas através da incitação ao consumo no balcão dos medicamentos milagrosos.

Além da carência financeira enfrentada pelas famílias para custear os medicamentos utilizados no tratamento de Transtornos de Aprendizagem, o uso medicamentoso nestes casos tem efeitos colaterais fortíssimos que marcam o dia a dia do aluno. Os entrevistados relataram terem em suas turmas alunos que fazem uso de tais medicamentos e pontuaram que as consequências são desanimadoras na maioria dos casos, como observa um dos professores entrevistados: “[...] eu sei que eles dão ritalina, o que desfavorece um pouco nos estudos do aluno, porque é um medicamento que acaba trazendo um pouco de sono, um pouco de desconforto” (ROBERTO).

Outro professor relatou sua experiência com um aluno que apresentava comportamento agressivo em sala de aula e após iniciar o tratamento com ritalina o aluno, “[...] passava maior parte do tempo dele na escola dormindo. Ele ia pra escola, determinado momento ele baixava a cabecinha na carteira, e a gente via assim que ele tava totalmente dopado mesmo” (ANA).

Um dos entrevistados, que em seu contra turno realiza trabalhos pedagógicos com crianças diagnosticadas com transtornos de aprendizagem através do Programa de Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecido pela instituição onde foi realizada a presente pesquisa, relata sua dificuldade com as crianças que fazem uso da medicação. Segundo aponta, as crianças “[...] chegam aqui as nove horas dormindo e vão embora dormindo, estão chegando aqui chapadas” (SANDRA).

Quando questionados há unanimidade entre os entrevistados ao relatarem não observarem nenhuma melhora no processo de ensino e aprendizado da criança em decorrência do uso da medicação, como pode-se observar na fala de um dos professores: “Não, eu acho que ele acaba retrocedendo nesse processo (de aprendizagem). Na questão de comportamento anula bastante, mas pro conhecimento não evolui” (ROBERTO).

Os efeitos colaterais observados pelos professores são recorrentes em crianças que fazem uso dos medicamentos apontados e como enfatiza Breggin (2002

apud CAPONI et al, 2010) dentre os efeitos colaterais estão a perda do controle das funções cerebrais por parte do usuário, principalmente nos lobos frontais, sede dos comportamentos e raciocínio mais elaborados, sendo que assim o sujeito, literalmente, perde o controle de si e a capacidade de ações mentais espontâneas.

4.2 A BANALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E DA MEDICAÇÃO E AS RELAÇÕES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

O campo da educação vem sofrendo com o abuso do diagnóstico e da medicação em uma escala assustadora. Os problemas do fracasso escolar estão sendo reduzidos e individualizados apenas ao aluno. A necessidade imperiosa atual de que o aluno precisa reunir condições necessárias para apreender todos os conteúdos escolares, a obrigatoriedade de controlar o comportamento requerendo a atenção do aluno sem que ele possa manifestar suas inquietações e angústias, a culpabilização do aluno pelo não aprender sem levar em conta seus problemas individuais e isentando na grande maioria dos casos as políticas de educação, resumem a essência do olhar patológico da atualidade em detrimento a verdadeira finalidade escolar: a de socializar saberes e da produção de um pensamento crítico (COLLARES, et al, 2013). Nesse sentido, um dos entrevistados ressalta que:

[...] hoje nós temos que avaliar o aluno de uma forma que ele produza. De uma forma ou de outra, que ele produza. Então todos alunos são diferentes, todos tem aprendizados diferentes, tempos de aprendizagem diferentes. E a expectativa muitas vezes é da gente, né... essa expectativa gera uma angústia maior no professor do que na criança (JOEL).

Segundo Collares e Moysés (s./d., p.9) em muitos casos o encaminhamento da criança que apresenta dificuldades de aprendizagem para outros profissionais especialistas, “[...] representa um desviador de responsabilidades – ‘Eu faço o que posso, mas eles não aprendem’”. Um dos entrevistados corrobora com a fala das autoras ao perceber que há um alívio do professor quando a causa do fracasso de um aluno

é justificada por um laudo médico e não pelo insucesso do professor em mediar o conhecimento.

Onde eu mais percebo a doença é nos professores. 'Ah, ele tem laudo! Ai, que alívio!' Tira toda a responsabilidade do professor. A maior mudança são os próprios professores. Isso dá um certo alívio, tem laudo. 'Tem laudo, tá bom, agora vamos passar ele, agora não preciso me preocupar tanto. (SANDRA)

Contudo, diante da impossibilidade de lidar com o fracasso escolar da criança o professor apresenta sofrimento, pois na maioria das vezes se vê de "mãos atadas", sem saber o que fazer. A busca por outros profissionais na intenção de auxiliar a criança muitas vezes é julgada como desvio de responsabilidade intencional do professor para outro especialista. No entanto, o professor, na maioria dos casos é vítima do processo patológico contemporâneo e nesta "guerra de apontar dedos", a culpa recai unicamente ao docente, como se este fosse o único responsável pelo sucesso/fracasso escolar (BRASIL, 2005). Práticas pedagógicas adequadas são fundamentais para o processo de inclusão no contexto escolar, mas resumir o processo somente a tais práticas é simplificar sobremaneira uma situação que requer extrema atenção e não condiz com as realidades escolares atuais. Ao retratar seu sofrimento diante da tentativa de lidar com um de seus alunos diagnosticado com um transtorno de aprendizagem, um dos entrevistados relata que em sala de aula *"[...] eu tento fazer da forma mais simples possível pra poder atingir a capacidade de raciocínio dele, mas mesmo assim ele não está interessado naquilo. Então, como explorar isso? Então eu penso: o que que eu posso fazer? Eu me vejo assim de mãos atadas"* (ANA).

Uma política educativa que afirme que sobre o professor recaem as esperanças de melhoria da educação brasileira tem como único efeito situar o professor frente a um ideal que adquire mais a dimensão de um "fardo" a ser carregado solitariamente que de uma possibilidade a ser concretamente alcançada. Esta situação é facilmente verificável através das inúmeras queixas veiculadas pelos professores, muitas vezes impotentes, diante das dificuldades para atender a diversidade de seus alunos. Sabemos que

um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor (BRASIL, 2005, p. 9).

Segundo os participantes da pesquisa, através do contato diário com alunos diagnosticados é possível perceber em seu cotidiano o abuso do diagnóstico, conforme observa uma das entrevistadas ao se referir ao excesso de laudos emitidos por um especialista: “[...] sempre o mesmo laudo e a gente começou a desconfiar. Porque não pode um número grande de crianças com o mesmo laudo. TDAH e dislexia eram o que ganhava” (ANA).

Um dos entrevistados relata ainda, que esse número elevado de laudos emitidos o fez desconfiar da seriedade dos profissionais envolvidos no diagnóstico e o fez tomar uma postura diferente diante do aluno em questão. Segundo aponta: “Questiono várias vezes, vários laudos. Como eu trabalho com o aluno, eu não vou trabalhar com o laudo dele, se não tá batendo com aquele laudo, vou trabalhar com aquilo que bate com ele” (SANDRA).

A banalização do diagnóstico, na maioria das vezes questionáveis, torna-se uma questão preocupante no cenário atual, como aponta Collares e Moysés (s.d., p. 29).

A difusão acrítica e crescente de “patologias” que provocariam o fracasso escolar - de modo geral, “patologias” mal definidas, com critérios diagnósticos vagos e imprecisos tem levado, de um lado, à rotulação de crianças absolutamente normais e, de outro, a uma desvalorização crescente do professor, cada vez menos apto a lidar com tantas “patologias” e “distúrbios”.

O diagnóstico para a criança traz implicações sérias à forma como essa se estabelece em seu ciclo social e como vê a si mesma. A criança rotulada incorpora a doença, tem sua autoestima afetada devido à crença que passa a ter de si, comprometendo sua aprendizagem (COLLARES, MOYSÉS, s.d.).

Um dos entrevistados aponta que as crianças quando tem consciência do

diagnóstico “[...] usam deste artifício, elas se auto rotulam, acredito eu, e já vem com esse paradigma pra gente e pros colegas, (JOEL). E ainda, de encontro com a fala do professor, outro entrevistado enfatiza que “[...] quando eles têm um laudo, a gente houve várias vezes eles dizendo para o professor: ‘mas eu tenho laudo, eu não posso reprovar’” (SANDRA). Por outro lado, o mesmo entrevistado aponta que alguns alunos “[...] querem mostrar que não tá certo aquilo, e eles começam a se esforçar mais: ‘não, isso aí? Eu não sou isso, aí!’ Aí tu vê o avanço, porque eles querem provar que eles não são aquilo ali” (SANDRA.)

Outra implicação trazida pelo diagnóstico, além da estigmatização do aluno, é que este sempre vem acompanhado com tratamentos medicamentosos. Segundo os pesquisados, o medicamento mais usado para o tratamento dos transtornos de aprendizagem no seu contexto escolar é a *ritalina*. O metilfenidato, componente químico do medicamento citado, está incluído no grupo das anfetaminas, atuando como estimulante do sistema nervoso central, potencializando os neurotransmissores de noradrenalina e a dopamina (MEIRA, 2012). Ainda, Caponi, et al (2010) resalta que dentre as diversas reações dos estimulantes, encontram-se a redução severa da espontaneidade, falta de comunicação e a falta de propensão a socialização.

A crítica feita pelos entrevistados não é pelo uso do medicamento, mas quanto a seu abuso. Meira (2012), segundo fontes do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos – IDUM, chama a atenção para o aumento considerável no consumo de metilfenidato, pois entre os anos de 2000 e 2008 o aumento foi de 1616%, em torno de 71 mil caixas no primeiro ano e posteriormente 1.147,000 (um milhão e cento e quarenta e sete mil) caixas. Segundo o autor, uma verdadeira epidemia medicamentosa.

Há um impasse e muitas dúvidas apresentadas pelos professores entrevistados quanto ao uso do medicamento. Casos positivos são apontados por alguns em sua experiência escolar, principalmente nos casos de crianças que apresentam um comportamento agressivo, mas não estão certos de que apenas o controle do comportamento é capaz de auxiliar a criança no seu processo de aprendizagem. Ao refletir sobre a eficácia do uso do medicamento no tratamento dos transtornos de aprendizagem, um dos entrevistados expressa sua dúvida ao expor:

[...] ele tá lá parado, olhando pro professor, mas ele tá adquirindo conhecimento? Ou ele tá ali parado só olhando? Ah, ele quer

que o aluno pare, mas ele tá se concentrando? Será que o remédio está melhorando a concentração ou só fazendo ele parar um pouco? Acalmando. Até onde eu sei, tem remédio para ajudar na memória, mas a gente precisa treinar, precisa evoluir, não só fazer o aluno parar. Atualmente o que é a função do remédio? Fazer o aluno sentar na cadeira, pra ele ficar na ‘cela’ de aula, né. Eu não sei se esse remédio tá fazendo ele parar e aprender, se concentrar ou se tá só ele parado ali (SANDRA).

Um dos professores foi mais enfático ao afirmar que “[...] em muitos casos eu acompanhei essa medicação atrapalhando mesmo, as reações em relação ao comportamento em si dentro da sala de aula. Então encontro dificuldade nisso aí também” (ANA).

O objetivo central da inserção da criança na escola é para que aprenda e através de sua interação com o professor no processo de ensino/aprendizagem torne-se apta ao convívio social. Considerando que cada indivíduo responde de maneira diferente a cada situação é compreensível que alunos respondam diferentemente ao processo de tratamento indicado pelo especialista. Contudo, a particularidade pretendida neste momento é a reflexão das implicações deste abuso que em muitos casos destitui o indivíduo, no caso o aluno, de seu papel ativo na aprendizagem. A banalização do diagnóstico, seguido do aumento do uso de medicação, não só inibe sua capacidade de apreensão, mas mais do que isso, anula seu discurso como sujeito em constituição.

A psicofarmacologia pode muito bem descobrir as drogas que diminuem a “depressão” dos indivíduos; a genética pode determinar qual a origem cromossômica de cada suspiro, grito ou gemido que venhamos a dar, mas o que nenhuma das duas pode fazer é criar um sujeito moralmente responsável pelo que faz, diz ou sofre, se insistir em desconhecer ou não discutir as razões de nossos feitos, discursos ou sofrimentos (COSTA, 1994, *apud* MEIRA, 2012, p. 136).

Nesse sentido, não se pretende desconsiderar as bases biológicas do compor-

tamento ou criticar o uso da medicação no tratamento de doenças, mas a intenção é fomentar a reflexão sobre transformar problemas do dia a dia em sintomas de doenças, e ainda inferir a subjetividade do sujeito pelos aspectos orgânicos (MEIRA, 2012).

Segundo Collares e Moysés (s.d.), com a ascensão das práticas biologizantes para outras áreas além da médica, como a psicologia, por exemplo, o termo medicalização vai dando espaço para outra nomenclatura que expressa com mais precisão as ações patologizantes na contemporaneidade: a patologização. Em termos gerais a patologização refere-se à repetição do modelo médico referido anteriormente, contudo com a abrangência de outras áreas especializadas.

A patologização está inculcada diretamente em todos os âmbitos sociais, sendo observada na propagação do consumo e na aquisição de “receitas prontas” que tem o ‘poder mágico’ de solucionar qualquer problema, bastando encontrar a prescrição correta e sustentar a certeza de que serão eficazes. Os avanços científicos que deveriam sustentar a promoção da qualidade de vida acabam sendo um processo excludente onde apenas uma minoria tem acesso aos grandes avanços científicos, distanciando a sociedade ainda mais da equidade tão pregada na contemporaneidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que os objetivos de pesquisa foram contemplados considerando que os professores entrevistados manifestaram suas impressões sobre o abuso do diagnóstico e da medicação infantil no processo escolar. Relataram suas experiências acerca da banalização do diagnóstico e do fenômeno da medicalização, considerando o descaso dos especialistas que atestam as disfunções de aprendizagem e a inabilidade dos profissionais da educação e familiares em lidar com as exigências apresentadas pela criança que não se enquadra no modelo esperado de aprendiz. A pesquisa também apontou a descrença dos profissionais, da família e da própria criança diagnosticada e medicada quanto à sua capacidade de aprender e que apenas a intervenção medicamentosa é eficaz para o tratamento dos transtornos, evidenciando o olhar organicista ainda arraigado entre estes envolvidos.

As dificuldades enfrentadas no processo de ensino de crianças diagnosticadas e medicadas devido a transtornos de aprendizagem não devem ser encaradas de uma forma individualizada, onde se procura culpabilizar ou vitimar os envolvidos

mantendo um “ciclo vicioso” onde as resoluções para tais problemas não aparecem. A comercialização das condições de vida representada no contexto escolar com a desautorização da responsabilidade dos envolvidos no processo de aprendizagem requer um olhar mais aprofundado que discuta não só os processos de ensino isoladamente, mas a forma como os problemas sociais inserem-se no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. Wanda Maria; OZELLA, Sergio. **Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos**. São Paulo-SP, (2), p. 222-245, mar. 2006.

BARBIANI, R.; et al. **Metamorfoses da medicalização e seus impactos na família brasileira**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24(2), 2014, p. 567-587.

BOSSA, N. A. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? como trata-las?**, ed 1. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

CAPONI, S.; et al. **Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica**. ed21, Palhoça, SC: Ed. Unisul, 2010.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_23_p025-031_c.pdf. Acesso em: 16 jul. 2015

COLLARES, C. A. L.; et al. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. ed1, Campinas, SP: Mercado de letras, 2013.

CRUZ, C; BORGES, S. Saber e conhecimento: a psicanálise na escola. **Inter-ação**, v. 39, n. 3, Goiânia, 2014, p 651-663

DINIZ, M. Os equívocos da infância medicalizada. **Coleção Lepsi ip/fe**, n. 7, USP, 2009.

MEIRA, E. M. M. **Para uma crítica da medicalização escolar e educacional**. v16, n1, Campinas: ABRAPE, 2012, p135-142.

NASCIMENTO, M. I. C.; et al. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-V**. ed.5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

NUNES SMITH, C.; STRICK, L. BATISTA, D. (trad.) **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.** ed 1, São Paulo: Artmed editora, 2007.

RUBINSTEIN, E. **A presença da história na construção do estilo de aprendizagem.** Estilos da Clínica, v. 10, n. 18, 2005, p 108-115.

SILVA, M. da Gama. **TDAH e o discurso do capitalista comparece à escola.** 2012. Disponível em: <http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/inscricoes/PDF_SWF/13760.pdf>. Acesso em: 29 jan.

SNGPC. **Prescrição e consumo de metilfenidato no Brasil: identificando riscos para o monitoramento e controle sanitário.** Boletim de farmacoepidemiologia. a. 2, n. 2, 2012.

SPAZZIANI, M. DE L. A saúde na escola: da medicalização à perspectiva da psicologia histórico-cultural. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.3, n.1, p.41-62, dez. 2001.

USUFRUTO COMO PROTEÇÃO PATRIMONIAL E SUCESSÓRIA

Daniela Modesto¹

Luara Correa Pereira²

MSc. Felipe Probst Werner³

¹ Acadêmica do 9º período do Curso de Direito da Faculdade Avantis. E-mail: daniela.modesto@hotmail.com

² Acadêmica do 10º período do Curso de Direito da Faculdade Avantis. E-mail: luaracorreapereira@gmail.com

³ Doutorando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Pós-graduado em Direito Contratual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Direito e Administração pela Universidade do Vale do Itajaí. Professor do Curso de Direito da Faculdade Avantis. E-mail: felipe@pwa.adv.br

RESUMO

O presente artigo apresenta o usufruto como proteção patrimonial e sucessória, destacando seu conceito, características, modos de aquisição, direitos e deveres do usufrutuário bem como, a extinção do usufruto. O usufruto instituído com a doação é um instrumento jurídico de que pode ser utilizado para partilha de bens visando a proteção patrimonial dos bens da empresa familiar. Além disso, pode servir para resguardar o patrimônio doado ao sucessor restringindo a utilização e gestão desse patrimônio de maneira a assegurar subsistência ao sucedido enquanto vivo e garantir um mínimo de segurança à manutenção do patrimônio familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Usufruto. Proteção patrimonial. Sucessão.

THE USUFRUCT AS AN ASSET PROTECTION PLAN

ABSTRACT

This article presents the usufruct institute as asset protection plan, focusing on its concept, features, acquisition modes, usufructuary rights and duties as well as the extinction of this right in rem. The usufruct utilized among as the donation contract can produce an asset-sharing and ensure the family asset protection. In addition the usufruct can be used to protect the donated asset restricting the forms of use and management ensuring the subsistence of the succeed during his lifetime and guaranteeing the conti-

nued safety of the familiar asset.

KEYWORDS: Usufruct. Patrimonial protection. Succession.

1 INTRODUÇÃO

É notório que as complexidades da sociedade moderna proporcionas pelo desenvolvimento econômico têm merecido destaque no cenário jurídico, principalmente no que tange a busca por meios de salvaguardar e incrementar patrimônio.

Diante do elevado número de empresas familiares e da necessidade natural de transmissão patrimonial intrafamiliar, bem como da busca pela proteção do patrimônio e manutenção do mesmo dentro do ambiente familiar, necessário se faz um estudo acerca de algumas formas para que seja possível evitar conflitos e dispersão do patrimônio de uma família ou mesmo grupo empresarial.

Com fundamento na necessidade acima destacada é que estudar-se-á a possibilidade de utilizar o instituto do direito real de usufruto como forma de proteção patrimonial.

O objetivo do trabalho é verificar se é possível e como se poderia resguardar o patrimônio por meio do instituto do usufruto.

2 USUFRUTO

Para a presente pesquisa é importante estudar o direito real de usufruto abrangendo seu conceito, características, direitos e deveres do usufrutuário, bem como as formas de extinção.

Os direitos reais estão previstos no Código Civil de 2002, dentre os quais está elencado o usufruto (BRASIL, 2002). De acordo com Gomes o usufruto é “o direito de desfrutar um bem alheio como se dele fosse proprietário, com a obrigação, porém, de lhe conservar a substância” (GOMES, 2012, p. 309). Assim, o titular do patrimônio concede o direito de usá-lo e desfrutá-lo a outra pessoa, e esta terá o dever de preservá-lo, por tempo determinado ou de forma vitalícia (VENOSA, 2012).

A ideia de preservação da substância é muito importante à noção de usufruto.

Ao mesmo tempo em que se transfere ao usufrutuário o direito temporário de usar e gozar da coisa alheia, este tem o dever de lhe preservar a substância.

O objeto do usufruto está previsto no Código Civil de 2002, em seu artigo 1.390, que dispõe: “o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades” (BRASIL, 2002).

Ressalta-se que não podem ser objeto de usufruto os bens consumíveis, considerando que o usufrutuário tem o dever de restituir ao nu-proprietário a coisa ao término do período do usufruto. Desta forma, caso as partes gravem um bem consumível com cláusula de reserva usufruto, esta relação será amparada pelo direito das obrigações, e não pelo direito real (COELHO, 2013).

Os sujeitos do usufruto são: o usufrutuário, aquele que recebe o direito de usar e gozar do bem gravado com cláusula de usufruto, e o nu-proprietário, aquele que, sendo o proprietário do bem, se reserva apenas ao direito de dispor, despidendo dos demais direitos inerentes a propriedade, daí a nomenclatura nua-propriedade (AZEVEDO, 2014).

Ressaltam-se ainda outras características importantes: o usufruto é temporário, personalíssimo, ou seja, intransferível e possui, em regra, finalidade de subsistência (alimentar).

A temporariedade do direito real de usufruto pode ser observada no Código Civil, em seu artigo 1.410, no qual verifica-se que, embora possa ser constituído de forma vitalícia, o usufruto extingue-se com a morte do usufrutuário, e não se transfere aos herdeiros. Caso o beneficiário do usufruto seja pessoa jurídica, este direito real terá o prazo máximo de 30 (trinta) anos, razão pela qual se extrai da lei que o usufruto é temporário, não existindo usufruto perpétuo. Há, ainda, a possibilidade de constituição do usufruto por prazo determinado (BRASIL, 2002).

Segundo Gonçalves o usufruto é intransferível e inalienável, porém, permite-se, a cessão de seu exercício a título oneroso ou gratuito (GONÇALVES, 2013). Nesse sentido dispõe o artigo 1.393 do Código Civil, que proíbe a transferência do usufruto por alienação, mas prevê a possibilidade de ceder seu exercício pode ceder-se de forma gratuita ou onerosa (BRASIL, 2002).

No que tange a sua finalidade de subsistência, leciona Orlando Gomes:

A função econômica do usufruto é precipuamente assegurar a

certas pessoas meios de subsistência. Tendo finalidade alimentar, razão por que se restringe praticamente às relações familiares, é concedido gratuitamente, e, quase sempre, por testamento (GOMES, 2012, p. 311).

O usufruto pode ser constituído de três formas, quais sejam: a) por determinação legal, no qual fica estabelecido pela lei em benefício de certas pessoas; b) por ato de vontade, ou seja, aquele que é objeto de um testamento ou contrato, e c) pela usucapião, ordinária ou extraordinária, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei. (GONÇALVES, 2013).

No que tange aos direitos do usufrutuário, estes estão previsto no Código Civil, nos artigos 1.394 a 1.399 (BRASIL, 2002). Verifica-se que o usufrutuário tem o direito, além de usar e fruir, à posse direta e exclusiva da coisa, e, ainda, o direito de utilizar, administrar e perceber os frutos (VENOSA, 2012).

Como consequência do direito de posse exclusiva sobre a coisa, o usufrutuário tem o direito de valer-se das ações possessórias, até mesmo contra o nu-proprietário em caso de turbacão, esbulho ou ameaça causada por este (COELHO, 2013).

Já os deveres do usufrutuário estão elencados entre os artigos 1.400 e 1.409 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002). Alguns deveres são anteriores ao usufruto como: a) inventariar os bens recebido, com a finalidade de facilitar a fase do ajuste de contas entre as partes, usufrutuário e nu-proprietário, que ao término do usufruto irão verificar os bens recebidos e os bens que devem ser restituídos; e b) dar caução real ou fidejussória, a fim de garantir que, ao fim do usufruto, a coisa sob a qual recai o usufruto seja restituída, além de garantir as perdas e danos devidas, em caso de uso e gozo abusivo por parte do usufrutuário (GONÇALVES, 2013).

Existem, portanto, obrigações - simultâneas -, que incumbem ao usufrutuário durante o exercício do usufruto que são: a) conservar a coisa; b) fazer reparações e c) pagar contribuições.

Para esclarecer essas colocações segue,

Deve o usufrutuário conservar a coisa usufruída, mantendo-a no estado em que a recebeu, arcando com as despesas ordinárias, que são os consertos ou pequenos reparos que se tornam necessários em consequência do seu uso normal. É de sua res-

ponsabilidade, também, o pagamento dos tributos devidos em razão da posse ou rendimento da coisa dada em usufruto (SILVA, 2012, p. 1.556).

As obrigações posteriores ao usufruto são aquelas que surgem em consequência da extinção do usufruto, sendo que, a principal delas é a de restituir a coisa usufruída. Assim, por ser o usufruto um direito temporário, quando extinto a coisa usufruída volta à posse plena do proprietário, e devendo ser devolvida pelo usufrutuário ao nu-proprietário, observado seu estado de conservação (GONÇALVES, 2013).

As formas de extinção do direito de usufruto estão previstas no artigo 1.410 do Código Civil (BRASIL, 2002). Os diversos modos de extinção do usufruto podem ser distribuídos conforme o sujeito do direito, o seu objeto ou à sua relação jurídica, sendo possível destacar que não apenas pela morte, quando vitalício, ou decurso do prazo, quanto a termo, será extinto o usufruto, mas sim, em virtude dos inúmeros casos que tratar-se-á abaixo com maior profundidade.

Os modos de extinção referentes ao sujeito são: a) a morte do usufrutuário, b) a renúncia e c) a culpa do usufrutuário.

A morte do titular constitui o limite máximo de sua duração. É possível, no entanto, que sobreviva à morte de um dos usufrutuários quando se constitui em favor de várias pessoas conjuntamente. Nada impede, outrossim, que o usufrutuário renuncie a seu direito. Exige-se, tão só, renúncia expressa, não bastando restituir a coisa. Perde o direito o usufrutuário que não conserva bem, deixando quês e deteriore ou arruíne, não o acudindo com os reparos indispensáveis. Só se aplica se comprovada sua culpa (GOMES, 2012, p. 323).

Os modos de extinção referentes ao seu objeto são: a) a destruição da coisa e b) a desapropriação. Segundo Orlando Gomes, “a destruição da coisa causa a extinção do usufruto, porque o direito fica sem objeto. A desapropriação é antes modificação qualitativa do usufruto do que propriamente causa de extinção” (GOMES, 2012, p. 323).

E relacionados à própria relação jurídica estão: a) a consolidação; b) o termo

de sua duração ou condição resolutiva; c) a cessação da causa de que se origina e d) a prescrição.

Extingue-se o usufruto, pelo advento do termo de sua duração, estabelecido no seu ato constitutivo (art. 1.410, II), salvo se o usufrutuário falecer antes. Extingue-se ainda o usufruto pela consolidação (art. 1.410, VI), quando na mesma pessoa se reúnem as qualidades de usufrutuário e nu-proprietário. Igualmente se extingue o usufruto pela cessação do motivo de que se origina (art. 1.410, IV), que pode ser pio, moral, artístico, científico etc. Extingue-se, por fim, o usufruto pelo “não uso, ou não fruição”, da coisa em que o usufruto recai (art. 1.410, VIII). (BRASIL, 2012).

Verificadas as formas de extinção do usufruto, passar-se-á adiante ao estudo das formas de transferência do patrimônio.

3 FORMAS DE TRANSFERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

A transferência do patrimônio pode se dar de duas formas, a primeira por *inter vivos*, ou seja, pela vontade das partes se transferem os bens de uma pessoa para outra.

Como exemplo de transferência do patrimônio *inter vivos* é a compra e venda, prevista no artigo 481 do Código Civil que dispõe que “pelo contrato de compra e venda, um dos contraentes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro” (BRASIL, 2002). Ou seja, contrato onde há obrigações recíprocas para cada parte, a parte que vende tem a obrigação de transferir o domínio da coisa, e o comprador de entregar o dinheiro.

Outro exemplo é a doação, que segundo o artigo 538 do Código Civil, é “[...] o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra” (BRASIL, 2002). Tal contrato é unilateral, exige apenas a vontade do doador, porém, o donatário pode aceitar ou não a doação.

Ainda, como forma de transferência do patrimônio *inter vivos*, destaca-se a dação em pagamento, que de acordo com o artigo 356 Código Civil, é o acordo pelo

qual “o credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida” (BRASIL, 2002).

Assim, verifica-se que a transferência do patrimônio na forma *inter vivos* é aquela em que as partes acordam a transferência do patrimônio de uma delas, em benefício da outra.

Já a segunda forma de transferência do patrimônio é por *causa mortis*, o que significa dizer, em razão da morte do titular do patrimônio, e, neste caso, é aplicado o direito de sucessões.

Neste caso, pode haver a disposição de última vontade, que se dá pela manifestação da vontade do morto. Só tem validade após a morte do testador.

O testamento pode ser definido como um ato revogável através do qual, de conformidade com a lei, dispõe no todo ou em parte, do seu patrimônio para depois de sua morte. É um ato de última vontade, em que o testador faz disposições de bens e dá um destino ao seu patrimônio. (BELDI et al., 2010, p. 91).

Maria Berenice Dias (2013) ensina que a sucessão *causa mortis* pode se dar a título universal ou a título singular. Na primeira forma, o sucessor recebe uma fração, também chamado de quinhão, da universalidade do patrimônio; já na segunda, recebe uma coisa individualizada, coisa específica. A autora explica ainda que, “no exercício do direito de testar, o autor da herança pode escolher seus herdeiros, destinar a eles a integralidade ou parte de seus bens, assim como individualizar os bens a um, a algum ou a todos os seus sucessores” (DIAS, 2013, p. 112).

Tem-se ainda a sucessão legítima ou a sucessão hereditária, que está disposta no artigo 1.829 do Código Civil, e assim prescreve:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

- I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
- II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais (BRASIL, 2002).

Esta modalidade de transferência de patrimônio por *causa mortis* consiste na transferência do patrimônio de uma pessoa, em razão de sua morte, em benefício de seus sucessores.

4 DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

O planejamento sucessório tem por finalidade atender à vontade do titular do patrimônio, sem deixar que a lei imponha a forma que será feita esta transferência.

Nas palavras de Dias:

O planejamento sucessório visa contornar a sucessão imposta pela lei. É uma atividade estritamente preventiva com o objetivo de adotar procedimento, ainda em vida do titular da herança, com relação ao destino de seus bens após sua morte. Com isso evitam-se eventuais conflitos, cujos reflexos negativos podem recair sobre o patrimônio deixado (DIAS, 2013, p. 390).

Hoje, algumas formas de planejamento sucessório estão sendo utilizadas com bastante frequência, pois asseguram a transmissão de bens da maneira que seus titulares desejam, ou seja, mantendo alguns caracteres importantes para que seja possível efetivar a transmissão de patrimônio.

Uma das formas utilizadas é o já conhecido testamento, pode se dizer a forma mais conhecida dentre todas, forma na qual tem eficácia somente após a morte do testador e exige uma série de formalidades. O testamento tem previsão legal em nosso ordenamento jurídico e é regulamentado pelo Código Civil de 2002, em seu artigo 1.857 e seguintes. (BRASIL, 2002).

Outra forma é a partilha em vida, que seria a sucessão antecipada, está relacionada a parte disponível do patrimônio, pois é necessário preservar o direito dos herdeiros necessários, conforme previsto no artigo 2.018, que dispõe: “É válida a

partilha feita por ascendente, por ato entre vivos ou de última vontade, contanto que não prejudique a legítima dos herdeiros necessários”. Os herdeiros necessários, segundo o artigo 1.845 do Código Civil, são os descendentes, os ascendentes e o cônjuge, e, de acordo com o artigo 1.846 do Código Civil, “[...] aos herdeiros necessários pertencem, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima” (BRASIL, 2002).

Tem-se também o adiantamento da legítima, que é “a doação do patrimônio aos herdeiros necessários da parte que irão herdar” (DIAS, 2002, p. 391). Está previsto no artigo 544 do Código Civil, e dispõe que a dos pais aos filhos, ou de um cônjuge ao outro, equivale ao adiantamento da legítima, ou seja, o adiantamento da herança que caberia ao herdeiro caso o autor da herança viesse a falecer (BRASIL, 2002).

E ainda a doação com reserva de usufruto, cláusulas restritivas, regime de bens no matrimônio e a constituição de *holdings*, que se tratará adiante.

5 PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Maria Berenice Dias, em sua obra *Manual das Sucessões*, define o direito sucessório como desastroso, pois há inúmeros dispositivos que são quase impossíveis de compreender, o que gera uma enorme insegurança jurídica, visto que a sucessão se dará da forma prevista em lei, sem levar em conta a vontade do titular do patrimônio (DIAS, 2013).

Na atual situação, é preciso que o titular do patrimônio ou empresa familiar, anteveja os possíveis conflitos, e escolha qual a melhor forma de proteger e dar o destino desejado para seus bens.

Beldi et. al (2010, p. 73) explicam que é preciso criar ferramentas e estruturas para proteger o patrimônio, pois:

[...] o acúmulo de riqueza cria oportunidades, assim como imensos desafios. Membros da família são obrigados a lidar com responsabilidades tais como monitorar sua estratégia de investimentos, criar estruturas com eficiência fiscal, gerir prestadores de serviços etc.

Assim, destaca-se algumas formas de planejamento e, por consequência, proteção patrimonial.

No caso do testamento e da doação, tem o testador e o doador a possibilidade de gravar o bem com cláusulas restritivas. São elas: a) inalienabilidade, b) impenhorabilidade e c) incomunicabilidade.

Com a imposição da cláusula de inalienabilidade o donatário recebe o domínio do bem doado de forma limitada, pois, embora possa usar livremente, fica vedada a alienação da coisa (BELDI *et al.* 2010).

Constando apenas a cláusula de inalienabilidade, tal bem automaticamente também é incomunicável e impenhorável, conforme dispõe o art. 1911 do Código Civil (BRASIL, 2002).

A cláusula impenhorabilidade impede que a coisa sob a qual recai esta cláusula possa ser dado aos credores em garantia, assim, o bem não poderá ser penhorado para pagar as dívidas contraídas pelo donatário, exceto as que se originarem do próprio bem, como por exemplo o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (BELDI *et al.* 2010).

A cláusula de incomunicabilidade é a restrição que impede que o bem recebido por doação integre o patrimônio comum do casal. Assim o bem fará parte do patrimônio exclusivo do cônjuge beneficiário (GOMES, 2012). Assim, independe o regime de bens escolhido pelo casal, o patrimônio doado não se comunicará entre eles (BELDI *et al.* 2010).

No caso da desapropriação, há a possibilidade de que o valor recebido como indenização seja usado para comprar outros bens, e a cláusula de inalienabilidade siga estes bens. A jurisprudência admite a troca por outro bem, que seguirá com cláusula de inalienabilidade.

E ainda há a cláusula de reversão, que deve estar prevista no contrato de doação e serve para que o patrimônio doado volte para o doador, se o donatário falecer, e o doador ainda estiver vivo, é o que prescreve o art. 547 do diploma civil vigente (BRASIL, 2002).

Outro mecanismo de proteção patrimonial é a instituição de bem de família, prevista no artigo 260 do Código Civil. “A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida” (BRASIL, 2002).

O regime de bens no casamento e nas uniões estáveis também é outra for-

ma de se proteger o patrimônio. Têm-se, atualmente, os seguintes regimes: Regime de comunhão parcial, no qual somente os bens adquiridos na durante o casamento integraram o patrimônio comum do casal, excetuando-se os bens recebidos por herança ou doação (BELDI *et al*, 2010).

Regime de comunhão universal, regime em que tanto os bens adquiridos durante o casamento, quanto os que já existiam integram o patrimônio comum do casal (BELDI *et al*, 2010). Até mesmo os bens recebidos por doação ou herança, por um dos cônjuges, por força da adoção deste regime, pertencerão ao casal (DIAS, 2013). Porém, caso o bem doado ou herdado tenha sido gravado com cláusula de incomunicabilidade, este não integrará o patrimônio comum dos cônjuges, somente seus frutos e rendimentos se comunicarão com o cônjuge (BRASIL, 2002).

Regime de participação final nos aquestos, estabelece o casamento sob este regime terá efeito de uma separação de bens, cada cônjuge com seu patrimônio individual. Porém, no momento da partilha este regime terá efeito de regime de comunhão parcial de bens. Assim,

[...] o valor do aquesto é a soma do patrimônio próprio de cada um dos cônjuges, menos os bens anteriores ao casamento, os que sobreviveram a cada cônjuge por sucessão ou liberalidade e as dívidas relativas a esse bem (BELDI *et al*, 2010, p. 100).

Desta forma, no momento da dissolução do matrimônio, cada cônjuge tem o direito à metade dos bens que o casal adquiriu, na constância do casamento, a título oneroso (COELHO e FÉRES, 2014).

Regime de separação de bens, no qual tanto os bens adquiridos durante o casamento, quanto os anteriores não se comunicam entre o casal, e assim, não há partilha (BELDI *et al*, 2010).

A Lei 12.344 (BRASIL, 2010) de 9 de dezembro de 2010, alterou o inciso II do artigo 1.641 do Código Civil que dispõe sobre a separação obrigatória de bens, que passou a ser para maiores de setenta anos (BRASIL, 2002).

E ainda a constituição de uma *holding*, que é uma ótima, e cada vez mais utilizada, forma de proteção patrimonial. Para Beldi *et al*, “a *holding* pode ser definida como uma organização que controla uma ou mais sociedades” (BELDI *et al*, 2010, p.73). A *holding* familiar por finalidade a concentração do patrimônio da família vi-

sando a facilitação da gestão do patrimônio, estabelecendo a participação dos membros da família, protegendo o patrimônio dos conflitos familiares. Na *holding* também pode ser utilizada a cláusula de usufruto, para proteger a gestão dos negócios.

A doação com reserva de usufruto permite que o sócio fundador da sociedade possa gerir, em vida, o patrimônio e ativos da empresa, sem se criar, com isso, insegurança com a morte do patriarca, uma vez que os herdeiros familiares já terão conhecimento do patrimônio e ativos que herdarão. Evita-se, assim, o surgimento de litígios que possam se alongar e causar desestabilização na condução dos negócios da sociedade (CARVALHOSA, 2008. p. 313).

São inúmeras as vantagens de se constituir uma *holding*. Algumas delas são: a centralização da gestão de vários serviços e negócios; redução de conflitos; possibilidade de utilizar as cláusulas de impenhorabilidade, incomunicabilidade e inalienabilidade em relação as quotas/ações quanto a doação; possibilidade de cisão, fusão, incorporação e uso de outras estruturas societárias para a transferência de bens; economia na versão de bens sem necessidade de outorga de escritura e pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis (em algumas hipóteses expressamente dispostas em lei); e ainda tributação reduzida em comparação aos rendimentos das pessoas físicas nas locações de bens (*holdings* mistas); entre muitas outras.

6 O USUFRUTO COMO PROTEÇÃO PATRIMONIAL

A proteção patrimonial pode ser entendida como a aplicação do direito para garantir ou preservar um patrimônio pessoal ou empresarial, a partir de análises de situações de risco ligados a quaisquer tipos de negócio.

Diante disso, uma alternativa lícita e eficaz para transferir o patrimônio sem ficar desprotegido, é a doação com cláusula de reserva de usufruto.

Transfere-se ao donatário o bem, mas reserva-se para o doador

o direito de usá-lo por quanto tempo desejar ou ainda enquanto viver. A pessoa na posse do bem doado sob regime de usufruto é denominada “nua propriedade”, porém seu uso é reservado ao doador, denominado “usufrutuário”, ou seja, o doador possui o usufruto do bem, enquanto quem recebe a doação tem a “nua propriedade” (BELDI et al., 2010, p. 94).

Esta doação com reserva de usufruto, é uma forma eficaz, para garantir renda ou moradia a alguém. A reserva de usufruto (com seu procedimento feito em cartório), pode ser feita por período vitalício ou temporário como visto anteriormente.

O usufruto é direito real constituído *intuitu personae*, motivo pelo qual o mesmo não se prolonga além da vida do usufrutuário, extinguindo-se com sua morte, tampouco pode ser alienado, daí decorrendo sua intransmissibilidade (GOMES, 2012).

Sendo assim, de acordo com Dias (2013), quando o usufrutuário (titular do patrimônio) vier a morrer, o patrimônio doado consolida-se nas mãos dos nus-proprietários (herdeiros), dispensando o processo de partilha, e esta doação com reserva de usufruto corresponde a adiantamento da legítima.

É uma forma bastante eficiente e visa simplificar o processo sucessório, e, ainda, protege o titular da herança, que fica resguardado, sem pôr em risco seu patrimônio e simplificando a futura sucessão entre os herdeiros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi acima analisado observa-se que usufruto é instituto de caráter personalíssimo não podendo o usufrutuário alienar ou penhorar o bem gravado com este ônus real. Pode ser instituído de forma vitalícia ou temporária, neste último, quando houver um termo em sua constituição, e pode ser simultâneo, quando figuram uma ou mais pessoas na qualidade de usufrutuário.

Como estudo, pode-se verificar que o direito real de usufruto possui caráter *intuitu persnae* e deve a coisa gravada ter sua substância preservada pelo usufrutuário que terá para si transferida temporariamente (ou vitaliciamente) o direito de uso e gozo da coisa.

No que tange à doação com reserva de usufruto, verificou-se que é instituto que pode ser aplicado para com o intuito de evitar burocracias, lentidão, lides e custas excessivas de um inventário, podendo o doador iniciar sua sucessão em vida sem que fique desamparado durante o curso final de sua vida.

Esclareceu-se, ainda, que por meio da doação com usufruto e inclusão de cláusulas de impenhorabilidade, inalienabilidade e incomunicabilidade é possível proteger o patrimônio familiar, diminuindo significativamente riscos de casamentos malsucedidos ou delapidação do patrimônio por meio da ingerência do mesmo.

Conclui-se, por fim, que apesar de mais estudos acerca do tema, é o usufruto um ótimo instrumento para proteção familiar, mas é preciso que o titular ou sucedido do patrimônio ou empresa familiar tenha a capacidade de antever possíveis conflitos e com base em suas possibilidades e interesses, escolha qual a melhor forma de proteger e dar o destino desejado para seus bens.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito das Coisas**. São Paulo: Atlas, 2014.

BELDI, Cassio. *et al.* **De herdeiro para herdeiro**. São Paulo: Gente, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. Lei nº 12.344, de 09 de dezembro de 2010. **Altera a redação do inciso II do art. 1.641 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aumentar para 70 (setenta) anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime da separação de bens no casamento**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12344.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

CARVALHOSA, Modesto. Aspectos societários relevantes nas empresas familiares. In: MELO, Marcelo; MENEZES, Paulo Lucena de (Org.). **Acontece nas melhores famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COELHO, Fabio Ulhoa; FÉRES, Marcelo Andrade (Coords.). **Empresa Familiar: Estudos Jurídicos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Curso de direito civil**, volume 4: direito das coisas, direito autoral. 5^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21. ed. rev. e atual. por Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito das coisas**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. vol. 5.

SILVA, Regina Beatriz Tavares. **Código Civil Comentado**. 8^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 12^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.



Avantis